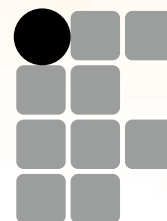




Filosofia I

Marisela García Hernández

Mário Celso Pasqualin



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ
Educação à Distância

Curitiba-PR
2011

Presidência da República Federativa do Brasil

Ministério da Educação

Secretaria de Educação a Distância

© INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - PARANÁ -
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Este Caderno foi elaborado pelo Instituto Federal do Paraná para o Sistema Escola
Técnica Aberta do Brasil - e-Tec Brasil.

Prof. Irineu Mario Colombo
Reitor

Profª. Mara Chistina Vilas Boas
Chefe de Gabinete

Prof. Ezequiel Westphal
Pró-Reitoria de Ensino - PROENS

Prof. Gilmar José Ferreira dos Santos
Pró-Reitoria de Administração - PROAD

Prof. Paulo Tetuo Yamamoto
**Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação -
PROEPI**

Profª. Neide Alves
**Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Assuntos
Estudantis - PROGEPE**

Prof. Carlos Alberto de Ávila
**Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
Institucional - PROPLADI**

Prof. José Carlos Ciccarino
Diretor Geral de Educação a Distância

Prof. Ricardo Herrera
**Diretor Administrativo e Financeiro de
Educação a Distância**

Profª Mércia Freire Rocha Cordeiro Machado
Diretora de Ensino de Educação a Distância

Profª Cristina Maria Ayroza
**Coordenadora Pedagógica de Educação a
Distância**

Prof. Otávio Bezerra Sampaio
Profª. Marisela Garcia Hernández
Profª. Adnilra Selma Moreira da Silva Sandeski
Prof. Elton Pacheco
Coordenadores do Curso

Izabel Regina Bastos
Patrícia Machado
Assistência Pedagógica

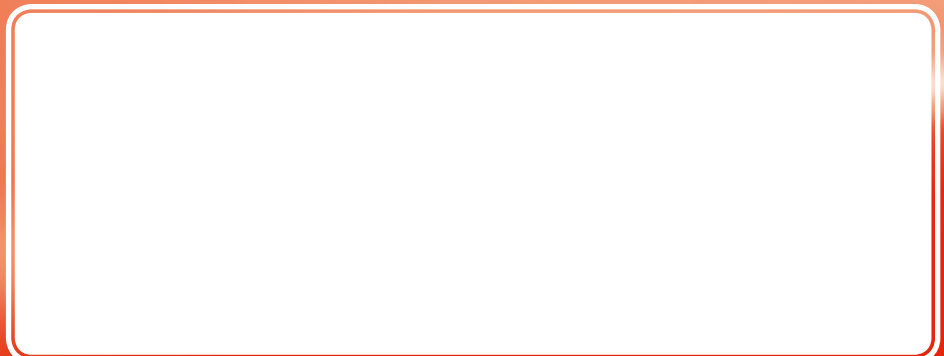
Profª Ester dos Santos Oliveira
Prof. Jaime Machado Valente dos Santos
Profª Linda Abou Rejeili de Marchi
Revisão Editorial

Profª. Rosângela de Oliveira
Análise Didática Metodológica - PROEJA

Eduardo Artigas Antoniacomi
Diagramação

e-Tec/MEC
Projeto Gráfico

**Catálogo na fonte pela Biblioteca do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia - Paraná**



Apresentação e-Tec Brasil

Prezado estudante,

Bem-vindo ao e-Tec Brasil!

Você faz parte de uma rede nacional pública de ensino, a Escola Técnica Aberta do Brasil, instituída pelo Decreto nº 6.301, de 12 de dezembro 2007, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino técnico público, na modalidade a distância. O programa é resultado de uma parceria entre o Ministério da Educação, por meio das Secretarias de Educação a Distância (SEED) e de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), as universidades e escolas técnicas estaduais e federais.

A educação a distância no nosso país, de dimensões continentais e grande diversidade regional e cultural, longe de distanciar, aproxima as pessoas ao garantir acesso à educação de qualidade, e promover o fortalecimento da formação de jovens moradores de regiões distantes, geograficamente ou economicamente, dos grandes centros.

O e-Tec Brasil leva os cursos técnicos a locais distantes das instituições de ensino e para a periferia das grandes cidades, incentivando os jovens a concluir o ensino médio. Os cursos são ofertados pelas instituições públicas de ensino e o atendimento ao estudante é realizado em escolas-polo integrantes das redes públicas municipais e estaduais.

O Ministério da Educação, as instituições públicas de ensino técnico, seus servidores técnicos e professores acreditam que uma educação profissional qualificada – integradora do ensino médio e educação técnica, – é capaz de promover o cidadão com capacidades para produzir, mas também com autonomia diante das diferentes dimensões da realidade: cultural, social, familiar, esportiva, política e ética.

Nós acreditamos em você!

Desejamos sucesso na sua formação profissional!

Ministério da Educação
Janeiro de 2010

Nosso contato
etecbrasil@mec.gov.br

Indicação de ícones

Os ícones são elementos gráficos utilizados para ampliar as formas de linguagem e facilitar a organização e a leitura hipertextual.



Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.



Saiba mais: oferece novas informações que enriquecem o assunto ou “curiosidades” e notícias recentes relacionadas ao tema estudado.



Glossário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



Mídias integradas: sempre que se desejar que os estudantes desenvolvam atividades empregando diferentes mídias: vídeos, filmes, jornais, ambiente AVEA e outras.



Atividades de aprendizagem: apresenta atividades em diferentes níveis de aprendizagem para que o estudante possa realizá-las e conferir o seu domínio do tema estudado.

Sumário

Palavra dos professores-autores	9
Aula 1 - Do mito ao surgimento da filosofia	11
Aula 2 - O que é filosofia?	17
Aula 3 - Para que serve a filosofia?	23
Aula 4 - As preocupações filosóficas: da Grécia antiga até o Renascimento	27
Aula 5 - As preocupações filosóficas na idade moderna e época contemporânea	33
Aula 6 - Os campos de investigação da filosofia	39
6.1 Teoria do Conhecimento.....	39
6.2 Filosofia da Ciência.....	40
6.3 Lógica.....	40
6.4 Ética	41
Aula 7 - O capitalismo	43
Aula 8 - Ideologia	55
Aula 9 - Trabalho e alienação	63
Aula 10 - Ética e moral	67
Aula 11 - A Liberdade	73
Aula 12 - A Conexão entre o indivíduo e a sociedade no capitalismo	81
Aula 13 - O consumismo na sociedade capitalista	87
Aula 14 - Política e democracia	93
Aula 15 - A arte	99

Aula 16 - O meio ambiente	103
Aula 17 - Reforma agrária	109
17.1 Entre o passado e o presente	109
Aula 18 - Reforma agrária: quando?	119
18.1 Quais os benefícios da reforma agrária?.....	119
18.2 Qual é o público-alvo da reforma agrária?.....	121
18.3 Porque a reforma agrária, apesar de necessária, não sai do papel?	122
Aula 19 - Recapitulando	127
19.1 Do mito ao surgimento da Filosofia.....	127
19.2 O que é filosofia? Para que serve a filosofia?.....	127
19.3 As preocupações filosóficas.....	128
19.4 Campos da investigação filosófica.....	130
Aula 20 - A Filosofia Marxista	137
Referências	147
Atividades autoinstrutivas	149
Currículo dos professores-autores	175

Palavra dos professores-autores

O objetivo da disciplina “Filosofia I” é despertar e desenvolver no aluno a capacidade de análise e discussão filosófica dos fenômenos e processos que o rodeiam, visando contribuir com o desenvolvimento do pensamento crítico próprio.

No processo de reflexão e aprendizado da Filosofia são de fundamental importância a cuidadosa leitura deste livro, assim como a problematização e o debate de seus conteúdos entre os alunos, professores e tutores.

Neste curso, o estudo dos conteúdos desta disciplina foi organizado em Filosofia I e II. Os conteúdos de Filosofia I englobam os seguintes assuntos:

- a) surgimento e o objeto de estudo da filosofia, ou seja, *o que é, como surge, o que estuda e para que serve a filosofia*;
- b) questões de interesse histórico e atual da Filosofia: a razão, a liberdade, a política, a ideologia, a moral, a comunidade e o indivíduo, o consumo, o meio ambiente, a reforma agrária, entre outros. Na abordagem destes estudos a principal questão que a Filosofia se propõe responder é “**por que**”. Isto é, por que as coisas são como são.

Assim, bom estudo!

Aula 1 - Do mito ao surgimento da filosofia

Encontrar as causas e as explicações para os fenômenos que acontecem na natureza e na sociedade transcorre, historicamente, por meio do mito e da razão. Nesta aula, abordaremos, de forma sucinta, a passagem das concepções míticas sobre o mundo ao surgimento da consciência racional, base a partir da qual se desenvolve a filosofia. Boa aula e boa leitura!

O mito é um conjunto de narrativas geradas e organizadas por uma comunidade primordial, que tem por objetivo dar uma explicação acerca de sua história e de sua realidade. Os primeiros mitos estão relacionados com a origem do homem, da agricultura, dos males, da fertilidade, entre muitos outros âmbitos.

Nos ritos dessa época, baseados nos mitos primordiais, assim denominados os que buscam explicar a origem do mundo, homens e mulheres imitavam os deuses, pois se acreditava que esta prática permitiria a fertilidade da terra, a fecundação da mulher, o nascimento dos frutos, a sucessão do dia, a noite, entre outros fenômenos. A adesão ao mito é feita pela fé.

Saiba mais

A palavra mitologia se refere ao estudo dos mitos, a sua origem e significado. Ao longo da história da humanidade os mitos penetraram na realidade vivida pelos membros das sociedades antigas, ocupando seu imaginário, se reproduzindo em todas as atividades, como por exemplo, nas artes, na política, na educação. Assim, o mito pode ser concebido como :

Uma visão de mundo que se formou de um conjunto de narrativas contadas de geração a geração por séculos e que transmitiam aos jovens a experiência dos anciãos. Como narrativas, os mitos falavam de deuses e heróis de outros tempos e, dessa forma, misturavam a sabedoria e os procedimentos práticos do trabalho e da vida com a religião e as crenças mais antigas.

(Filosofia, Ensino Médio 2ª Edição, Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná, 2006, Curitiba, Paraná, p.18)

No entanto, quando as respostas e explicações vindas dos mitos e das tradições não davam mais conta das perguntas e dos problemas derivados da existência humana, o homem começou a refletir sobre as contradições existentes neles, então se inicia o esforço pela busca de novas respostas, além do mito. A transição da consciência mítica para a filosofia pode ser concebida como o nascimento de uma nova ordem do pensamento.

O surgimento da reflexão e da racionalidade é resultado de elaboração de outra *cosmologia*, de entender a natureza sob outras bases, procurando a racionalidade do universo. Assuntos como: como surgiu o cosmo? Qual seria o princípio de todas as coisas? São perguntas realizadas pelos primeiros filósofos. Assim, o que marcou o surgimento da filosofia, particularmente da ocidental, é a tentativa de uma *explicação racional, rigorosa e metódica*, condizente com a vida política e social da sociedade grega.

A-Z

Razão:

É a faculdade de conhecimento intelectual, do entendimento, feito por meio de argumentos e de abstrações; já a consciência refere-se à forma como eu analiso, penso e assimilo a realidade que vivo. Abstração é o ato de “isolar mentalmente” algum fenômeno para sua definição e/ou estudo.

Na passagem do mito à razão há continuidade no uso comum de certos pensamentos, como a existência de divindades, mas por outro lado, existe uma *ruptura* quanto à *atitude das pessoas diante de tal pensamento*. O nascimento da *reflexão* permite o questionamento dos mitos e o desenvolvimento da consciência racional. A filosofia ocidental organiza-se em doutrina, busca a definição rigorosa e a coerência entre os conceitos. A **razão** e a consciência resultam da necessidade do ser humano refletir sobre a sua realidade.

É importante compreender que o mito não é resultado de um delírio, não é uma mentira. O mito proporciona uma visão da realidade, explica o que ainda não foi justificado, sendo na maioria das vezes a primeira leitura do mundo, o ponto de partida para a compreensão do ser. Em outras palavras, tudo que pensamos e queremos se situa inicialmente no horizonte da imaginação, nos pressupostos míticos que servem de base para todo trabalho posterior da razão. Até hoje, o mito e razão se complementam mutuamente.

Na atualidade, assistimos a outros tipos de mitos, criados em volta do poder, com função ideológica, como por exemplo, os “mitos da razão e da raça” propagados durante o Fascismo e o Nazismo. O mesmo sucede com os mitos criados em volta das personalidades que os meios de comunicação transformam em exemplos, como os artistas, as modelos, os esportistas, e que no imaginário das pessoas representam, sem necessidade de provas, todos os tipos de anseios: sucesso, poder, liderança, sexualidade, etc. Assim, na história da humanidade, uma das *funções* ideológicas dos mitos é mostrar os “modelos exemplares” a serem seguidos na conduta e nas atividades humanas significativas.

Na sociedade ocidental, a emergência e desenvolvimento da consciência racional são possíveis graças às mudanças socioeconômicas, políticas e culturais vividas ao longo de centos de anos, particularmente a escrita, o comércio, a moeda, a lei, a *polis*, as instituições políticas, entre outros, que culminaram no século VI a.C. com o aparecimento do filósofo e da filosofia nas colônias Gregas da Magna Grécia e da Jônia.

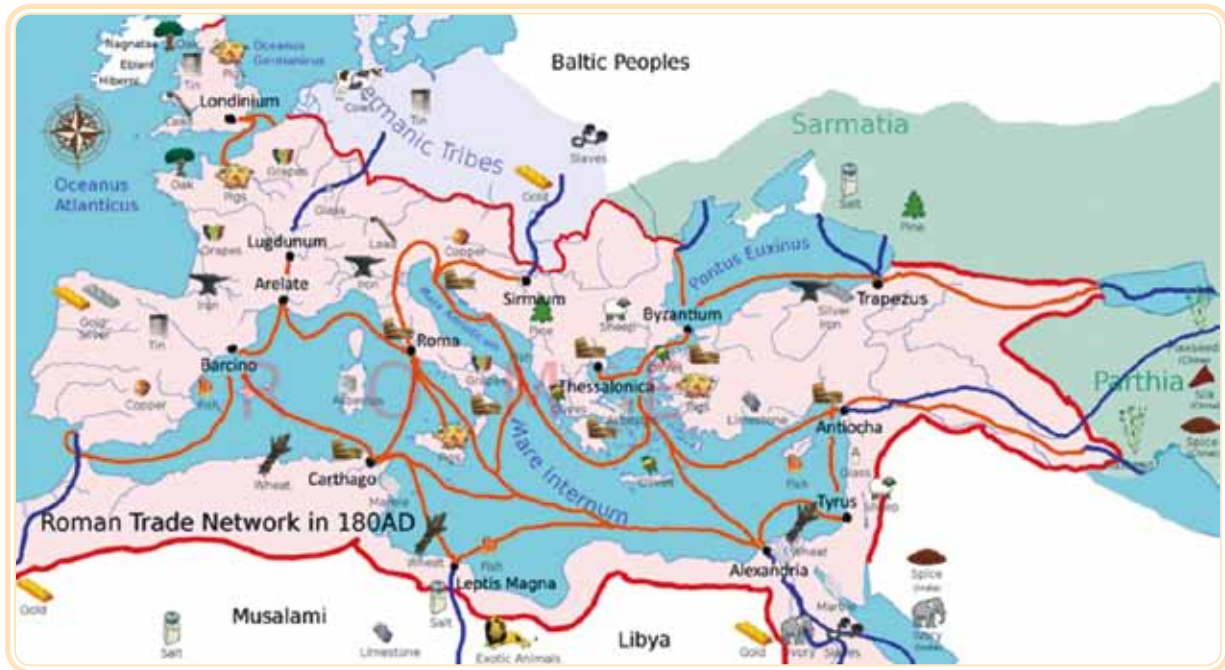


Figura: 1.1 rotas de comércio
<http://imperiroma.blogspot.com>

Segundo Chauí (2000, p.35 - 37) o que tornou possível o surgimento da Filosofia ocidental foram as condições econômicas, sociais, políticas e históricas que a Grécia vivia no final do século VII e no início do século VI antes de Cristo.



Os antigos gregos construíram a primeira grande civilização do continente europeu, graças à incorporação dos conhecimentos desenvolvidos por povos mais antigos e à busca de soluções para sobreviver em uma geografia pouco favorável à agricultura. Graças à navegação, os gregos mantiveram estreitos contatos com outros povos e regiões.

1. Podemos apontar como principais condições históricas para o surgimento da Filosofia na Grécia:

a. As viagens marítimas	que permitiram descobrir que os locais apontados pelos mitos como habitados por deuses, titãs e heróis eram, na verdade, habitados por outros seres humanos. As viagens produziram o desencantamento ou a desmistificação do mundo, que passou, assim, a exigir uma explicação sobre sua origem, as quais o mito já não podia oferecer;
b. A invenção do calendário	que é uma forma de calcular o tempo segundo as estações do ano, as horas do dia, os fatos importantes que se repetem, revelando, com isso, uma capacidade de abstração nova, ou uma percepção do tempo como algo natural e não como um poder divino incompreensível;
c. A invenção da moeda	que permitiu uma forma de troca que não se realiza através das coisas concretas, ou dos objetos concretos trocados com base em semelhança, mas uma troca abstrata, feita pelo cálculo do valor semelhante das coisas diferentes, revelando, portanto, uma nova capacidade de abstração e de generalização;
d. O surgimento da vida urbana	com predomínio do comércio e do artesanato, dando desenvolvimento a técnicas de fabricação e de troca, e diminuindo o prestígio das famílias da aristocracia proprietária de terras. Além disso, o surgimento de uma classe de comerciantes ricos, que precisava encontrar pontos de poder e de prestígio para suplantar o velho poderio da aristocracia de terras e de sangue (as linhagens constituídas pelas famílias) fez com que se procurasse o prestígio pelo patrocínio e estímulo às artes, às técnicas e aos conhecimentos, favorecendo um ambiente em que a Filosofia poderia surgir;
e. A invenção da escrita alfabética	revela o crescimento da capacidade de abstração e de generalização, uma vez que a escrita alfabética ou fonética, diferentemente de outras escritas - como, por exemplo, os hieróglifos dos egípcios ou os ideogramas dos chineses -, supõe que não se represente uma imagem da coisa que está sendo dita, mas a ideia dela, o que dela se pensa e se transcreve;
f. A invenção da política	introduz três aspectos novos e decisivos para o nascimento da Filosofia: 1°.A ideia da lei como expressão da vontade de uma coletividade. O aspecto legislado e regulado da cidade - da polis - servirá de modelo para a Filosofia propor o aspecto legislado, regulado e ordenado do mundo marcado pelo racional. 2°.O surgimento de um espaço público, que faz aparecer um novo tipo de palavra ou de discurso. 3°.Agora, com a polis, isto é, a cidade política, surge a palavra como direito de cada cidadão de emitir em público sua opinião, discuti-la com os outros, persuadi-los a tomar uma decisão proposta por ele, de tal modo que surge o discurso político como a palavra compartilhada, como diálogo, discussão e deliberação humana, isto é, como decisão racional e exposição dos motivos ou das razões para fazer ou não fazer alguma coisa. A ideia de um pensamento que todos podem compreender e discutir, que todos podem comunicar e transmitir é fundamental para a Filosofia.

É importante mencionar que o pensamento filosófico predominante no Brasil tem como raiz o pensamento grego, o pensamento ocidental, a partir do qual foram construídos os princípios para os conceitos de razão, ciência, ética, entre outros. Isso não significa que outros povos não possuam sabedoria.

Evidentemente, isso não quer dizer, de modo algum, que outros povos, tão antigos quanto os gregos, como os chineses, os hindus, os japoneses, os árabes, os persas, os hebreus, os africanos ou os índios da América não possuam sabedoria, pois possuíam e possuem. Também não quer dizer que todos esses povos não tivessem desenvolvido o pensamento e formas de conhecimento da Natureza e dos seres humanos, pois desenvolveram e desenvolvem. Quando se diz que a Filosofia é um fato grego, o que se quer dizer é que ela possui certas características, apresenta certas formas de pensar e de exprimir os pensamentos, estabelece certas concepções sobre o que sejam a realidade, o pensamento, a ação, as técnicas, que são completamente diferentes das características desenvolvidas por outros povos e outras culturas (CHAUÍ, 2000. p.20).

A filosofia ocidental surgiu especificamente com os gregos, imprimindo para a grande maioria dos povos da Europa Ocidental e do Brasil - por meio da colonização portuguesa - as bases e os princípios fundamentais do que chamamos razão, racionalidade, ciência, ética, política, técnica, arte, entre outros conceitos.

Resumo

Nesta aula abordamos o conceito de mito, assim como a passagem do pensamento mítico ao pensamento filosófico. O mito surge como verdade da uma visão da realidade na intenção de compreender o mundo e suas manifestações naturais, explica o que ainda não foi justificado, é o ponto de partida para a compreensão do ser.

O mito surge como uma verdade que organizava as primeiras comunidades localizadas na região da Grécia antiga.

A razão se diferencia do mito, na medida em que busca explicar a realidade, procurando entender o *porquê* dos fenômenos. A consciência racional é o pilar da filosofia ocidental, a qual problematiza e, portanto, convida à discussão e a reflexão.

O surgimento da Filosofia foi possível graças às condições econômicas, sociais, políticas e históricas que a Grécia vivia no final do século VII e no início do século VI antes de Cristo, tais como o surgimento da vida urbana, do espaço público, da política, da moeda, das viagens marítimas, entre outras.

Aula 2 - O que é filosofia?

Nos primórdios da filosofia todos os saberes estavam contidos nela, tais como a astronomia, a matemática, a física, entre outros conhecimentos. Aos poucos a Filosofia, na concepção ocidental, define seus limites e características próprias. Segundo o filósofo francês Merleau-Ponty, “a verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo”. Nesta aula você compreenderá as características centrais da reflexão filosófica, iniciando assim a compreensão do objeto de estudo da filosofia.

“A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo”

Merleau-Ponty

Curiosidade

Os primeiros filósofos (séc. IV a.C.) foram oriundos das colônias jônicas da Grécia (Ásia), foram matemáticos, físicos, geômetras, etc.

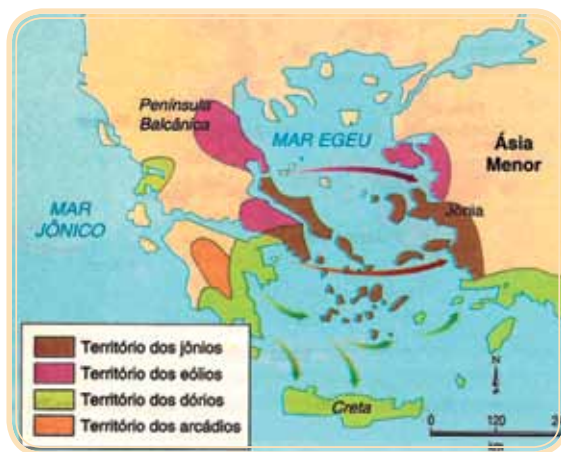


Figura: 2.1 colônias jônicas da Grécia na ásia

Fonte: <http://www.templodeapolo.net>

A forma mais remota de concepção do mundo, que precedeu diretamente a filosofia ocidental foi a mitologia. Mas a concepção do mundo é produto também do pensamento **religioso**, portanto, a filosofia ocidental nasceu da consciência mítico-religiosa como uma tentativa de explicar racionalmente o mundo a partir do início da superação dos mitos, abraçando a razão e a lógica como pressupostos básicos para a reflexão.

No dia a dia, homens e mulheres escolhem seus caminhos, ou seja, decidem sobre o que fazer na vida, pensando, se perguntando sobre o que é melhor para eles. Todos no cotidiano somos levados a momentos de reflexão,

A-Z

Religioso:
Referente à religião.

Religião:
Conjunto de crenças e práticas, muito diferentes entre povos e épocas, que postula a ideia de um mundo sobrenatural e culto a uma divindade.

fazemos uma parada a fim de retomar o significado das nossas ações e pensamentos. Nesses momentos quando somos solicitados a analisar, criticar e questionar, somos etiquetados de “filósofos”, pois parte da sociedade entende que refletir, analisar e criticar são atitudes filosóficas. Mas, será que toda análise ou crítica deriva de um pensamento filosófico ou em uma reflexão e/ou atitude filosófica? Vejamos o que nos diz Chauí (2000, p.9-10) a este respeito.

A **atitude crítica**. A primeira característica da atitude filosófica é **negativa**, isto é, um dizer não ao senso comum, aos pré-conceitos, aos pré-juízos, aos fatos e às ideias da experiência cotidiana, ao que “todo mundo diz e pensa”, ao estabelecido.

A segunda característica da atitude filosófica é **positiva**, isto é, uma interrogação sobre **o que são** as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os comportamentos, os valores, nós mesmos. É também uma interrogação sobre o porquê disso tudo e de nós, e uma interrogação sobre como tudo isso é assim e não de outra maneira. O que é? Por que é? Como é? Essas são as indagações fundamentais da atitude filosófica. A face negativa e a face positiva da atitude filosófica constituem o que chamamos de **atitude crítica e pensamento crítico**.

A Filosofia começa dizendo não às crenças e aos preconceitos do senso comum e, portanto, começa dizendo que não sabemos o que imaginávamos saber; por isso, o patrono da Filosofia, o grego Sócrates, afirmava que a primeira e fundamental verdade filosófica é dizer: “Sei que nada sei”. Para o discípulo de Sócrates, o filósofo grego Platão, a Filosofia começa com a admiração; já o discípulo de Platão, o filósofo Aristóteles, acreditava que a Filosofia começa com o espanto.

Admiração e espanto significam: tomamos distância do nosso mundo costumeiro, através de nosso pensamento, olhando-o como se nunca o tivéssemos visto antes, como se não tivéssemos tido família, amigos, professores, livros e outros meios de comunicação que nos tivessem dito o que o mundo é; como se estivéssemos acabando de nascer para o mundo e para nós mesmos e precisássemos perguntar o que é, por que é e como é o mundo, e precisássemos perguntar também o que somos, por que somos e como somos”.

A reflexão filosófica. Reflexão significa movimento de volta sobre si mesmo ou movimento de retorno a si mesmo. A reflexão é o movimento pelo qual o pensamento volta-se para si mesmo, interrogando a si mesmo.

[...] A reflexão filosófica organiza-se em torno de três grandes conjuntos de perguntas ou questões:

1. Por que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos e fazemos o que fazemos? Isto é, quais os **motivos**, as **razões** e as **causas** para pensarmos o que pensamos, dizermos o que dizemos, fazermos o que fazemos?

2. O que queremos pensar quando pensamos, o que queremos dizer quando falamos, o que queremos fazer quando agimos? Isto é, qual é o **conteúdo** ou o **sentido** do que pensamos, dizemos ou fazemos?

3. Para que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos, fazemos o que fazemos? Isto é, qual é a **intenção** ou a **finalidade** do que pensamos, dizemos e fazemos?

Essas três questões podem ser resumidas em: O que é pensar, falar e agir? E elas pressupõem a seguinte pergunta: Nossas crenças cotidianas são ou não um saber verdadeiro, um conhecimento?

Como vimos, a atitude filosófica inicia-se indagando: O que é? Como é? Por que é?, dirigindo-se ao mundo que nos rodeia e aos seres humanos que nele vivem e com ele se relacionam. São perguntas sobre a **essência**, a **significação** ou a **estrutura** e a **origem** de todas as coisas. Já a reflexão filosófica indaga: Por quê?, O quê?, Para quê?, dirigindo-se ao pensamento, aos seres humanos no ato da reflexão. São perguntas sobre a **capacidade** e a finalidade humanas para **conhecer** e **agir**.

Filosofia: um pensamento sistemático

Essas indagações fundamentais não se realizam ao acaso, segundo preferências e opiniões de cada um de nós. A Filosofia não é um “eu acho que” ou um “eu gosto de”. Não é pesquisa de opinião à maneira dos meios de comunicação de massa. Não é pesquisa de mercado para conhecer preferências dos consumidores e montar uma propaganda.

As indagações filosóficas se realizam de modo **sistemático**. Que significa isso? Significa que a Filosofia trabalha com enunciados precisos e rigorosos, busca encadeamentos lógicos entre os enunciados, opera com conceitos ou ideias obtidos por procedimentos de demonstração e prova, exige a fundamentação racional do que é enunciado e pensado. Somente assim a reflexão filosófica pode fazer com que nossa experiência cotidiana, nossas crenças e opiniões alcancem uma visão crítica de si mesmas. Não se trata de dizer “eu acho que”, mas de poder afirmar “eu penso que”.

Podemos afirmar que a **atitude filosófica inicia questionando o senso comum**, isto é as explicações que as pessoas comumente dão aos fatos, visando saber se os conhecimentos que sustentam estas explicações são ou não um saber verdadeiro. A atitude filosófica nos leva a descobrir os **motivos**, as **razões** e as **causas** para pensarmos o que pensamos e fazer o que fazemos, assim como a **intenção** ou a **finalidade** do que pensamos, dizemos e fazemos. Podemos dizer que a filosofia esta presente como a análise e a reflexão crítica a respeito dos *fundamentos do conhecimento e do agir*, enxergando seu objeto de estudo na sua totalidade.

As características das reflexões e das atitudes filosóficas são os pontos de contato entre as diferentes definições de Filosofia. Segundo Pitágoras a filosofia é a procura amorosa da verdade, já para o filósofo francês Merleau-Ponty a verdadeira filosofia consiste em reaprender a ver o mundo. Para Kant a filosofia é o conhecimento que a razão adquire de si mesma para saber o que pode conhecer e o que pode fazer, tendo como finalidade a felicidade humana. Para Marx a filosofia é a crítica da ideologia. Nesta variedade de definições encontramos similaridades nas *características das reflexões e das atitudes filosófica*.

Segundo Dermeval Saviani, citado por Arranha e Martins (1986, p.47), a reflexão é filosófica, **radical, rigorosa e de conjunto**.

Saiba mais

Radical: é preciso que se vá até as RAÍZES do problema ou fato em reflexão, até seus fundamentos.

Rigorosa: a reflexão deve ser crítica, segundo métodos determinados, colocando-se em questão as generalizações que a ciência pode ensejar, as verdades populares.

De conjunto: o problema não pode ser examinado de modo parcial, mas numa perspectiva de conjunto, relacionando-se o aspecto em questão com os demais aspectos do contexto em que está inserido. É nesse ponto que a filosofia se distingue da ciência de um modo mais marcante”.

Para a filósofa brasileira Chauí, a Filosofia procura o conhecimento racional, lógico e sistemático da realidade natural e humana, da origem e causas do mundo e de suas transformações, da origem e causas das ações humanas e do próprio pensamento. (2000. p.16).

Mas, no cotidiano, a filosofia serve para alguma coisa? Para alguns filósofos, o exercício da filosofia, enquanto interrogação sobre as várias instâncias do real, questiona a ordem instituída e, à medida que a analisa e pondera, pode transformá-la. Mas a resposta a esta pergunta será o conteúdo da próxima aula. Não perca!!!!

Resumo

- A filosofia não aceita verdades sem antes havê-las investigado e compreendido, não aceita como óbvias e evidentes as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana.

- A reflexão filosófica organiza-se em torno de três grandes conjuntos de perguntas ou questões:

1. Por que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos e fazemos o que fazemos? Isto é, quais os **motivos**, as **razões** e as **causas**?

2. Qual é o **conteúdo** ou o **sentido** do que pensamos, dizemos ou fazemos?

3. Para que pensamos, dizemos o que dizemos e fazemos o que fazemos? Isto é qual é a **intenção** ou a **finalidade** do que pensamos, dizemos e fazemos?

- A reflexão é filosófica é

1. Radical, pois procura as raízes do problema ou fato em reflexão;

2. Rigorosa, pois indaga se os conhecimentos que sustentam uma explicação de um problema ou fato são ou não um saber verdadeiro, realizando uma reflexão crítica sobre os procedimentos e conceitos científicos;



A coruja simboliza a filosofia já que consegue enxergar durante a noite. A constituição anatômica de seu pescoço possibilita que ela veja tudo a sua volta. Essa é a pretensão da filosofia, poder ver e entender o mundo sob diferentes ângulos, mesmo nos seus momentos mais escuros.

Aula 3 - Para que serve a filosofia?

Na aula anterior finalizamos nos perguntamos se a e a filosofia serve para alguma coisa no cotidiano das pessoas. Hoje iniciaremos a compreensão de como o estudo da filosofia é “a possibilidade do ser humano deixar de viver em situações não escolhidas, em situações dadas, em surgir como um ser de projeto, capaz de construir o seu destino, portanto, capaz de alcançar sua liberdade” (1986, p. 48). É sobre a função e a utilidade da filosofia que trataremos nesta aula.

“... A filosofia é quase uma dimensão zen para poder captar esse invisível do real”

Leonardo Boff

Na sociedade de hoje o pensamento das pessoas está marcado pela busca dos *resultados imediatos*, inclusive na esfera do conhecimento. Julga o útil pelos resultados palpáveis e visíveis das coisas e das ações, a sociedade considera útil o que dá prestígio, poder, fama e riqueza. É útil a pesquisa do médico que busca a cura de alguma doença; os conhecimentos que permitam aprovar um exame, o conhecimento tecnológico visando interagir com outras pessoas nas redes sociais, etc. Sem dúvida estes conhecimentos são importantes e úteis. Mas, a filosofia não atende ao atual conceito social de utilidade, como veremos mais adiante.

A Filosofia tem entre seus objetivos o de nos ajudar a encontrar a verdade. A palavra verdade vem do vocábulo grego *a-létheia*, *a-letheúein*, que significa desnudar, mostrar o que realmente está por trás das coisas. É por isso que as perguntas, o que é? Por que aconteceu? Que está por detrás desses acontecimentos? São perguntas filosóficas por excelência.



Figura: 3.1 Pensar

Fonte: http://www.flickr.com/photos/pink_chicle

Para a Filosofia a procura e descoberta da verdade permitem colocar a nu aquilo que estava escondido, possibilita o desvelamento do que está encoberto pelo costume, pelo poder, pelo convencional.

O conceito de utilidade da filosofia não parte do conceito de utilidade imediata. Para Chauí, a ideia predominante na sociedade de que a filosofia não tem utilidade, resumida na pergunta “Para que filosofia?” tem sua razão de ser e pode ser explicada. Vejamos como esta autora explica o porquê desta pergunta.

Essa pergunta, “Para que filosofia?”, tem a sua razão de ser. Em nossa cultura e em nossa sociedade, costumamos considerar que alguma coisa só tem o direito de existir se tiver alguma finalidade prática, muito visível e de utilidade imediata. Por isso, ninguém pergunta para que as ciências, pois todo mundo imagina ver a utilidade das ciências nos produtos da técnica, isto é, na aplicação científica à realidade. [...]

Ninguém, todavia, consegue ver para que serviria a Filosofia, donde dizer-se: não serve para coisa alguma. Parece, porém, que o senso comum não enxerga algo que os cientistas sabem muito bem. As ciências pretendem ser conhecimentos verdadeiros, obtidos graças a procedimentos rigorosos de pensamento; pretendem agir sobre a realidade, através de instrumentos e objetos técnicos; pretendem fazer progressos nos conhecimentos, corrigindo-os e aumentando-os. Ora, todas essas pretensões das ciências pressupõem que elas acreditam na existência da verdade, de procedimentos corretos para bem usar o pensamento, na tecnologia como aplicação prática de teorias, na racionalidade dos conhecimentos, porque podem ser corrigidos e aperfeiçoados.

Verdade, pensamento, procedimentos especiais para conhecer fatos, relação entre teoria e prática, correção e acúmulo de saberes: tudo isso não é ciência, são **questões filosóficas**. O cientista parte delas como questões já respondidas, mas é a Filosofia quem as formula e busca respostas para elas. Assim, o trabalho das ciências pressupõe, como condição, o trabalho da Filosofia, mesmo que o cientista não seja filósofo. No entanto, como apenas os cientistas e filósofos sabem disso, o senso comum continua afirmando que a Filosofia não serve para nada (CHAUÍ, 2000, p.10)

A partir do texto anterior podemos afirmar que filosofia e ciência têm campos de estudo diferentes. A filosofia analisa se as bases, os “alicerces” a partir dos quais se erguem, constroem determinados conhecimentos, têm fundamento; já a ciência tem por objetivo a construção de um conjunto de

teorias e hipóteses visando à explicação de determinados fenômenos, usando determinado método. A filosofia possibilita que homens e mulheres vão além da dimensão da realidade dada pelo agir imediato, no qual o ser humano no seu dia a dia se encontra mergulhado. Esta característica nos permite responder, por exemplo, quais são os valores que devem nortear as relações humanas? Qual é a finalidade da educação? Cada época fornece respostas diferentes para as questões prementes da existência do ser humano, traz formulações diferentes.

Podemos dizer que a reflexão filosófica sobre diferentes assuntos nos fornecerá ferramentas úteis para formular e compreender melhor os problemas atuais. Mas filosofar não é um exercício puramente intelectual, filosofar é descobrir a verdade visando à mudança, é o saber para poder transformar. Mas, mudar para que? Mudar para viver em liberdade, isto é, ter *“a possibilidade de escolher entre o sim ou o não, entre o que me convém ou não e decidir. O homem ao ser livre e fazer suas escolhas, torna-se responsável por elas. Cada escolha que se faz determina e constrói nossa existência, aproximando-nos ou não da própria felicidade”* (1986, p.132).

Resumo

A partir da trilha que percorremos até aqui, podemos concluir que:

- a Filosofia não atende ao atual conceito social de utilidade, ao conceito de utilidade imediata;
- a filosofia permite o distanciamento dos fatos e conhecimentos para a avaliação de seus fundamentos, reflete sobre os atos humanos e os fins a que eles se destinam;
- a filosofia possibilita que homens e mulheres possam ir além da dimensão da realidade dada pelo agir imediato, no qual o ser humano no seu dia a dia se encontra mergulhado;
- a filosofia fornece ferramentas úteis para formular e compreender melhor os fenômenos, portanto, problemas atuais;
- filosofar é descobrir a verdade visando à mudança, é o saber para poder mudar, transformar para viver em liberdade, aproximando-nos da própria felicidade.

Aula 4 - As preocupações filosóficas: da Grécia antiga até o Renascimento

Nesta aula abordaremos algumas das principais perguntas que preocuparam a filosofia da Grécia antiga até o Renascimento. Esta abordagem visa contribuir para a compreensão do objeto de estudo da filosofia, verificando como seus questionamentos e reflexões estão intimamente ligados aos diversos momentos históricos da nossa sociedade.

Como já estudado na Aula 2, na antiga Grécia (600 a. C. – 428 a. C.), a filosofia se focou na investigação *das causas das transformações na Natureza*. Para Castro (2008, p.11), “*As indagações dos filósofos dessa época primeva reapresentam a primeira vontade do ser humano de entender os mecanismos reguladores da natureza para além de qualquer explicação mítica...*”. Assim, os antigos filósofos gregos, tais como Tales, Pitágoras, Heráclito, Anaxágoras, Demócrito e muitos outros, indagaram sobre o surgimento do cosmos e a natureza.

Mais tarde, no século V, após o fracasso da invasão persa, por toda Grécia se estende um forte movimento intelectual que favoreceu a *democracia*. Atenas se converteria no centro da cultura que irradia ciência e filosofia, arte e cultura a toda Grécia. Neste período a filosofia sai das escolas para as cidades; os filósofos, no início chamados de sofistas, passam a investigar não mais a natureza, mas o habitante do universo: *o próprio homem*, as questões humanas, isto é, a ética, a política e as técnicas.

Nesta época destaca-se o filósofo Sócrates que propunha em seus ensinamentos aos jovens a melhor forma de direcionar sua vida para ser satisfatória. Para Sócrates *o filósofo devia dedicar-se à investigação de si mesmo*. O interesse primordial de Sócrates era a **moral**, se preocupava em indagar: Que é amor? Que é justiça? Que é a bondade? Que é a compaixão?

Para Sócrates, o ser humano devia refletir sobre sua conduta, se autocriticar e encontrar mediante o diálogo, a verdade de cada um, a partir da qual cada um deveria viver. O método utilizado por Sócrates para chegar à verdade é a pergunta, o diálogo, a arte de debater por meio de perguntas e respostas, chegando assim à verdade, ou muito próximo dela.

A-Z

Moral:

É o conjunto de costumes e normas que visam orientar a ação humana e organizar as relações dos indivíduos na sociedade.

Saiba mais

Sócrates nasceu em Atenas no ano 470 a.C., aprendeu a ler e escrever, fato pouco comum para aquela época. Foi acusado, entre outras coisas, de corromper a juventude, motivo pelo qual foi condenado à morte por envenenamento. Para Castro (2008, p. 22), “a morte de Sócrates entra para a Filosofia como um símbolo do poder que as ideias possuem e de como podem ameaçar o status quo. Sócrates só pretendia levar os jovens atenienses à descoberta do pensamento autônomo e da reflexão”.

A-Z

Lógica:

É o conjunto de conhecimentos que nos faz proceder, com ordem, facilmente e sem erro no processo do pensamento. Etimologicamente lógica vem do grego *logos*, que significa pensamento, conceito, discurso, razão.

Sócrates não deixou nada escrito, mas seu discípulo Platão conservou suas ideias. Ao utilizar o método socrático, Platão buscou refletir sobre quatro perguntas, onde o homem pode encontrar a verdade? Qual é a origem e composição do Universo? Qual é a finalidade do homem sobre a terra? Qual é a origem da criação do homem?

Mais tarde, parte das preocupações filosóficas centra-se no estudo do raciocínio, das regras do pensamento correto. No contexto desta preocupação **Aristóteles** pensava que a Filosofia devia ser a demonstração da prova, para ele *uma afirmação não provada não era verdadeira*. Aristóteles escreveu o primeiro texto sobre **lógica**.

Saiba mais

Aristóteles (384-322 a. de C.) é considerado um dos maiores filósofos gregos. Entre suas preocupações está a ética, a natureza da alma, a separação dos ramos do saber de acordo com seu objeto, Aristóteles e seus discípulos contribuíram com os primeiros estudos sérios sobre botânica, zoologia, mecânica, física, astronomia, medicina e outras disciplinas humanas. É considerado o fundador da lógica, seus escritos sobre lógica estão reunidos no *Organon*.

Do final do século IV ao final do século III a.C., chamado de período sistemático, a Filosofia busca mostrar, a partir da sistematização de tudo quanto foi pensado sobre a cosmologia e a antropologia, que *tudo pode ser objeto de conhecimento filosófico*, desde que seguidos os critérios da verdade e da ciência.

A-Z

Pagão:

Utiliza-se para nomear os povos politeístas antigos e, por extensão, aos que se relacionam com eles ou seus deuses.

Do século I ao século VII d.C., surge a filosofia patrística, a partir do esforço de conciliar o Cristianismo com o pensamento dos gregos e dos romanos, numa tentativa de convencer aos **pagãos** acerca das novas verdades pregadas pelo cristianismo. A filosofia irá girar principalmente em torno das *rela-*

ções entre fé e ciência, a natureza de Deus, da alma, a vida moral. A filosofia liga-se a defesa da religião cristã, da evangelização.

Para impor as ideias cristãs, estas foram transformadas em verdades divinas, isto é, reveladas por Deus. Assim, as verdades cristãs, por serem divinas, se converteram em **dogmas**, isto é, em **ideias irrefutáveis e inquestionáveis**. A partir deste momento surgem diferentes verdades: as *verdades reveladas ou da fé e as verdades da razão ou humanas*, as primeiras referem-se à noção de conhecimento recebido por um superior divino, as segundas referem-se ao simples conhecimento racional. Para Aranha e Martins, (1986, p.137) nesta época “Mesmo quando se pede ajuda à razão filosofante, é ainda a *revelação* que surge como critério último de verdade na produção do conhecimento”.

Durante o período medieval, do século VIII ao século XIV, os interesses da Igreja Romana dominam a Europa, nesse período surge propriamente a Filosofia cristã, que é, na verdade, a teologia, também conhecida com o nome de escolástica. Nesta época a filosofia cristã está interessada em provar de forma racional a existência do infinito criador, Deus, e da alma, isto é, o espírito humano imortal.

A diferença e separação entre infinito (Deus) e finito (homem, mundo), a diferença entre razão e fé (a primeira deve subordinar-se à segunda), a diferença e separação entre corpo (matéria) e alma (espírito), o Universo como uma hierarquia de seres, onde os superiores dominam e governam os inferiores (Deus, arcanjos, anjos, alma, corpo, animais, vegetais, minerais), a subordinação do poder temporal dos reis e barões ao poder espiritual de papas e bispos: eis os grandes temas da Filosofia medieval (2000, p.54).

A ciência medieval se caracterizou pela dificuldade em incorporar a experimentação e matematização das ciências da natureza, o que ocorrera apenas na Idade Moderna. Após longos séculos de adormecimento da ciência e do predomínio dos dogmas e verdades divinas, no século XIV ao século XVI assistimos ao renascer da ciência, da cultura e da política.

Durante o Período chamado Renascimento, século XV e XVI, com as grandes descobertas marítimas, como a descoberta da América, a formação das monarquias nacionais, a reforma protestante, o **renascimento** artístico e a ideia de liberdade política, volta ao cenário científico e filosófico a possibilidade do homem conhecer a natureza e agir sobre ela.

A-Z

Renascimento:

Movimento de renovação artística, intelectual e científico, iniciado na Itália e que se expandiu pela Europa nos séculos XV e XVI. O movimento renascentista representou uma total oposição ao período medieval.

Para concluir esta aula, podemos reafirmar que áreas de interesse da filosofia mudam conforme os diversos momentos históricos da nossa sociedade. As preocupações filosóficas da Grécia Antiga até o renascimento nos mostram a necessidade do ser humano compreender seu mundo e ao mesmo tempo responder as clássicas perguntas - seja no âmbito da sociedade, da natureza ou pensamento - porque e como.

Resumo

Entre as principais preocupações dos filósofos da antiga Grécia (VI a.C.) até o Renascimento (XVI) destacam-se:

- investigação *das causas das transformações na Natureza*.

- Posteriormente os filósofos passam a investigar não mais a natureza, mas o habitante do universo: *o próprio homem*, as questões humanas, isto é, a ética, a política e as técnicas. No século V a.C. a preocupação dos filósofos é "mundana, isto é, voltada para o próprio homem e as condições de seu desenvolvimento e aperfeiçoamento intelectual". Mais tarde, parte das preocupações filosóficas centra-se no estudo do raciocínio, das regras do pensamento correto. Neste contexto Aristóteles pensava que a Filosofia devia ser a demonstração da prova, para ele uma afirmação não provada não era verdadeira. *Esse filósofo* escreveu o primeiro texto sobre *lógica*.

- Do século I ao século VII d. C., surge a filosofia *patristica*, a partir do esforço de conciliar o Cristianismo com o pensamento dos gregos e romanos, numa tentativa de convencer aos pagãos das novas verdades pregadas pelo cristianismo.

-Período medieval, do século VIII ao século XIV, os interesses da Igreja Romana dominam a Europa. Nesse período surge propriamente a Filosofia cristã, que é a teologia, interessada em provar de forma racional a existência do infinito criador, Deus, e da alma, isto é, o espírito humano imortal.

-Período do Renascimento, século XV e XVI, com as grandes descobertas marítimas, como a descoberta da América, a formação das monarquias nacionais, a reforma protestante, o renascimento artístico e a ideia de liberdade política e a possibilidade do homem conhecer a natureza e agir sobre ela.

Aula 5 - As preocupações filosóficas na idade moderna e época contemporânea

Nesta aula abordaremos algumas das principais perguntas que preocuparam a filosofia na idade moderna e na época contemporânea.

No final do mundo medieval e início do mundo moderno, encontram-se diversas características que marcam a contemporaneidade. Destacam-se, entre elas: a noção de indivíduo que ganha força a partir do século XIV; a formação de **Estados laicos**, que buscam a independência em relação ao poder religioso e, sobretudo, o pensamento que estabelece, já desde o século XIII, o revigoramento da filosofia e, portanto, da razão como necessária para reger a vida do homem e a construção da ordem social. Durante o século XVII a meados do século XVIII, período denominado de Idade Moderna, a filosofia passou a preocupar-se com novos assuntos, como as *questões do conhecer*.

Este período é marcado por importantes eventos como o renascimento científico - Galileu, Kepler, Newton -, o desenvolvimento do mercantilismo e o absolutismo. Com os pensadores como Galileu, Descartes, Bacon, Hobbes, a filosofia passa a ser definida de outra maneira. A filosofia vai ser vista como aquele conhecimento capaz de oferecer a fundamentação do conhecimento científico, cujo objetivo é dominar e controlar a natureza.

Neste período assistimos também ao **Iluminismo** (Montesquieu e Kant), ao Enciclopedismo (Voltaire, Diderot, D'Holbach, La Mettrie, Rousseau), ao **Liberalismo**, mais tarde à **Revolução Industrial** (máquina a vapor), Inconfidência Mineira, Independência dos EUA, Revolução Francesa, a conformação política e econômica de um novo sistema de produção: o **capitalismo**.

Saiba mais

Iluminismo: As teorias políticas e econômicas que ganharam força na Europa Ocidental entre o final do século XVII e o início do século XVIII constituíram um movimento cultural denominado Iluminismo, que resgatava os ideais e os valores burgueses do Renascimento. Os interesses da burguesia renascentista eram diferentes dos interesses da burguesia iluminista, que reivindicava maior participação política, liberdade religiosa e econômica e igualdade social, chocando-se com o poder absoluto dos monarcas e com os privilégios da nobreza e do clero. Esse cenário foi acompanhado pelo desenvolvimento

A-Z

Estado laico:

É o estado que não possui nenhuma orientação, nem influência religiosa. É neutro em matéria de religião, não exerce nenhum apoio, nem oposição explícita ou implícita a uma organização ou confissão religiosa.

e difusão de novas ideias e teorias que criticavam o absolutismo monárquico e o mercantilismo e propunham outras formas de governo e de organização econômica, expressando os interesses da burguesia em ascensão. Diversos filósofos iluministas dedicaram-se a formular teorias e propostas adequadas a reivindicações burguesas, tais como Locke, Voltaire, Rousseau, Montesquieu, Diderot, D'Alembert.

Liberalismo: Doutrina econômica que nasce junto com o avanço do poder político da burguesia, sustenta a necessidade da livre concorrência, o livre-cambismo (ausência de impostos sobre os produtos importados) e a não interferência do Estado na economia.

Revolução industrial: Antes da Revolução Industrial o sistema produtivo era baseado no artesanato doméstico e na manufatura. Com a revolução industrial do século XVIII, além de envolver a criação de indústrias e máquinas na Inglaterra, constituiu-se um processo complexo de transformações nas relações de trabalho, nas técnicas de produção, nos meios de transporte, na propriedade das terras e na atividade comercial. A revolução Industrial consolidou o trabalho assalariado e com isto o sistema capitalista. As relações de produção se transformaram e aprofundaram-se as desigualdades sociais. Ao proletariado (formado por ex-camponeses desempregados pelos cercamentos e ex-artesãos empobrecidos pelo crescimento das manufaturas) restava vender sua força de trabalho à burguesia capitalista, proprietária das fábricas, das matérias-primas, das máquinas e da produção.

Capitalismo: sistema econômico e político baseado na propriedade privada e na exploração do trabalho assalariado pela burguesia. Consolida-se como sistema político após a Revolução Francesa (1789).

Com a Idade Moderna vive-se um momento histórico marcado pela ideia da conquista e de apoderação da natureza. A marca desta época é a possibilidade do homem - por meio do uso da razão e o conhecimento - dominar a natureza. A filosofia surge então como a justificativa teórica e racional de um conhecimento que pretende ser total e dominar a realidade.

.. Pela razão, o homem pode conquistar a liberdade e a felicidade social e política'. (a Filosofia da Ilustração foi decisiva para as ideias da Revolução Francesa de 1789);

Embora o método tenha sido sempre objeto de discussão dos filósofos, nunca o foi com a intensidade e prioridade concedidas pelos filósofos modernos. Até então a filosofia se preocupava fundamentalmente com o problema do ser, mas na Idade Moderna a filosofia centra-se para as *questões do conhecer*. Daí surge o interesse pela **epistemologia**.

Para Chauí (2000, p. 56), esse período, conhecido como o Grande Racionalismo Clássico, é marcado por três grandes mudanças intelectuais:

- 1.** Aquela conhecida como o “surgimento do sujeito do conhecimento”, isto é, a Filosofia, em lugar de começar seu trabalho conhecendo a Natureza e Deus, para depois referir-se ao homem, começa indagando qual é a capacidade do intelecto humano para conhecer e demonstrar a verdade dos conhecimentos. Em outras palavras, a Filosofia começa pela reflexão, isto é, pela volta do pensamento sobre si mesmo para conhecer sua capacidade de conhecer.
- 2.** A realidade é um sistema de causalidades racionais rigorosas que podem ser conhecidas e transformadas pelo homem. Nasce a ideia de experimentação e de tecnologia (conhecimento teórico que orienta as intervenções práticas) e o ideal de que o homem poderá dominar tecnicamente a Natureza e a sociedade. Predomina, assim, nesse período, a ideia de conquista científica e técnica de toda a realidade, a partir da explicação mecânica e matemática do Universo e da invenção das máquinas, graças às experiências físicas e químicas.
- 3.** Existe também a convicção de que a razão humana é capaz de conhecer a origem, as causas e os efeitos das paixões e das emoções e, pela vontade orientada pelo intelecto, é capaz de governá-las e dominá-las, de sorte que a vida ética pode ser plenamente racional.

A mesma convicção orienta o racionalismo político, isto é, a ideia de que a razão é capaz de definir para cada sociedade qual o melhor regime político e como mantê-lo racionalmente.

O século XIX é o século do otimismo científico, filosófico social, artístico, presentes na afirmação de que a razão se desenvolvia plenamente para que o conhecimento completo possibilitasse o alcance dos objetivos almejados pela sociedade. Na ciência e na arte, esta afirmação se sustenta na confiança do aperfeiçoamento. Com o passar do tempo, na ideia do progresso permanente, de que o presente é melhor que o passado, e o futuro será melhor e superior, ao ser comparado ao presente. Neste século assistimos a momentos históricos relevantes como o Império de Napoleão,

da Rainha Vitória, o Colonialismo, as Revoluções liberais, a Comuna de Paris, a Independência do Brasil, entre muitos outros.

No entanto, a Filosofia contemporânea, que compreende de meados do século XIX e chega aos nossos dias, *questiona este otimismo racionalista*. O século XIX é o século da descoberta, do ser humano como ser histórico, da História ou da historicidade do homem, da sociedade, das ciências e das artes. Na esfera sociopolítica se evidenciava na real possibilidade de construção de uma sociedade justa; a Filosofia passou a apostar nas utopias revolucionárias.

Para Chauí (2000, p.63),

Marx, no final do século XIX, e Freud, no início do século XX, puseram em questão esse otimismo racionalista. Marx e Freud, cada qual em seu campo de investigação e cada qual voltado para diferentes aspectos da ação humana - Marx, voltado para a economia e a política; Freud, voltado para as perturbações e os sofrimentos psíquicos -, fizeram descobertas que, até agora, continuam impondo questões filosóficas. Que descobriram eles? Marx descobriu que temos a ilusão de estarmos pensando e agindo com nossa própria cabeça e por nossa própria vontade, racional e livremente, de acordo com nosso entendimento e nossa liberdade, porque desconhecemos um poder invisível que nos força a pensar como pensamos e agir como agimos. A esse poder - que é social - ele deu o nome de **ideologia**.

Freud, por sua vez, mostrou que os seres humanos têm a ilusão de que tudo quanto pensam, fazem, sentem e desejam, tudo quanto dizem ou calam estaria sob o controle de nossa consciência porque desconhecemos a existência de uma força invisível, de um poder - que é psíquico e social - que atua sobre nossa consciência sem que ela o saiba. A esse poder que domina e controla invisível e profundamente nossa vida consciente, ele deu o nome de **inconsciente**.

As descobertas realizadas por Marx e Freud, obrigaram a Filosofia a retomada da discussão sobre o que é e o que pode a razão, sobre o que é e o que pode a consciência reflexiva ou o sujeito do conhecimento, sobre o que são e o que podem as aparências e as ilusões. A Filosofia também reabriu discussões éticas e morais: O homem é realmente livre ou é inteiramente condicionado pela sua situação psíquica e histórica? Se for inteiramente condicionado, então a História e a cultura são causalidades necessárias como a Natureza? Ou seria mais correto indagar: Como os seres humanos conquistam a liberdade em meio a todos os condicionamentos psíquicos, históricos, econômicos, culturais em que vivem.

No século XX, com o surgimento da Primeira Guerra Mundial (1914 -1918), a Revolução Russa (1917), a quebra da Bolsa de Nova York (1929), a ascensão do fascismo na Itália (1922), de nazismo na Alemanha (1933) do stalinismo, da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), a bomba atômica (Hiroshima e Nagasaki – 1945) as ditaduras sangrentas da América Latina, a Filosofia também passou a desconfiar do otimismo revolucionário e das utopias e a indagar se os seres humanos, os explorados e dominados serão capazes de criar e manter uma sociedade nova, justa e feliz.

No século XX, a Filosofia passou a mostrar que as ciências não possuem princípios totalmente certos, seguros e rigorosos para as investigações, que os resultados podem ser duvidosos e precários, e que, frequentemente, uma ciência desconhece até onde pode ir e quando está entrando no campo de investigação de uma outra.

Os princípios, os métodos, os conceitos e os resultados de uma ciência podem estar totalmente equivocados ou desprovidos de fundamento.
(2000, pág 66)

Na Idade Contemporânea a Filosofia se interessa pela teoria do conhecimento, a ética e a epistemologia, pelo conhecimento das estruturas e formas de nossa consciência e também pelo seu modo de expressão, isto é, a linguagem. O interesse pela consciência reflexiva ou pelo sujeito do conhecimento deu surgimento a uma corrente filosófica conhecida como **fenomenologia**, iniciada pelo filósofo alemão Edmund Husserl. Já o interesse pelas formas e pelos modos de funcionamento da linguagem corresponde a uma corrente filosófica conhecida como filosofia analítica cujo início é atribuído ao **filósofo austríaco** Ludwig Wittgenstein.

No entanto, a atividade filosófica não se restringiu à teoria do conhecimento, à lógica, à epistemologia e à ética. Desde o início do século XX, a **História da Filosofia** tornou-se uma disciplina de grande prestígio e, com ela, a história das ideias e a história das ciências. Desde os anos 70, com a luta pela democracia em países submetidos a regimes autoritários, um grande interesse pela **filosofia política** ressurgiu e, com ele, as críticas de ideologias e uma nova discussão sobre as relações entre a ética e a política, além das discussões em torno da **filosofia da História**. Atualmente, um movimento filosófico conhecido como **desconstrutivismo** ou **pós-modernismo**, vem ganhando preponderância. Seu alvo principal é a crítica de todos os conceitos e valores que, até hoje, sustentaram a Filosofia e o pensamento dito ocidental: razão, saber, sujeito, objeto, História, espaço, tempo, liberdade, necessidade, acaso, natureza, homem, etc.

Para Chauí, no século XX, os impasses da ciência, das artes, a precariedade das religiões, a ideia de uma revolução utópica política de libertação transtornam um mundo que parecia dominado, explicado e controlado. A filosofia se torna a busca da origem, causa e forma de todas essas crises no século XX.

Resumo

- Durante o século XVII a meados do século XVIII, período denominado de Idade Moderna, a filosofia passou a preocupa-se por novos assuntos, como as *questões do conhecer*. Com os pensadores como Galileu, Descartes, Bacon, Hobbes, a filosofia vai ser vista como aquele conhecimento capaz de oferecer a fundamentação do conhecimento científico, cujo objetivo é dominar e controlar a natureza.

- De meados do século XVIII ao começo do século XIX a busca pela razão e a liberdade e os conhecimentos científicos caracterizam o período chamado de Iluminismo.

- Na Idade Moderna vive-se um momento histórico marcado pela ideia da conquista e de apoderação da natureza. A filosofia surge então como a justificativa teórica e racional de um conhecimento que pretende ser total e dominar a realidade.

- O século XIX é o século do otimismo científico, filosófico social, como artístico, presente na afirmação de que a razão se desenvolvia plenamente para que o conhecimento completo possibilitasse os objetivos almejados pela sociedade. Na ciência e na arte, esta afirmação se sustenta na confiança do aperfeiçoamento com o passar do tempo, na ideia do progresso permanente, de que o presente é melhor que o passado, e o futuro será melhor e superior, se comparado ao presente.

- A Filosofia contemporânea, que compreende de meados do século XIX e chega aos nossos dias, questiona o otimismo racionalista. No século XX, a Filosofia passou a mostrar que as ciências não possuem princípios totalmente certos, seguros e rigorosos para as investigações, que os resultados podem ser duvidosos e precários, e que, frequentemente, uma ciência desconhece até onde pode ir e quando está entrando no campo de investigação de uma outra.

Aula 6 - Os campos de investigação da filosofia

Nos textos anteriores observamos que ao longo do tempo, a filosofia tem tido áreas de estudo diversas segundo o seu contexto histórico. Nesta aula apresentaremos alguns dos **grandes temas de investigação da filosofia**, assim, no final desse estudo o aluno poderá identificar alguns dos principais campos em que se desenvolve a reflexão filosófica ao longo da história, tais como: Teoria do Conhecimento, Filosofia da Ciência, Lógica, Ética, Filosofia Política, História da Filosofia, entre outras. Então, vamos lá!

6.1 Teoria do Conhecimento

Você já se perguntou se a realidade é de fato aquilo que seus sentidos (tato, visão, audição, olfato, gosto) informam que é? Os sentidos são os principais instrumentos de conhecimento, assim como a razão. Mas, até que ponto podemos confiar nos sentidos para conhecer as coisas? Quais os campos de atuação da razão? Quais seus limites? Estas perguntas são abordadas precisamente pela teoria do conhecimento, que surge no século XVII quando começam as preocupações sobre as **fontes** do conhecimento e as **condições em que se dá o conhecimento**.

Segundo Chauí (2000, p. 67,), a Teoria do conhecimento é o *estudo das diferentes modalidades de conhecimento humano*: o conhecimento sensorial ou sensação e percepção; a memória e a imaginação; o conhecimento intelectual; a ideia de verdade e falsidade; a ideia de ilusão e realidade; formas de conhecer o espaço e o tempo; formas de conhecer relações, etc.

De acordo com Franklin Leopoldo e Silva (SILVA, 1985), os principais problemas que a teoria do conhecimento deve investigar são:

1. as fontes primeiras de todo conhecimento;
2. os processos que fazem com que os dados se transformem em **juízos** ou afirmações acerca de algo;
3. a forma adequada de descrever a atividade pensante do **sujeito** frente ao objeto do conhecimento;
4. O âmbito do que pode ser conhecido segundo as regras de verdade.

6.2 Filosofia da Ciência

Na Grécia Antiga a ciência estava vinculada à Filosofia, sua separação ocorre no século XVII, quando Galileu estrutura e introduz o método científico, baseado na experimentação e na matematização.

A-Z

Positivismo:

É uma escola de pensamento sociológico criada pelo francês Augusto Comte (1789 – 1857).

Comte tenta elaborar um sistema de valores adaptado a realidade que o mundo vivia na época da Revolução Industrial.

No século XIX surge o cientificismo, baseado nas ideias **positivistas**, o qual critica o conhecimento mítico, religioso ou metafísico, por não se fundamentarem na experiência. No entanto o cientificismo positivista acaba criando o “mito da cientificidade”, segundo o qual o único conhecimento perfeito é o científico. Mas será que toda investigação científica é realizada de forma adequada, com condições e com técnicas apropriadas, quais são os verdadeiros objetivos, propósitos, fins e prioridades da investigação científica?

A filosofia da ciência é um campo de investigação da filosofia que tem por objetivo a análise crítica das ciências, tanto as ciências exatas ou matemáticas, quanto as naturais e as humanas, avalia os métodos e os resultados das ciências.

6.3 Lógica

A teoria do conhecimento se caracteriza por uma preocupação com a busca de princípios gerais que permitam formular crenças verdadeiras sobre a realidade. Essa ideia está presente na obra de Platão e é, em larga medida, o que caracteriza também o pensamento de Aristóteles. É com Aristóteles que a filosofia ganha uma consciência mais definida acerca do **método** a ser adotado quando o assunto é o conhecimento e a formalização de regras que pudessem garantir a validade de raciocínios e argumentos. Foi então que nasceu a **lógica**, conjunto de regras formais que servem para ensinar a maneira adequada de se produzir argumentos, raciocínios, proposições, frases e juízos. O objeto da lógica é o estudo dos **procedimentos corretos** que devem orientar uma investigação.

Para Chauí (2000, p.66), a lógica é o conhecimento das formas gerais e regras gerais do pensamento correto e verdadeiro, independentemente dos conteúdos pensados; regras para a demonstração científica verdadeira; regras para pensamentos não científicos; regras sobre o modo de expor os conhecimentos; regras para a verificação da verdade ou falsidade de um pensamento, etc.

6.4 Ética

A ética é o estudo dos fundamentos da ação humana. A ética possibilita a análise crítica para a atribuição de valores, defende a existência dos valores morais e do sujeito que age a partir de valores, com consciência, responsabilidade e liberdade, no sentido da luta contra toda e qualquer forma de violência.

Um dos grandes problemas enfrentados pela ética é o da relação entre o sujeito e a norma de comportamento. Essa relação é eminentemente tensa e conflituosa, uma vez que todo estabelecimento de uma norma implica no cerceamento da liberdade.

A ética entende que os valores são construídos e, portanto, não há valores e ou modelos pré-definidos, mas sim que ao agir o homem tem o poder de estabelecer os valores diante dos quais terá responsabilidade. Partindo de um conceito básico de ética como “saber-viver, ou a arte de viver” (SAVATER, 2002), pode-se dizer que os homens tudo fazem para viver e viver bem.

A filosofia recentemente se ocupou da reflexão sobre as relações entre as ideias e a história. O tema recebeu o nome de “filosofia da história” e foi cunhado pelo filósofo Voltaire. Para Chauí (CHAUÍ, 2000, p. 67), a Filosofia da História é o estudo sobre a dimensão temporal da existência humana como existência sociopolítica e cultural; teorias do progresso, da evolução e teorias da descontinuidade histórica; significado das diferenças culturais e históricas, suas razões e consequências.

Outras áreas de estudo da Filosofia são: **Filosofia política**, **Filosofia da arte**, **Filosofia da linguagem** e **História da Filosofia**. Vejamos a conceitualização que a filósofa Chauí dá para estas áreas de estudo (CHAUÍ, p.67, 2000).

Filosofia política:

“...é o estudo sobre a natureza do poder e da autoridade; ideia de direito, lei, justiça, dominação, violência; formas dos regimes políticos e suas fundamentações; nascimento e formas do Estado; ideias autoritárias, conservadoras, revolucionárias e libertárias; teorias da revolução e da reforma; análise e crítica das ideologias”.

Filosofia da arte ou estética:

“... estudo das formas de arte, do trabalho artístico; ideia de obra de arte e de criação; relação entre matéria e forma nas artes; relação entre arte e sociedade, arte e política, arte e ética”.

Filosofia da linguagem:

“... a linguagem como manifestação da humanidade do homem; signos, significações; a comunicação; passagem da linguagem oral à escrita, da linguagem cotidiana à filosófica, à literária, à científica; diferentes modalidades de linguagem como diferentes formas de expressão e de comunicação”.

História da Filosofia:

“... estudo dos diferentes períodos da Filosofia; de grupos de filósofos segundo os temas e problemas que abordam; de relações entre o pensamento filosófico e as condições econômicas, políticas, sociais e culturais de uma sociedade”.

Ao longo deste livro abordaremos temas de interesse das diversas áreas de estudo da filosofia, tais quais, liberdade, arte, política, moral entre outras.

Resumo

Ao longo do tempo a filosofia tem tido áreas de estudo diversas segundo seu contexto histórico. Entre os grandes temas de investigação da filosofia encontramos: Teoria do Conhecimento, Filosofia da Ciência, Lógica, Ética, Filosofia Política, História da Filosofia, entre outras.



Atividades de aprendizagem

Em grupos procure textos que lhe permitam responder as questões a seguir,

- Qual é a diferença entre História da filosofia e Filosofia da Ciência?

Aula 7 - O capitalismo

Antes de continuar o nosso percorrido pela filosofia, faremos uma parada para expor, brevemente, um conceito de fundamental importância, a saber: o Capitalismo. Este parêntese tem por objetivo facilitar a compressão de conceitos e conteúdos a serem usados nas seguintes aulas deste livro, a partir dos quais se analisam temas de interesse histórico da Filosofia, como liberdade, ideologia, trabalho, ética, entre outros. É importante mencionar que o conceito de capitalismo será abordado também na disciplina de Sociologia, permitindo a melhor compreensão dos conteúdos da disciplina Filosofia I e II.

O capitalismo é um modo de produção, ou seja, é a forma em que a sociedade está organizada visando à produção de bens e serviços objetivando sua sobrevivência. Ao longo da história da humanidade diferentes modos de produção têm predominado, entre eles, a sociedade primitiva, o escravismo, o feudalismo, capitalismo, entre outros. Todos os modos de produção possuem características próprias, isto é, formas distintas de se organizar para produzir. Mas, quais são as características próprias do capitalismo? Como ele surge?

O capitalismo se caracteriza pela produção de bens e serviços (mercadorias) baseada na relação entre trabalhadores e burguesia e na propriedade privada dos meios de produção. Neste sistema, diferentemente de todos os sistemas anteriores, a produção é realizada por **trabalhadores** que não possuem nenhuma ferramenta, matéria-prima, e/ou maquinaria para produzir, sobrevivendo de sua própria força de trabalho, a qual é vendida a cambio de um salário. Os proprietários dos meios de produção são os **burgueses**, também chamados de capitalistas, que possuem os meios de produção necessários para a produção, assim como o capital (dinheiro investido na produção, objetivando a obtenção de lucro, de mais-valia).

Como os trabalhadores unicamente possuem sua força de trabalho, ela é vendida para o capitalista, sem a qual não poderia produzir, isto é, colocar a funcionar os meios de produção que ele possui. O salário é a quantidade de dinheiro que o trabalhador recebe para reproduzir sua força de trabalho. A força de trabalho é a energia e as habilidades que o trabalhador possui para produzir, para transformar a matéria-prima em mercadorias.

Mas porque os trabalhadores, diferentemente dos capitalistas, não possuem meios de produção? Por que a burguesia possui a propriedade privada dos meios de produção? Esta pergunta pode ser respondida a partir do conhecimento da História, portanto, vamos lembrar um pouco das aulas desta disciplina.

Na Inglaterra do século XVII, iniciam-se uma série de transformações que nos explicam o processo de perda dos meios de produção dos trabalhadores daquela época, isto é, dos camponeses e dos artesões, entre as que destacam: os *cercamentos* e o *crescimento da manufatura*. Nos **cercamentos** as terras do Estado, até então cultivadas *coletivamente por camponeses*, foram cercadas e apropriadas pelos nobres e burgueses. Os novos donos dessas terras utilizaram-nas para a criação de ovelhas, visando à geração de lucro por meio da produção de lã para as manufaturas têxteis. Os cercamentos destas terras implicou na expulsão violenta dos camponeses que produziam e viviam delas, o desemprego no campo e, como consequência, o êxodo rural. Este processo foi apoiado pela então Elizabeth I de Inglaterra. É importante mencionar que o processo de expulsão do campo de uma quantia importante de camponeses se repete, por diferentes meios, na história do desenvolvimento do capitalismo nos diversos países. No Brasil no século XIX, a Lei de Terras representa a expulsão do campo dos camponeses, a apropriação da suas terras por parte dos latifundiários.

Paralelamente aos cercamentos, surge a *manufatura*. No século XVII a maior parte da produção era realizada pelos artesãos. Os artesãos, donos das matérias-primas e das ferramentas de trabalho, realizavam todas as etapas da produção. Um tecelão, por exemplo, criava e tosquiava suas ovelhas, tecia e tingia a lã, confeccionava mantas e casacos. No entanto, a nascente burguesia veio a modificar esta realidade objetivando a obtenção de lucro, para o qual investiu seu dinheiro na produção por meio da manufatura. Na manufatura, os artesãos de um mesmo ofício trabalhavam para o patrão, um burguês que ficava com a maior parte dos lucros. Cada trabalhador exercia uma tarefa na produção, processo conhecido como divisão do trabalho, produzindo uma maior quantidade de mercadorias em menor tempo e preço.

A expulsão de uma enorme massa de camponeses do campo, resultado dos cercamentos, assim como o empobrecimento dos artesãos que não conseguiam competir com a nascente manufatura, provocaram grande desemprego. Dos ex-artesões empobrecidos e dos ex-camponeses desempregados surge o proletariado, isto é, trabalhadores que para

sobreviver vendem sua força de trabalho à nascente burguesia, proprietária das matérias-primas, das máquinas. Graças a abundante mão de obra disponível nas nascentes cidades, a burguesia impôs condições de trabalho desumanas, que geraram seu enriquecimento. Observem na figura 7.1, uma representação pictórica deste início.

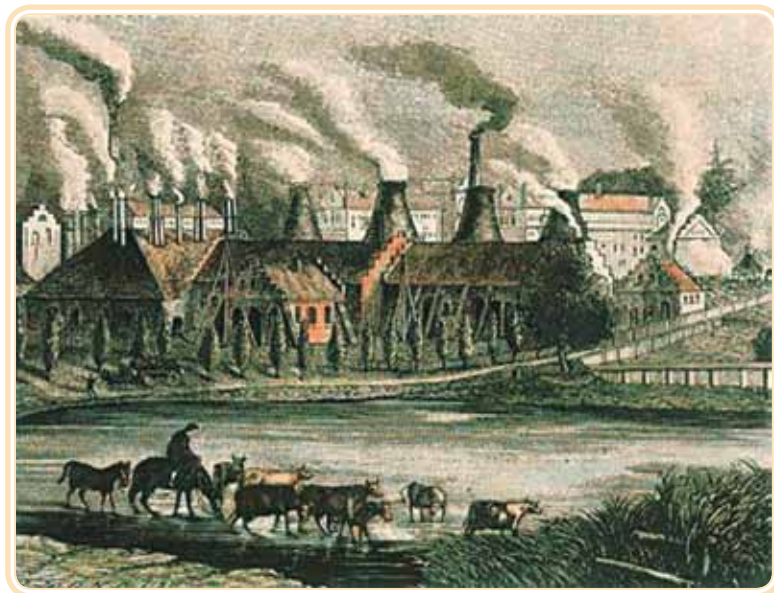


Figura 7.1 História do Capitalismo

Fonte: <http://www.grupoescolar.com>

Saiba Mais

Origem do capital inglês

A Revolução Industrial consolidou o sistema capitalista. Diversos fatores contribuíram para o **pionerismo** inglês nesse processo, sobretudo a acumulação de capitais ocorrida entre os séculos XVI e XVIII.

Naquela época, a Coroa britânica estimulava o ataque de corsários às embarcações espanholas carregadas de metais preciosos extraídos da América, que significavam uma importante fonte de riquezas.

A assinatura do Ato de Navegação em 1651 representou outro passo importante na acumulação de capitais: os navios estrangeiros estavam proibidos de transportar para os portos ingleses quaisquer produtos que não fossem originários de seus próprios países. Pelo Ato de Navegação, as embarcações inglesas passavam a monopolizar o transporte das mercadorias vindas de suas colônias. Com tais medidas, a Inglaterra conseguia praticamente eliminar a Holanda – sua principal concorrente – do comércio internacional da época.

A-Z

Pionerismo:
Qualidade de se antecipar, de abrir caminho a outros.

A assinatura do Tratado de Methuem (também conhecido por tratado dos Panos e Vinhos) com Portugal em 1703 também contribui para a acumulação de capitais por parte da Inglaterra. De acordo com o tratado, os ingleses exportavam tecidos a Portugal, que pagava com o ouro extraído de Minas Gerais, prontamente investido na industrialização inglesa.

Outros fatores que geraram capitais foram a exploração colonial, a produção de manufaturados e as práticas protecionistas, como a cobrança de impostos alfandegários sobre produtos importados. (PANAZZO; VAZ, 2009, p.73)



A Revolução Industrial (século XVIII) teve sua origem na Inglaterra e caracterizou-se pelo nascimento da indústria, de novas técnicas de produção e organização do trabalho, assim como por grandes transformações nas relações de trabalho, nos meios de transporte, nas propriedades das terras e na atividade comercial. Estas transformações vieram a consolidar o sistema capitalista e, com isto, a burguesia como classe economicamente dominante.

A Revolução Francesa, 1789, significou o fim da monarquia, a consolidação da burguesia como a classe politicamente dominante, por meio da implantação de um governo republicano.

Com a Revolução Industrial consolidou-se o trabalho assalariado, surge uma nova categoria de trabalhadores: o proletariado. As relações de produção se transformaram e aprofundaram-se as desigualdades sociais. Segundo Panazzo e Alviero (2009, p. 78), “As jornadas variavam entre catorze e dezesseis horas por dia; as instalações das fábricas, mal iluminadas e pouco ventiladas, ficavam praticamente ocupadas pelo maquinário. O manuseio das máquinas exigia muita atenção – qualquer descuido poderia resultar em graves acidentes, como mãos decepadas nos teares, membros esmagados nas prensas, rostos queimados nas fornalhas. Os patrões preferiam empregar mulheres e crianças porque constituíam mão de obras mais barata do que a dos homens, tinham mais facilidade para se movimentar nos poucos espaços livres entre as máquinas e eram mais ágeis para operá-las. Nas minas de carvão, os mineiros trabalhavam por longos períodos e recebiam baixos salários, sob risco de soterramento, de doenças respiratórias por falta de ventilação e por causa da umidade nas galerias subterrâneas”

Uma vez respondidas as perguntas anteriormente colocadas, isto é, porque os trabalhadores, diferentemente dos capitalistas, não possuem meios de produção e por que a burguesia possui a propriedade privada dos meios de produção, avançaremos na explicação de uma das características mais importantes do sistema capitalista: a geração de *mais-valia*.

A-Z

Mercadoria:

Produto do trabalho que se destina ao câmbio por meio da compra e venda. O valor de uso da mercadoria consiste em que esta seja útil para os homens, satisfazendo necessidades como objeto de consumo pessoal ou como meio de produção. O valor de câmbio é a qualidade que possui a mercadoria de trocar-se em determinadas proporções por outras mercadorias.

No capitalismo o processo de trabalho é caracterizado pelo consumo, por parte do capitalista, da força de trabalho, esta gerada pelo trabalhador assalariado. Esse processo é marcado por duas peculiaridades. Em primeiro lugar, *se efetua para o capitalista e sob seu controle*. Lembre que o capitalista possui os meios de produção e *dispõe*, durante o tempo de trabalho, *livremente da força de trabalho* que compra como **mercadoria**. Em segundo lugar, o produto criado no processo de trabalho não pertence a seu produtor direto, o trabalhador assalariado, pertence ao capitalista.

Ao comprar os meios de produção e a força de trabalho, o *capitalista quer produzir mercadorias*, isto é, objetos que tenham *valor de uso*, ou seja, objetos que possuam alguma utilidade para alguém, assim como *valor de cambio*, ou seja, algo que possa ser trocado, vendido e comprado na sociedade capitalista. No processo de produção de uma mercadoria o que importa para o capitalista é obter lucro. Mas como é criado o lucro, a mais-valia?

Vamos supor que um capitalista produza determinado tipo de máquina, denominada máquina X, e que numa jornada de 8 horas – num dia - sua empresa fabrique 100 máquinas, para o qual contrata 50 trabalhadores. Para o capitalista poder produzir estas máquinas realizará os seguintes gastos (tabela 01) em meios de produção (cálculo por dia):

Tabela 01 – GASTOS POR DIA COM MEIOS DE PRODUÇÃO VISANDO A PRODUÇÃO DE 100 MÁQUINAS X	
Prédio e instalações (desgaste por dia)	R\$ 500,00
Máquinas e outros meios de trabalho (desgaste por dia)	R\$ 500,00
Matérias-primas, matérias e combustível (desgaste por dia)	R\$ 20.000,00
TOTAL	R\$ 21.000,00

Mas para poder produzir as máquinas x, precisará comprar força de trabalho, pois sem ela as máquinas não poderão funcionar impossibilitando, com isso, a transformação da matéria-prima. Se o salário pago por dia a um trabalhador é de R\$60, e o capitalista precisa de 50 trabalhadores para produzir 100 máquinas X por dia, o capitalista deverá investir R\$3.000,00 para o pagamento de salários (50 x 60). Assim, o total de gastos por dia necessários para a produção de 100 máquinas será de: R\$24.000,00, como demonstra a tabela 02, a saber:

TABELA 02 – GASTOS TOTAIS POR DIA PARA A PRODUÇÃO DE 100 MÁQUINAS X (INCLUI PAGAMENTO DE SALARIOS)	
Prédio e instalações (desgaste por dia)	R\$ 500,00
Máquinas e outros meios de trabalho (desgaste por dia)	R\$ 500,00
Matérias-primas, matérias e combustível (desgaste por dia)	R\$ 20.000,00
Pagamento de salário (por dia)	R\$ 3.000,00
TOTAL	R\$ 24.000,00

Após verificar todos os gastos que o capitalista terá para produzir as máquinas X, devemos nos perguntar, mas de onde sai o lucro do capitalista? Alguns poderão falar que se todos os gastos para produzir as 100 máquinas X somam

R\$24.000,00, o lucro será resultado da venda dessas máquinas por um valor maior do que o gasto do capitalista, isto é, por um valor maior do que R\$24.000,00. Mas será que é assim mesmo? Vejamos onde está a resposta.

Durante o processo de produção das máquinas X, os gastos com máquinas, ferramentas, matérias-primas e combustíveis necessários à produção são **transferidos** ao valor do produto que se fabrica. Nas tabelas anteriores os gastos transferidos para o valor das máquinas X aparecem em cor de rosa, e correspondem a R\$21.000,00. Os gastos com salários também são inclusos **no valor total das máquinas X. Notem que é exatamente no pagamento de salários para os trabalhadores que está a fonte de lucro do capitalista.** Vejamos por que. No processo de produção os trabalhadores **colocam em ação as** máquinas e **transformam** com seu trabalho as matérias-primas, **criando novas mercadorias, novos valores** de uso e de cambio, neste caso máquinas X. Mas o que significa **criar novos valores**? Vejamos a seguinte explicação.

No processo de produção do trabalho cada trabalhador é o único capaz de **criar um novo valor**, as máquinas e as matérias-primas não são colocadas em ação nem modificadas sem a ação da força de trabalho. No nosso exemplo, se cada trabalhador cria numa hora um valor equivalente a R\$15, os 50 trabalhadores criarão durante as 8 horas de trabalho, **um valor novo equivalente a R\$6.000,00** (50x8x15). Assim, **o valor total de 100 máquinas X** produzidas num dia é o seguinte:

TABELA 03 - COMPONENTES DO VALOR TOTAL DE 100 MÁQUINAS X	
Prédio e instalações (desgaste por dia)	R\$ 500,00
Máquinas e outros meios de trabalho (desgaste por dia)	R\$ 500,00
Matérias-primas, matérias e combustível (desgaste por dia)	R\$ 20.000,00
Novo valor criado por 50 trabalhadores durante 08 horas de jornada	R\$ 6.000,00
TOTAL	R\$ 27.000,00

Observe cuidadosamente o seguinte:

Na tabela 02 o capitalista desembolsa para o pagamento de salários de 50 trabalhadores R\$3.000,00, no entanto, o valor criado por estes trabalhadores durante 08 de trabalho é maior, **soma R\$6.000,00**, como observado na tabela 03. Assim, quando o capitalista vende a produção no mercado, neste caso as máquinas X, **receberá mais do que o investido em meios de produção e no pagamento dos salários**, neste caso recebera mais R\$3.000,00, vejamos:

$$R\$27.000,00 - R\$24.000,00 = R\$3.000,00$$

Isto significa que **o capitalista paga aos trabalhadores, na forma de salário, um valor menor ao valor produzido por eles durante a jornada de trabalho. O valor dos salários é menor, não corresponde ao valor criado pelo trabalhador durante as 08 horas de trabalho.** Vamos ilustrar esta situação, por meio da distribuição das 08 horas de jornada de trabalho de um trabalhador,

04 h - tempo de trabalho **NECESSÁRIO** = SALÁRIO 4 horas - tempo de trabalho **EXCEDENTE** = MAIS-VALIA (LUCRO)

Por uma jornada de trabalho de 08 horas, o capitalista paga ao trabalhador em forma de salário unicamente 04 horas, assim, o salário é o pagamento em dinheiro do tempo de trabalho necessário da jornada de um trabalhador para comprar os bens e serviços indispensável a sua sobrevivência. As 04 horas restantes durante da jornada **NÃO SÃO PAGAS AO TRABALHADOR**, o valor novo criado durante estas horas é apropriado pelo capitalista, é a mais-valia por meio da qual o capitalista se enriquece à custa do trabalhador. O valor pago pela força de trabalho e o valor que se cria no processo do consumo desta força são magnitudes distintas.

Alguns de vocês se perguntarão, mais porque o lucro tem que vir da jornada de trabalho não paga ao trabalhador, durante a qual ele cria novos valores, e não de outro componente? A maioria das pessoas acredita que o lucro do capitalista é resultado dos investimentos que ele tem, no entanto, os valores gastos com os meios de produção não podem ser aumentados artificialmente de forma permanente e contínua, ou seja, o capitalista não obtém seu lucro aumentado os valores que ele gasta em meios de produção, pois se esta fosse a fonte de lucro, o valor aumentado por um capitalista seria perdido no momento que outro capitalista ao vender suas mercadorias cobrasse um valor a mais, assim, um capitalista tiraria de um enquanto outro tiraria do mesmo. Na verdade estes valores, como comentado nos parágrafos anteriores, somente podem ser **repassados, transferidos** com base no valor da mercadoria. O valor do prédio e as instalações, as máquinas, ferramentas, matérias-primas, combustível e outros meios de produção necessários à produção de mercadorias todos eles são transferidos ao valor de mercadoria produzida e recuperados após a venda das mesmas.

Assim, a riqueza do capitalista não pode vir do aumento artificial do valor da mercadoria, a riqueza unicamente pode vir de um novo valor criado, e a força de trabalho é a única mercadoria (mercadoria, pois ela é comprada por meio

de dinheiro, neste caso de salário) que cria valor novo. No capitalismo nenhum empresário investiria na compra de força de trabalho e meios de produção se ao final do processo de produção de uma mercadoria não obtivesse mais do que investiu (não investe para obter o mesmo que investiu no início), isto é óbvio. O que não é óbvio, é que ele recebe mais do que investiu por que os trabalhadores produziram um novo valor e não foram pagos pela produção deste novo valor, foram pagos, unicamente pelo tempo de trabalho necessário para se reproduzir como força de trabalho, para existir como ser humano, e não pela produção de novos valores produzidos ao longo de 08 horas de trabalho. Nisto consiste a exploração da força de trabalho.

Assim, no exemplo citado anteriormente os trabalhadores recebem no salário o valor equivalente a 04 horas, mas trabalharam ao longo de toda uma jornada de trabalho que durou 8 horas. Quando o capitalista compra a mercadoria força de trabalho, o capitalista adquire o “direito” de utilizar seu valor de uso (capacidade de criar valores novos) durante toda a jornada de trabalho e obriga aos trabalhadores a trabalhar 08 horas, e não 04 horas. Se o capitalista paga pelas 08 horas, não teria como se apropriar da mais-valia, popularmente conhecida como lucro, gerada pelo trabalhador. Este processo pode ser resumido da seguinte forma:

O capitalista obtém mais-valia quando investe seu dinheiro (D) na compra de dois tipos de mercadoria (M): força de trabalho e meios de produção. A força de trabalho cria novos valores, mercadorias que ao serem vendidas geram mais dinheiro (D') do que o valor inicialmente investido pelo capitalista.

D - M - D'

Veja o diagrama a seguir:

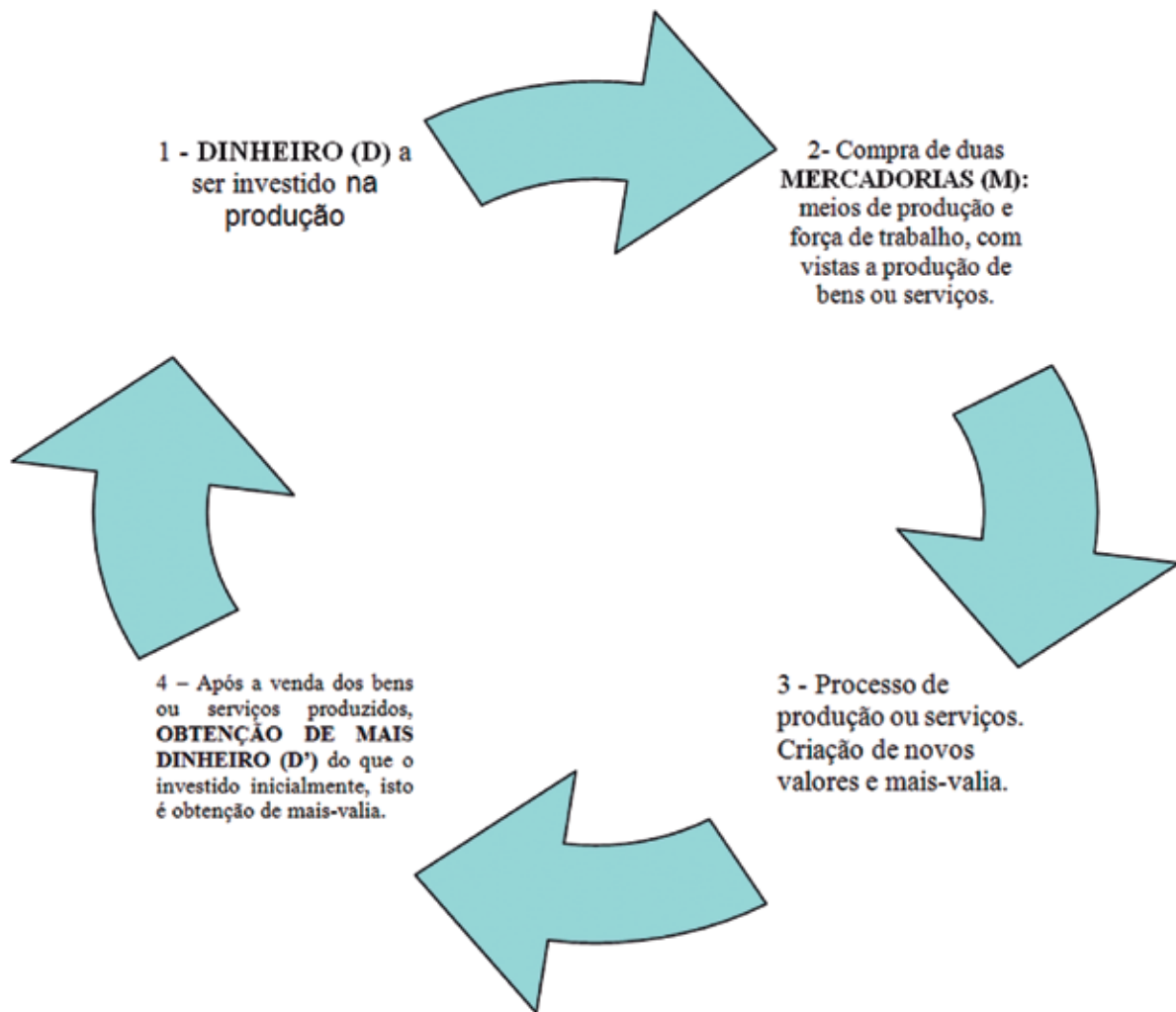


Figura 7.2 Diagrama

Fonte: Banco de imagens DI

Voltando para o objetivo desta aula, e após a compreensão da origem da mais-valia, podemos definir o capitalismo, como o modo de produção baseado na exploração de força de trabalho, com vistas à obtenção de mais-valia. Na sociedade atual, na medida em que o trabalhador ganha menos (menos salário), o capitalista ganha mais, se apropria de mais mais-valia. É por isso que os trabalhadores e a burguesia possuem interesses de classe antagônicos, ou seja, opostos, pois o aumento do lucro do burguês é a perda de uma quantidade de salário por parte do trabalhador. A obtenção de mais-valia é o objetivo único e fundamental da produção capitalista. O lucro está acima da vida.

Objetivando a manutenção dos interesses da classe dominante, a burguesia possui duas ferramentas fundamentais: a ideologia e o Estado, a serem abordados nos próximos capítulos deste livro. Não perca!



Com o desenvolvimento das indústrias e sob a exigência capitalista de produzir mais no menor tempo possível, o ritmo de trabalho passou a ser determinado pela máquina que implica na adoção de tempos e movimentos dos trabalhadores durante a produção. Esta realidade está magistralmente exposta no filme "Tempos Modernos", 1936, de Charles Chaplin.

Resumo

O capitalismo é um regime socioeconômico que se baseia na exploração da força de trabalho pela burguesia, que possui a propriedade privada dos meios de produção, com vistas à obtenção de mais-valia.

Os cercamentos e o desenvolvimento da manufatura criaram uma massa de desempregados (ex-camponeses e ex-artesões) que foram obrigados a vender sua força de trabalho a nascente burguesia.

A propriedade privada dos meios de produção por parte da burguesia obriga aos trabalhadores que não possuem nenhum meio de produção a vender sua força de trabalho.

A Revolução industrial e a Revolução Francesa consolidaram a burguesia como classe dominante, e com isto o sistema capitalista de produção.

O valor pago pela força de trabalho e o valor que se cria no processo do consumo desta força apresentam magnitudes distintas. A jornada de trabalho está composta pelo tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. O salário é o pagamento em dinheiro do tempo de trabalho necessário para comprar os bens e serviços indispensáveis a sua sobrevivência. O tempo de trabalho excedente representa as horas da jornada de trabalho não pagas ao trabalhador, sendo que o valor novo criado durante estas horas é apropriado pelo capitalista na forma de mais-valia.

A mais-valia resulta da exploração da força de trabalho.

Os trabalhadores e a burguesia possuem interesses de classe opostos, antagônicos, quando o trabalhador ganha menos salário, a burguesia ganha mais mais-valia, popularmente conhecida como lucro (D-M-D').

A obtenção de mais-valia é o objetivo único e fundamental da produção capitalista. O lucro está acima da vida.

Aula 8 - Ideologia

Quantas vezes você escutou que “o Estado é uma instituição que está a serviço de todos”; ou que “a divisão da sociedade em ricos e pobres faz parte da natureza”. Na sociedade existe um conjunto de ideias, formas de pensar e explicações que são difundidos e aceitos como *verdadeiros*, mas que quando as comparamos com os fatos reais, ou com explicações mais aprofundadas se mostram falsos. Nessa aula vamos entender como isto funciona. Explicaremos o conceito de *ideologia*, sua origem, e sua função dentro da sociedade.

“Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam – Isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia.
Numa época em que reina a confusão,
Em que corre o sangue,
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza ...
Não digam nunca: Isso é natural!
A fim de que nada passe por ser imutável!”

Bertolt Brecht

Vamos realizar o seguinte questionamento:

Na sociedade se reproduz a ideia de que o Estado, por meio do governo, é uma instituição que deve **cuidar da mesma forma dos interesses de todas as pessoas**. Mas se é assim, porque é natural que a grande maioria da população viva em condições de pobreza e uma minoria na opulência, isto é na riqueza? Na sociedade circulam como verdadeiros ideais ou explicações que ao serem comparadas com a realidade se mostram incoerentes. Qual é a causa da divulgação destas ideias? Quais os objetivos? Para dar resposta a estas perguntas é necessário entender o que é ideologia.

Segundo Aranha e Martins (MARTINS, 1993 p. 69), “há vários sentidos para a palavra ideologia. Em sentido amplo, é o conjunto de ideias, concepções ou opiniões sobre algum ponto sujeito a discussão”.

Mas, que ideias são estas?

Vamos exemplificar algumas opiniões ou pensamentos comuns na nossa sociedade,

- As pessoas são pobres devido a sua natureza: são preguiçosas, incompetentes, não se esforçam e não possuem talento.
- Um bom empregado é aquele que não discute salário e aceita trabalhar além do horário.
- A educação é um direito de todos.

O que você pensa em relação às opiniões acima citadas? São verdadeiras ou falsas? O que seus companheiros pensam em relação a cada uma destas ideias? A seguir faremos uma breve reflexão em relação à frase “Um bom empregado é aquele que não discute salário e aceita trabalhar além do horário”.

Primeiro, vamos trazer o conceito de ideologia para entender porque na sociedade circulam como verdadeiros ideais ou explicações que, ao serem comparadas com a realidade, se mostram falsas. A ideologia é um fenômeno moderno, que vem a substituir o papel que antes tinham alguns mitos e teologias. A função principal da ideologia é ocultar os distintos interesses existentes na sociedade, por exemplo, entre os trabalhadores e os donos das empresas ou fábricas. Mas, por que é importante ocultar os diferentes interesses de classes?

Não existe nenhuma pessoa que monte uma empresa sem ter como objetivo o lucro. Como analisado na Aula 7, para obter lucro é necessário explorar a força de trabalho, ou seja, se apropriar de uma parte da riqueza gerada pelo trabalhador, por meio do pagamento de salário, que corresponde unicamente ao valor necessário para reproduzir sua força de trabalho e não ao valor criado pelo trabalhador na produção de mercadorias.

Façamos a seguinte pergunta:

Será que a exploração dos trabalhadores continuaria a ser exercida de forma pacífica se soubessem que o enriquecimento dos proprietários privados dos meios de produção (donos, patrões) é produto da exploração de seu trabalho? Sem dúvida nenhuma esta situação seria aceita. Mas, na medida em que a exploração não é compreendida e é dissimulada, na medida em que

as desigualdades sociais são postas como naturais, os trabalhadores deixam de questionar e lutar pelos seus interesses por condições de vida melhores.

Na sociedade dividida em classes sociais, em que cada classe tem interesses diferentes e antagônicos, a ideologia permita a *unificação e a identificação social*, a "paz" que permite a *continuidade de situações favoráveis a uma classe social*. No exemplo acima mencionado a ideologia permite a *continuidade da exploração*. Segundo Aranha e Martins (ARANHA, e MARTINS, 1986 p.80) a ideologia é apresentada como tendo fundamentalmente as seguintes características:

- constitui um corpo sistemático de representações que nos "ensinam" a pensar e de normas que nos "ensinam" a agir;
- tem como função assegurar determinada relação dos homens entre si e com suas condições de existência, adaptando os indivíduos às tarefas prefixadas pela sociedade;
- para tanto, as diferenças de classe e os conflitos sociais são camuflados, ora com a descrição da "sociedade una e harmônica", ora com a justificação das diferenças existentes;
- com isso é assegurada a coesão dos homens e a aceitação sem críticas das tarefas mais penosas e pouco recompensadoras, em nome da "vontade de Deus" ou do "dever moral" ou simplesmente como decorrente da "ordem natural das coisas"; em última instância, tem a função de manter a dominação de uma classe sobre outra.

Para esta autora, a ideologia se caracteriza pela **naturalização** das situações que na verdade são produtos da ação humana. Não é natural, por exemplo, que uns ordenem e outros obedeçam, independentemente de ser ou não favorável à situação de quem obedece.

Outra característica da ideologia é a **universalização dos valores da classe dominante**, por meio da qual os valores da classe dominante passam a ser também os valores da classe dominada. A ideologia oculta a maneira pela qual a realidade social foi produzida, mostrando-a como natural e justa. Para os filósofos marxistas a filosofia cumpre um importante papel como crítica da ideologia, mostrando, revelando, entre outros processos, as formas de dominação.

Segundo Chauí (2000, p.539),

“Marx afirma que a consciência humana é sempre social e histórica, isto é, determinada pelas condições concretas de nossa existência. Isso não significa, porém, que nossas ideias representem a realidade tal como esta é em si mesma. Se assim fosse, seria incompreensível que os seres humanos, conhecendo as causas da exploração, da dominação, da miséria e da injustiça nada fizessem contra elas. Nossas ideias, historicamente determinadas, têm a peculiaridade de nascer a partir de nossa experiência social direta. A marca da experiência social é oferecer-se como uma explicação da **aparência** das coisas como se esta fosse a essência das próprias coisas. Não só isso. As aparências – ou o aparecer social à consciência – são aparências justamente porque nos oferecem o mundo de cabeça para baixo: o que é causa parece ser efeito, o que é efeito parece ser causa. Isso não se dá apenas no plano da consciência individual, mas sobretudo no da consciência social, isto é, no conjunto de ideias e explicações que uma sociedade oferece sobre si mesma.

...A inversão entre causa e efeito, princípio e consequência, condição e condicionado leva à produção de **imagens e ideias** que pretendem representar a realidade. As imagens formam um imaginário social invertido – um conjunto de representações sobre os seres humanos e suas relações, sobre as coisas, sobre o bem e o mal, o justo e o injusto, os bons e os maus costumes, etc. Tomadas como ideias, essas imagens ou esse imaginário social constituem a **ideologia**”.

Assim, na sociedade como a nossa - divididas em classes sociais , a ideologia é um instrumento de dominação, que é mantido por um conjunto de procedimentos institucionais, jurídicos, políticos, policiais, pedagógicos, morais, psicológicos, culturais, religiosos, artísticos, usados para manter a dominação.

Curiosidade

No início da década de 1970, um pequeno e divertido livrinho publicado no Chile, de inspiração marxista, caiu como uma bomba no mundo dos quadrinhos infantis. “Para Ler o Pato Donald”, de Ariel Dorfman e Armand Matterlart, foi escrito num período em que o governo de Salvador Allende se debatia para sobreviver a pressões do imperialismo norte-americano.

A ideia de Dorfam e Mattelart era justamente denunciar a ideologia imperia- lista que dominava as aparentemente inocentes histórias infantis de Disney. Para os autores, as histórias em quadrinhos de Tio Patinhas e companhia preparavam as crianças do terceiro mundo para serem subservientes aos pa- íses de primeiro mundo, em especial aos EUA (2011 pág. 32).

A ideologia penetra em setores inimagináveis, como por exemplo, na edu- cação familiar e escolar, nas prisões, nas indústrias, e em outros de forma claro, como é o caso dos meios de comunicação de massas. Na atualidade os meios de comunicação possuem um importante papel na difusão da ideolo- gia dominante por meio da divulgação de supostas “verdades”, manipulan- do a forma de pensar da grande maioria da população. O manipulador, isto é, a classe dominante, trata o manipulado, identificado como a população em geral e em particular os trabalhadores, como se fosse uma coisa: amolda as suas crenças, formas de pensar, e seus comportamentos, sem contar com o seu consentimento ou sua vontade consciente.

A mídia **cria, institui e controla** a forma de pensar da sociedade, for- mando assim, nas palavras John Kenneth Galbraith, certas “sabedorias con- vencionais”, entendidas como convenientes, que acabam se tornando uma “verdade”. Normalmente a mídia cria essas sabedorias convencionais. O manipulado, por sua vez, ignora ser objeto de manipulação: acredita que adota o comportamento *que ele mesmo escolher*, quando, na realidade, a sua escolha é guiada, de modo oculto, pelo manipulador. Na figura 7.2 uma charge do Montoro, ele faz uma crítica forte quanto aos conceitos de beleza.

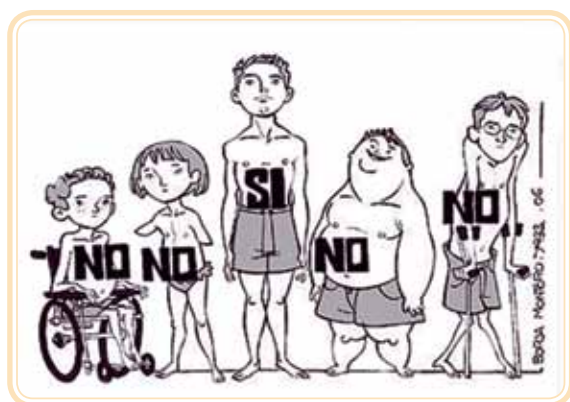


Figura 8.1 Padrão de belo

Fonte: Acervo

"A propaganda ideológica, isto é, a que vende ideias e não produtos, é feita de modo muito mais sutil e, por isso, é muito mais perigosa. Raramente é identificada como propaganda. "As mensagens apresentam uma versão da realidade a partir da qual se propõe a necessidade de manter a sociedade nas condições em que se encontra ou transformá-la em sua estrutura econômica, regime político ou sistema cultural." As informações aparecem como se a realidade fosse assim mesmo e houvesse absoluta neutralidade na sua apresentação. Isso se dá tanto em obras de ficção como em noticiários, entrevistas e documentários. O que na maioria das vezes não percebemos é que há sempre uma seleção prévia de aspectos da realidade que vão ser apresentados e uma interpretação dessa realidade a partir de um ponto de vista que serve a determinados interesses. As informações, assim, são fragmentadas, retiradas do seu contexto histórico e social. Vejamos, por exemplo, como foi apresentada a greve dos professores de 1979. Mostraram-se escolas fechadas, passeatas de professores, crianças soltas na rua, sem aula, mães sem saber com quem deixar os filhos para irem trabalhar. Foram apresentados todos os aspectos negativos, para a população, da greve dos professores.

Omitiram-se do noticiário, entretanto, dados fundamentais que os levaram à greve: o cálculo do salário sobre 240 horas-aula mensais, sem considerar o trabalho, não remunerado, de preparação de aula e correção de exercícios e provas; o desgaste humano e afetivo de se lidar com quarenta ou cinquenta crianças e jovens durante oito horas por dia; a política de desvalorização da educação, que recebe verbas cada vez menores; as condições de vida de um professor que, mesmo dando oito horas-aula por dia, recebe um salário ainda indigno: a questão das férias de três meses que, ocupadas, em parte, com provas finais, conselhos de classe, preenchimento de diários, reuniões de planejamento e trabalhos burocráticos, acabam reduzidas a trinta dias. Tudo isso foi omitido, mostrando-se somente o prejuízo imediato das crianças sem aula e divulgando-se a figura do professor como "mercenário da educação", que se nega a cumprir a "missão" de educar as crianças para um Brasil melhor.

A propaganda ideológica elabora as ideias de forma a adaptá-las às condições de entendimento de seus receptores, criando a impressão

de que atendem a seus interesses. As técnicas usadas são a universalização dos interesses de um pequeno grupo; a transferência dos benefícios diretamente para os receptores; a ocultação dos efeitos da exploração; a política de Poliana (lembrar os mais desgraçados e dar graças a Deus pelo pouco que tem); e achar o bode expiatório em fatores externos, incontroláveis, como crises internacionais, FMI, corrupção de grupos estrangeiros, fatos e pessoas do passado etc.

Assim, esse tipo de propaganda difunde apenas o essencial do conteúdo de uma ideologia, selecionando algumas ideias fundamentais e transformando-as em poucas fórmulas resumidas e simples, isto é, em palavras de ordem e slogan.

...Para que o controle ideológico sobre a população seja mantido, é necessário criar alguns mecanismos que impeçam o indivíduo de observar com olhos críticos o meio em que vive (o que o levaria à consciência de suas reais condições de vida) e de ter informações diferentes das veiculadas pela ideologia dominante. Essa é a função da censura oficial ...”

Podemos concluir que a sociedade é condicionada, por meio da ideologia, sobre o quê pensar, antes e durante a formulação de opiniões. A filosofia tem por objetivo a crítica da ideologia, revelando o que esta por trás das “sabedorias convencionais” e as supostas “verdades”. Assim, é necessário que estejamos sempre atentos, mantendo a nossa postura crítica, questionando as “sabedorias convencionais”, observando e nos informando sobre o que ocorre à nossa volta, conhecendo a origem das ideias veiculadas pelos meios de comunicação de massa para descobrirmos a quem realmente elas servem.

Resumo

- A ideologia constitui um corpo sistemático de representações que nos "ensinam" a pensar e de normas que nos "ensinam" a agir;
- A ideologia tem como função assegurar determinada relação dos homens entre si e com suas condições de existência, adaptando os indivíduos às tarefas prefixadas pela sociedade; para tanto, as diferenças de classe e os conflitos sociais são camuflados, ora com a descrição da "sociedade una e harmônica", ora com a justificação das diferenças existentes;

Aula 9 - Trabalho e alienação

Ao longo da história, os filósofos têm se preocupado com o significado do trabalho para o ser humano, assim como com a explicação da *função do trabalho* na sociedade. Atualmente o trabalho que deveria, como no início da humanidade, transformar o mundo para melhorar as condições de vida do homem, tornou-se fonte de lucro e exploração, chegando a ser mais importante que o próprio ser humano. Nesta aula conheceremos o conceito de alienação do trabalho, assim como, as suas consequências para a sociedade.

Os animais, diferentes do homem, têm sua ação caracterizada, sobretudo, pelos *reflexos e instintos*, visando a sua defesa, a procura de alimentos e a obtenção de abrigo. O animal não trabalha mesmo quando cria resultados materiais com sua atividade, pois sua ação *não* é deliberada, intencional, e sim **instintiva**. Já os atos humanos são voluntários e conscientes, deliberados, com intencionalidade. *O trabalho humano é ação transformadora, resultado de uma ação dirigida por finalidades conscientes*. Inicialmente o trabalho foi a resposta aos desafios da natureza na luta pela sobrevivência. As diferenças entre o homem e o animal não são apenas de grau, pois, enquanto o animal permanece envolvido na natureza, o homem é **capaz de transformá-la de forma intencional**, ou seja, com um objetivo. Os homens para se reproduzirem devem transformar a natureza, e **o único modo de fazê-lo é o trabalho**.

Assim, podemos dizer que **o trabalho é a atividade humana por excelência**, pela qual **o homem transforma a natureza e a si mesmo**. Por meio do trabalho o homem aprende, transforma a natureza, desenvolve habilidades, a imaginação e relaciona-se com outros indivíduos. O trabalho modifica, ao longo do tempo, a visão que ele tem do mundo e de si mesmo.

Quando um trabalhador não sabe que seu trabalho tem como principal característica gerar riqueza para a sociedade, por meio da criação de mercadorias e prestação de serviços, deixa de perceber sua capacidade criadora, sua contribuição e importância na produção de todo o que a sociedade precisa. Mas, por que o trabalhador não reconhece seu trabalho como o criador de toda a riqueza – bens materiais - que a sociedade possui?

A-Z

Alienado:

Etimologicamente a palavra alienação tem suas origens no latim: alienare, alienus significa que pertence a um outro. Alienar é transferir para outro o que é seu.

Fetichismo:

Nas práticas religiosas, "feitiço" ou "fetiche" significa objeto a que se atribui um poder sobrenatural. O fetichismo da mercadoria significa que o objeto inerte mercadoria, sem vida, passa a ser "animado".

Quando os frutos do trabalho **não pertencem a quem os gerou**, a quem os produziu, e sim a uma terceira pessoa, **não fica evidente quem cria a riqueza**. Por exemplo, quando o que um conjunto de trabalhadores produz é vendido pelo empresário - que fica com os lucros dessa produção - o trabalhador não reconhece seu trabalho como o criador de toda essa riqueza. **Quando os frutos do trabalho pertencem a outro, e não a quem o produziu, dizemos que o trabalho é alienado.**

O objeto produzido pelo trabalho surge como um ser estranho ao produtor, não lhe pertencendo. É o que comenta Aranha, na passagem a seguir:

"... não é apenas o produto que não mas lhe pertence. Ele próprio deixa de ser o centro de si mesmo. Não escolhe seu salário - embora isso lhe apareça ficticiamente como resultado de um contrato livre -, não escolhe o horário, nem o ritmo de trabalho, passa a ser comandado de fora, por forças estranhas a ele. Ocorre o que se chama **fetichismo** da mercadoria, pois esta assume valor superior ao homem" (1986, p. 60,).

Assim, podemos dizer que na vida econômica a alienação surge quando o trabalhador, ao vender sua força de trabalho, perde o que ele próprio produziu, transfere para outro o que é seu; o dono do capital, o patrão, retira do trabalhador a riqueza por ele produzida. Portanto, o trabalho ao invés de contribuir para liberdade do homem, o trabalho torna-se condição de sua *alienação*.

Após a Revolução Industrial, com a introdução da linha de produção, na qual o operário é unicamente mais uma peça, a separação entre o que ele faz e o resultado final é maior, pois ele passa a realizar unicamente uma parte do produto final.

Mas, quais são as consequências desta separação?

Com a Revolução Industrial e o surgimento das linhas de produção em série há uma separação entre a criação inventiva do homem e a força que transforma a natureza. Os trabalhadores produzem coisas que não são frutos de sua capacidade criadora e inventiva. Eles apenas executam tarefas numa linha de produção. Quem pensou criativamente não realiza o que idealizou. E quem executa não pensou. Ocorre, portanto, a separação entre o pensar e o fazer. Quem pensa não faz e quem faz não idealizou o objeto que será produzido.

Pior ainda, a linha de montagem não permite que o trabalhador domine todo o processo de produção, pois realiza apenas uma pequena tarefa na

linha de montagem. Já não se reconhece mais naquilo que produz. Se antes ao produzir um sapato ele se reconhecia como um sapateiro, agora na linha de produção ele é apenas um operário. Uma peça na linha de montagem. Se ele era reconhecido em sua comunidade por aquilo que fazia para garantir sua sobrevivência e a do grupo, agora ele é apenas mais um componente da linha de produção que poderá a qualquer momento ser substituído, descartado e em seu lugar será colocado outro que fará o mesmo trabalho que ele faz. Nisto se constitui a alienação. O ser humano se vê separado do que faz, do que produz, do significado daquilo que produz. Já não o representa.

O trabalho que deveria, como antes, transformar o mundo para melhorar as condições de vida do homem, torna-se agora um instrumento de dominação, de perda de sentido e significado da vida. Torna-se mais importante que o próprio ser humano. Torna-se fonte de lucro e exploração. O que é irônico nisto é que o trabalho como força de transformação da natureza para garantir a liberdade do homem, a sociedade capitalista, separa o homem do significado de sua existência tornando-o incapaz de reconhecer-se naquilo que faz e reconhecer seus semelhantes.

Podemos concluir que, na sociedade atual, a forma em que o trabalho é desenvolvido, não permite que o trabalhador *se reconheça como produtor da riqueza e das coisas*, não permite que o trabalho, ao qual dedicamos a maior parte do nosso tempo, seja um elemento que contribua com o livre e pleno desenvolvimento humano. Assim, no sistema capitalista o trabalhador torna-se incapaz de reconhecer-se naquilo que faz, sua importância e reconhecer seus semelhantes.

Para concluir, vejamos o que o filósofo Lessa, opina sobre o não reconhecimento do trabalhador como o produtor de todas as mercadorias existentes na sociedade, isto é, de toda a riqueza gerada.

“A sociedade capitalista, tem sua base na compra-e-venda de força de trabalho e sua essência na redução do ser humano a mercadoria, a uma coisa; e tal coisificação é o fundamento das alienações contemporâneas”.

“...Ao submeter a humanidade às alienações capitalistas, a sociedade burguesa destrói qualquer possibilidade do livre e pleno desenvolvimento humano... o “reino da liberdade”, segundo Marx, nada mais é do que o atendimento das verdadeiras e reais necessidades humanas, postas pelo desenvolvimento histórico-social” (,2004, p.74-75).

Aula 10 - Ética e moral

Na presente aula faremos uma reflexão a respeito da Ética e da Moral, sob o olhar da filosofia moral. Ao final desta aula o estudante conhecerá o conceito de ética e moral, assim como alguns dos fatores que influenciam na determinação dos padrões de comportamento identificados como certos ou errados em cada sociedade, as ideias e valores sobre os quais se julgam as ações e se criam as imagens de bom ou mau.

Em todas as sociedades existem certos padrões de comportamento, conforme atendemos ou transgredimos estes padrões, nossos comportamentos são avaliados como “bons ou maus”, “corretos ou incorretos”, também denominados de “morais ou imorais”. Mas como é determinado numa sociedade o que é bom ou mau, moral ou imoral? O que entendemos por moral? Qual é seu papel para a sociedade e o indivíduo?

Iniciemos com os conceitos de ética e moral. Comumente a Ética é definida como parte da filosofia **que analisa os fundamentos da ação humana**, o seu significado, a sua validade, assim como o fundamento dos padrões dos limites, normas e orientações para a conduta humana. Para Lessa, a ética é a expressão explícita das necessidades humanas, coletivas e individuais. Enquanto expressão das necessidades humanas, a ética é importante para que os homens tomem consciência do que são, das suas reais necessidades como seres humanos.

“O pensamento ético é uma área da filosofia que começou a ser desenvolvida na Grécia Antiga. Um dos principais filósofos a pensar na ética foi Sócrates (469-399 a. C). Esse pensador saiu do campo da ética religiosa para pensar o comportamento humano filosoficamente. Porém antes dele, todo o comportamento humano, considerado correto ou incorreto, era definido pelos costumes religiosos”. Carlos Henrique (texto de sala de aula, da sétima série, da disciplina Ensino Religioso, do Colégio Medianeira),

A moral é um conjunto de regras e padrões de conduta que determinam o comportamento dos indivíduos na sociedade.

Para o professor Carlos Henrique,

“Após Sócrates podemos pensar a ética de duas formas principais. A primeira, a ética relativista (do depende), diz que tudo depende de cada pessoa, de cada situação, de cada povo e cultura, não há princípios e comportamentos universais. A outra é a ética do absoluto. De acordo com ela existem ideias que são relativas, mas há alguns princípios que nunca mudam, essa ética é muito valorizada pelas religiões que veem o respeito à vida humana, a Terra e as relações humanas como sagradas, ou seja, um valor ético universal. Um exemplo disso é a ética desenvolvida por líderes religiosos, como Mahatma Gandhi, Buda ou Maomé, os quais ensinaram uma ética que era quase desconhecida na época em que viveram. Por exemplo, em todas as partes do mundo, na época de Jesus, a escravidão (por dívida ou por conquista) era vista como algo natural, como também a mulher era vista como inferior ao homem. Os antigos gregos e romanos encaravam todos os outros povos como bárbaros, de uma natureza diferente (quase não humanos)”.

A-Z

Sanção:

(latim sanctio, -onis) s. f. 1. Parte da lei em que se estabelece a pena contra infratores. 2. Castigo ou medida de coação. 3. Ato pelo qual um chefe de Estado aprova e confirma uma lei. 4. Aprovação dada a uma coisa que se introduz no uso. = Confirmação, confrontar: sansão.

Ao falar da escravidão o texto mostra que ao longo do tempo, os padrões de comportamento aceitos pela sociedade foram diferentes, ou seja, a moral e a ética têm um caráter social e histórico. Na Antiguidade a escravidão não somente era aceita, mas era parte importante da economia e da sociedade. Hoje a escravidão é reconhecida como imoral e ilegal, sua prática é punida. Isto significa que, para cada momento histórico, ou seja, para cada época, o resultado de nossos atos está sujeito à aceitação ou a **sanção**, segundo os padrões e normas de comportamentos aceitos historicamente.

Assim, a moral é uma construção social histórica, com base na qual em cada sociedade os homens usam em suas ações referências de valor distinto. Mas a moral também tem uma conotação diferenciada segundo as características culturais, geográfica, de grupo e de classe social, entre outros fatores.

Do ponto de vista das **imagens do mundo**, os ideais e valores servem para **identificar** o grupo e reunir os seus membros em torno dessa identidade **central**.

Todos nós somos aculturados em uma determinada sociedade e aí somos levados a identificar e entender (ou, ao menos, tentar) quais são os modos de ação **corretos** e por que são considerados assim em nosso próprio grupo social. Nesse sentido, todos sofrem alguma coerção social para **ajudar** a identificar os códigos e a agir de acordo com eles. Trata-se sempre de fazer **aquilo que a maioria espera que todo mundo faça**.

Mas ... Como são determinados os padrões de comportamento identificados como certos ou errados em cada sociedade, as ideias e valores sobre os quais se julgam as ações e se criam as imagens de bom ou mau? Como são construídos estes valores e normas?

Neste sentido:

Exterior e anterior ao indivíduo, há uma **moral constituída**, que orienta seu comportamento por meio de normas. Em função da adequação ou não à norma estabelecida, o ato será considerado moral ou imoral. É de tal importância a existência do mundo moral, que se torna impossível imaginar um povo sem qualquer conjunto de regras. (ARANHA;PIRES, 1986, p. 303)

Por exemplo, a Idade Média se caracteriza pelo regime feudal, baseado numa rígida hierarquia de suseranos, vassallos e servos. O trabalho era garantido pelos servos, possibilitando aos nobres uma vida de ócio e de guerra. A moral que daí deriva, residia no pressuposto da superioridade da classe dos nobres, exaltando a virtude da lealdade e da fidelidade bem como a coragem do guerreiro. Em contraposição, o trabalho era desvalorizado e restrito aos servos.

A moral existente é um produto social, pois a coletividade, a sociedade anterior a nós a constrói, guiando-se, fundamentalmente, pelos valores necessários à permanência e funcionamento do sistema econômico dominante. Isto não implica a existência de outros valores ou moral diferentes a pregada pelo sistema, no entanto, estes aparecem como secundária e não predominante.

Na nossa sociedade as leis, também entendidas como regras de comportamento, garantem que a moral da classe burguesa domine, colocando o interesse pelo dinheiro e a riqueza acima das necessidades humanas, individuais ou coletivas. Para Lessa (2004, p. 49 - 53), a essência da moral burguesa está em pregar a obediência às leis e aos costumes e, ao mesmo tempo, violá-los sempre que lucrativo. O burguês recomendará intransigentemente que as leis sejam respeitadas por todos. Mas, esta recomendação é vazia, porque todos sabem que, no dia a dia, todos violarão as regras para se enriquecerem. No capitalismo existe a falsa ideia de que todos os homens são iguais e que, portanto, as leis não devem proteger um indivíduo na sua disputa com o outro. No entanto, na ordem política o capitalista e o operário são absolutamente diferentes, o burguês é muito mais poderoso do que o operário. A lei que não deve dar privilégios a ninguém, que deve tratar todos da mesma

forma, gera mais desigualdade. Onde todos são juridicamente iguais, mas socialmente divididos entre burgueses e proletariados, a igualdade jurídica nada mais é do que a afirmação social e real da desigualdade social. Assim, nesta sociedade se reproduz a desigualdade social afirmando a igualdade política e jurídica entre os indivíduos. Por outro lado, sempre que os conflitos ameaçarem a burguesia, a legalidade e a igualdade são esquecidas.

O texto acima citado mostra a contradição entre a *norma estabelecida* e a *ação*; entre a igualdade pregada pela lei e o aumento da desigualdade como consequência do exercício ou não da lei numa sociedade na qual o interesse pelo dinheiro se coloca acima das necessidades do seres humanos. Neste sentido, a ética, na sua tarefa de análise dos valores e normas de orientação para a conduta humano que possibilitem a consideração das necessidades humanas, é uma reflexão necessária.

Segundo Carvalho Filho (p.158), na sua exposição sobre “Marx: morais de classe”, a classe social que controla o sistema econômico – a que detém os meios de produção – determina que ideias sobre a história, a arte, a religião e a filosofia prevalecem na época da vigência deste modo de produção. Assim, os padrões e as ideias morais, falsamente pensadas pelos filósofos como produtos da razão pura, estão condicionadas pelas ‘condições materiais (econômicas) da existência’.

Neste contexto, para Lessa, se “a ética é a expressão explícita das necessidades humanas, coletivas e individuais. Enquanto expressão das necessidades humanas, a ética é importante para que os homens tomem *consciência do que são, das suas reais necessidades como seres humanos*”, então “toda ética, portanto, nos dias de hoje, é necessariamente uma crítica ao capitalismo, à hipócrida moral burguesa e ao individualismo burguês. Não há ética que não seja revolucionária, nos dias em que vivemos e, por isso, segundo Lukacs, um proposta de emancipação humana possui necessariamente uma dimensão ética”.

Resumo

- A Ética é definida como parte da filosofia que **analisa os fundamentos da ação humana**, o seu significado, a sua validade, assim como o fundamento dos padrões dos limites, normas e orientações para a conduta humana.

- A moral é um conjunto de regras e padrões de conduta que determinam o comportamento dos indivíduos na sociedade. Para o professor Daniel Ribeiro,

a moral “é um conjunto de normas, prescrições e valores que regulamentam o comportamento dos indivíduos em sociedade”.

- A moral é uma construção social e histórica, na qual as ações humanas baseiam-se em referências de valor distintas. Mas a moral também tem uma conotação diferenciada segundo as características culturais, geográfica, de grupo e de classe social, entre outras.

- Todos nós somos aculturados em uma determinada sociedade e então somos levados a identificar e entender (ou, ao menos, tentar) quais são os modos de ação “corretos” e por que são considerados assim em nosso próprio grupo social. Nesse sentido, todos sofrem alguma coerção social para “ajudar” a identificar os códigos e a agir de acordo com eles. Trata-se sempre de fazer “aquilo que a maioria espera que todo mundo faça”.

-Assim, a moral existente é um produto social, pois a coletividade, a sociedade anterior a nós, a constrói guiando-se, fundamentalmente, pelos valores necessários a permanência e funcionamento do sistema econômico dominante. Isto não implica a existência de outros valores ou moral diferente da pregada pelo sistema, no entanto, estes aparecem como secundários e não predominantes.

Atividades de aprendizagem

Com base no conteúdo tratado na aula explique o que se entende por princípio da responsabilidade.



Aula 11 - A Liberdade

Na aula de hoje discutiremos o significado da liberdade, assim como seus limites e suas possibilidades.

No dia a dia a palavra liberdade aparece em inúmeros momentos: liberdade de expressão, liberdade para escolher e fazer o que eu quero, liberdade na escolha do nosso destino, etc. Inúmeros filósofos têm refletido sobre o significado da palavra liberdade. Alguma vez você se perguntou o que é a liberdade? Qual é a importância da liberdade para a humanidade? Em que condições o ser humano pode exercer sua liberdade? Para a humanidade a discussão em torno da liberdade é histórica, ou seja, ela vem sendo discutida ao longo do tempo. A liberdade apresenta-se como um problema para a humanidade e ao mesmo tempo como uma solução.

A noção de liberdade, igualmente a outros conceitos tais como moral, amor, beleza, também é uma construção histórica. No início da história da humanidade o homem se acha submetido a um destino traçado por forças externas a ela, isto é, a liberdade era negada diante da existência de um destino predeterminado. A possibilidade de escolha e de construção do presente e futuro estava praticamente ausente.

Na história moderna a liberdade é entendida de formas diferentes, no discurso científico o homem está sujeito ao determinismo, mas por outro lado também entende-se a liberdade como algo incondicional, em que o homem pode escolher um ato ou não. Segundo Arruda e Martins,

“O determinismo parte do princípio de que tudo que existe tem uma causa. O mundo explicado pelo determinismo é o mundo da necessidade, e não da liberdade. Necessário significa tudo aquilo que tem de ser e não pode deixar de ser. Nesse sentido, opõe-se ao conceito de contingência, que significa que pode ser de um jeito ou de outro... (1986, p.316-317)

...Ora, se a ciência não partisse do pressuposto do determinismo, seria impossível estabelecer qualquer lei. A física, a química, a biologia se constituíram em ciências ao longo do três últimos séculos procurando descobrir as relações constantes e necessárias entre os fenômenos ...

...Contra-pondo-se ao determinismo, há teorias que enfatizam a possibilidade da liberdade humana absoluta, do livre arbítrio, segundo o qual o homem tem o poder de escolher um ato ou não, independentemente das forças que o constroem. Ser livre é decidir e agir com se quer, sem qualquer determinação causal, quer seja exterior (ambiente em que se vive), quer seja interior (desejos, caráter). Mesmo admitindo que essas forças existam o ato livre pertence a uma esfera em que se perfaz a liberdade humana...

... A questão assim colocada gera um falso problema. É inadequado começar perguntando: “o homem é livre *ou* é determinado?” Na verdade, o que vamos discutir agora é que o *homem é determinado e livre*. É preciso considerar esses dois polos contraditórios de maneira dialética, e não como o fazia o materialismo mecanicista. O homem é realmente determinado, pois se encontra situado num tempo, num espaço e recebeu uma herança cultural. Mas o homem é também a consciência desse determinismo. Isso permite a *ação transformadora* que, *a partir da consciência das causas* (e não à revelia delas), constrói um projeto de ação. A consciência que o homem tem das causas dos fenômenos se transforma em outra causa, capaz de alterar a ordem das coisas. Veja bem: não se rompe o nexo causal, mas introduz-se uma outra causa – a consciência do homem – que o transforma em ser atuante, e não simples efeito passivo”.

Da citação anterior podemos deduzir que, para as professoras Aranha e Martins, a liberdade não se fundamenta em fazer o que o ser humano deseja, pois toda ação humana tem limites colocados pelas condições do momento histórico, pois mesmo que a escolha de o que fazer seja subjetiva, individual, *o homem está sempre relacionado aos limites da própria realidade humana*. Para estas filósofas a liberdade significa *agir com conhecimento de causa para ser capaz de conseguir os objetivos desejados; significa ser um sujeito ativo, capaz de transformar, fazer, para superar as situações não desejadas, para alterar a ordem das coisas, dentro das possibilidades históricas*. Neste sentido, a liberdade se torna possível e verdadeira quando o homem tem poder, poder para transformar, para o qual é necessário conhecer e fazer acontecer.

No entanto, na sociedade atual permeia a ideia de que liberdade é fazer, sem qualquer constrangimento exterior, o que as pessoas desejam. Para entender a real possibilidade desta ideia, sua veracidade, é necessário responder a seguinte pergunta: por que o ser humano não pode em qualquer circunstância e condição fazer o que deseja? Vejamos o que opina a respeito o filósofo Lessa

“Se os homens fazem a sua própria história, não menos verdadeiro é que eles a fazem nas circunstâncias históricas herdadas do passado. Isto significa, imediatamente, que todas as ações humanas são historicamente condicionadas. Significa, também, que todas as ações humanas, todos os processos sociais, são o desenvolvimento das possibilidades históricas em cada situação. Tanto do ponto de vista de um indivíduo, quanto do ponto de vista coletivo. O sonho de voar já estava presente na Antiguidade, mas, para que esta possibilidade se tornasse real, foi necessário um enorme desenvolvimento das forças produtivas. Toda objetivação, para ter êxito deve ser a efetivação das possibilidades históricas existentes . O conhecimento adequado da realidade é indispensável para a escolha de objetivos que atendam às necessidades humanas no contexto de cada momento histórico. Por isso, conhecimento do que é a realidade e liberdade são duas coisas que andam sempre juntas. A liberdade é agir com conhecimento da situação, para poder escolher as alternativas melhores e possíveis”. ... (2004, p.70)

Assim, a busca pela liberdade – entendida como escolha de alternativas melhores e possíveis - é uma árdua tarefa, pois a liberdade não é uma coisa já existente, dada, e sim algo a ser conquistado, para o qual é necessário enfrentar obstáculos, desenvolver conhecimentos e capacidades para superá-los, por meio de tentativas e fracassos.

Saiba mais

Guilherme de Ockham (1280 5 – 1349, Londres) foi um filósofo com uma clara preocupação com a liberdade dos homens e mulheres que viviam no século XIII. Guilherme escreveu a obra “Brevilóquio sobre o principado tirânico”, na qual questionava a riqueza da Igreja e sua distância da perfeição evangélica. Mais tarde, Guilherme deixou de lado os estudos de Teologia e se dedicou ao estudo de temas religiosos políticos, referentes à pobreza e ao poder papal e imperial, sendo um incansável lutador pela liberdade e contra o autoritarismo da Igreja. Para Ockham a liberdade apresenta-se como a possibilidade que se tem de escolher entre o que me convém ou não e decidir e dar conta da decisão tomada ou de simplesmente deixar acontecer, cada escolha que se faz determina e constrói a existência humana, aproximando-nos ou não da própria felicidade.

Para os filósofos marxistas, *a liberdade humana é a liberdade do indivíduo enquanto ser-comunitário, e não unicamente como ser individual.*

A modernidade trouxe conquistas fundamentais como a valorização da liberdade individual, contudo ainda não foi possível *equacionar a liberdade individual com a liberdade social*. Para Marx a liberdade é possível por meio da emancipação humana. Nesse sentido, *a liberdade é entendida como não dominação, a qual se efetiva na política* mediante a luta contra os mecanismos de dominação e alienação da liberdade humana.

Saiba mais

A liberdade não está compreendida em discursos, nem num corpo de leis que dão proteção formal da liberdade individual, segundo Jairo Marçal.

Para Marx, não há liberdade sob a dominação das forças egoístas da sociedade civil, ou do Estado que incorpora simbolicamente os indivíduos, mas que na verdade os exclui da vida política subtraindo-lhes a soberania. A superação dessa condição de perda da liberdade pela dominação é chamada, por Marx, de emancipação humana. Se considerarmos que a sociedade contemporânea encontra-se muito distante dos ideais de liberdade individual e política que se propagam quase que tão somente através de discursos edificantes que não encontram correspondência na realidade, justamente porque a sociedade permanece submetida às estruturas de dominação do capitalismo e do formalismo arbitrário do estado de direito burguês, podemos concluir que, as categorias de análise de Marx – tanto dos textos da juventude como dos da maturidade – se interpretadas de forma não ortodoxa, podem oferecer alternativas muito interessantes à filosofia política (Filosofia, Ensino Médio 2º Edição, Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná, 2006, Curitiba, Paraná, p. 224).

A compreensão marxista de liberdade se opõe ao conceito de liberdade do *pensamento liberal* construído nos séculos XVII e XVIII, o qual é essencialmente individualista. Com a ascensão da burguesia ao poder político, concretizada na Revolução Francesa de 1789, a liberdade individual surge como ponto de partida para a estruturação das relações entre as pessoas. Segundo Aranha e Martins (1986, p.321), a expressão clássica dessa concepção é “A liberdade de cada um é limitada unicamente pela liberdade dos demais”. Analisemos melhor esta frase tão comum nos dias de hoje.

Como observado na Aula 7, a democracia no capitalismo é uma democracia quase que exclusivamente de direito (leis) e não real, não de fato, pois o poder político concentra-se nas mãos daqueles que possuem o poder econômico-donos das fábricas, empresas, bancos, isto é dos meios de produção-e não no povo. Os homens não são iguais, as liberdades de uns e de outros são diferentes; a liberdade de escolha de uma empregada doméstica é muito diferente daquela vivida pelo empresário. A empregada doméstica, os pequenos produtores, os pescadores artesanais, os trabalhadores das fábricas, os trabalhadores em geral não são igualmente “livres” quanto àqueles que possuem o poder econômico. Portanto, as condições de liberdade para escolher são distintas e predeterminadas pela condição econômica. A liberdade dos trabalhadores na sociedade atual não pode conflitar com a liberdade e interesses dos capitalistas. A liberdade de uns significa a perda de liberdade de muitos. Portanto, *as escolhas feitas pela classe dominante são escolhas que envolvem toda a humanidade*, na maioria das vezes significam a anulação dos desejos da maioria da população, pois possuem interesses diferentes. Quem escolhe torna-se universal; não permite que a instituição de um valor conserve uma pluralidade possível: ela anula todos os outros critérios. Como mencionado pelas filósofas Aranha e Martins (p.322): Se os pobres quiserem expressar seus desejos, isso assume imediatamente um caráter de desordem. O princípio do liberalismo é: “A raposa livre no galinheiro livre”

Saiba mais

No Brasil durante a ditadura militar a luta pela liberdade foi chamada de subversão. Segundo Barros (1991, p. 42) com o Ato institucional 5, “(...) todos os setores da vida brasileira, sobretudo imprensa, criações artísticas e culturais, deveriam se submeter ao controle absoluto do governo, e as instituições civis não poderiam esboçar a menor crítica ao comportamento das autoridades” .

...Após o Golpe de 1964, “O nome que se deu para a luta da sociedade brasileira pela liberdade foi subversão. Na realidade os Atos Institucionais aos poucos mudavam a Constituição, retirando-lhe todos os direitos pressupostos à existência de um regime democrático, pois com o Golpe de 64, tais direitos eram inviáveis à manutenção da ditadura militar. Na época do AI-5, a partir de 1968, havia diversos setores da sociedade que se manifestavam e exigiam a reabertura democrática, porém com a edição do AI-5 foi autorizada a cassação de todos os direitos políticos e a perseguição e prisão de todos os que se manifestassem publicamente contrários às medidas do governo” (2006, p 141).

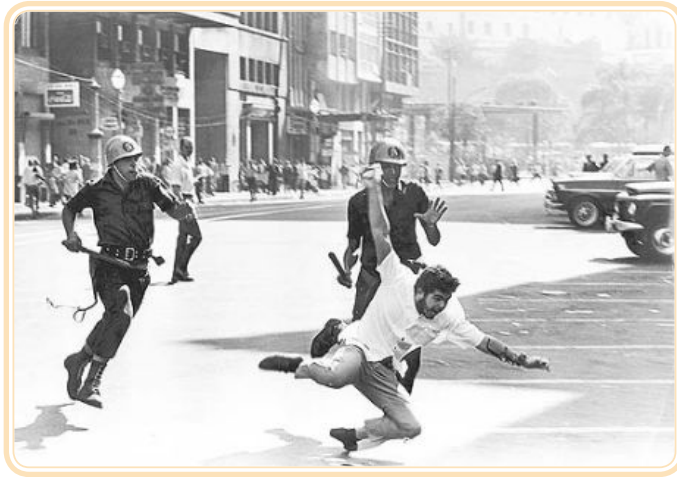


Figura: 11.1 Ditadura

Fonte: <http://imageshack.us/photo/my-images/364/ditaduraevandroteixeiragb2.jpg/sr=1>

Podemos dizer que o ponto de partida para a liberdade da humanidade não deve ser a liberdade individual, mas sim o interesse coletivo, devendo ser este quem regule o comportamento individual, unicamente assim é possível a efetiva liberdade de cada um. A liberdade apresenta-se como a possibilidade que se tem de escolher de decidir, fazer e dar conta da decisão tomada ou de simplesmente deixar acontecer; cada escolha que se faz determina e constrói a existência da nossa sociedade, colocando-nos mais próximos ou não da própria felicidade, do desejado.

Resumo

Liberdade significa agir com conhecimento de causa para ser capaz de conseguir os objetivos desejados; significa ser um sujeito ativo, capaz de transformar, fazer, para superar as situações não desejadas, para alterar a ordem das coisas, dentro das possibilidades históricas. Neste sentido, a liberdade se torna possível e verdadeira quando o homem tem poder, poder para transformar, para o qual é necessário conhecer e agir.

A liberdade não se fundamenta em fazer o que o ser humano deseja, já que toda ação humana tem limites colocados pelas condições do momento histórico, pois mesmo que a escolha de o que fazer seja subjetiva, seja individual, *o homem está sempre relacionado aos limites da própria realidade humana.*

A busca pela liberdade – entendida como escolha de alternativas melhores e possíveis - é uma árdua tarefa; pois a liberdade não é uma coisa já existente, dada, e se algo a ser conquistado, para o qual é necessário enfrentar obstáculos, desenvolver conhecimentos e capacidades para superá-los, por meio de tentativas e fracassos.

Aula 12 - A Conexão entre o indivíduo e a sociedade no capitalismo

Sem dúvida você tem escutado que na sociedade atual uns dependemos dos outros, que a sociedade deve zelar pela satisfação das necessidades da comunidade, do bem estar de todos os indivíduos. Mas é isso que observamos na sociedade atual? Nesta aula refletiremos sobre a relação entre os interesses individuais e coletivos na sociedade contemporânea, assim como seu significado para a vida social.

Você já se perguntou porque na agricultura se utilizam milhões de toneladas de agrotóxicos que envenenam os trabalhadores, os alimentos, os animais, os rios, os mares, o ar e os seres humanos que consomem estes alimentos, ameaçando a existência da vida no Planeta? Porque os recursos naturais do planeta Terra continuam sendo destruídos se é de interesse de todos a sua preservação? Será que o uso massivo de agrotóxicos e a destruição do Planeta são de interesse da sociedade?

Estas questões, sem dúvida, nos mostram que o bem estar social não é objetivo dos atores que impulsionam o uso de agrotóxicos e a destruição dos recursos naturais da nossa casa o planeta Terra. Mas por que é assim? Como explicar estas atitudes à luz da relação entre os interesses individuais e coletivos? Visando desvendar as verdadeiras motivações destas atitudes, vamos filosofar a respeito destas perguntas.

O desenvolvimento das sociedades e dos indivíduos passou por várias etapas históricas, no interior de cada uma destas etapas históricas se desdobrou uma determinada relação do indivíduo com a sociedade. Nas sociedades menos desenvolvidas, no início da história da humanidade, o homem possuía conhecimentos, instrumentos e formas de organização tão precárias e simples, que sua existência individual dependia da existência coletiva, pois era a única forma de sobreviver, isto é, de obter os alimentos e meios de vida. Com o desenvolvimento da tecnologia, da ciência e a divisão do trabalho, abriram-se a possibilidade de produção de enormes quantidades de riqueza (bens e serviços), a partir deste momento a existência individual deixou de se subordinar à existência coletiva.

No capitalismo, caracterizado pelo intenso desenvolvimento da ciência, tecnologia e divisão do trabalho como nunca antes imagináveis, *a conexão indivíduo e sociedade é rompida*. Esta conexão se modifica na medida em que a vida social passa a ser predominantemente marcada pela propriedade privada, quando **a razão da existência pessoal deixa de ser a articulação com a vida coletiva, para ser o mero enriquecimento privado**. Nesta sociedade, o dinheiro passa a ser a medida e o critério de avaliação de todos os aspectos da vida humana, inclusive os mais íntimos e pessoais. Os indivíduos passaram a considerar todos os outros indivíduos como adversários. O capitalismo transformou a vida cotidiana em mera luta pela riqueza.

A partir da reflexão anterior é possível responder de forma genérica às perguntas realizadas ao início do capítulo: Por que na agricultura se utilizam milhões de toneladas de agrotóxicos que envenenam os trabalhadores, os alimentos, os animais, os rios, os mares, o ar e os seres humanos que consomem estes alimentos, ameaçando a existência da vida no Planeta? Porque os recursos naturais do planeta Terra continuam sendo destruídos se é de interesse de todos a sua preservação? A resposta pode ser elaborada da seguinte forma: o capitalismo deu origem a uma sociedade na qual as necessidades humanas (coletivas e individuais) **estão subordinadas às necessidades de enriquecimento privado**. A sociedade se reduz a instrumento para o enriquecimento privado dos burgueses. A geração social da riqueza e sua apropriação individual por uma pequena camada da sociedade se concretiza na ideia do individualismo, deixando de ter responsabilidade e preocupação com o outro, seja ele um ser humano, um grupo social ou a natureza.



Figura: 12.1 Riqueza

Fonte: <http://rendadineiro.com.br/wp-content/uploads/ganancia.jpg>

Ainda que somente uma pequena fração da sociedade se aproprie da imensa riqueza gerada pelos trabalhadores, ganhar dinheiro se tornou a razão central da vida de quase todos os indivíduos, deixando de lado a dimensão coletiva. O princípio de responsabilidade, em particular, o cuidado com o outro, é uma preocupação não presente na maioria das nossas atitudes devido ao individualismo gerado numa sociedade em que a produção da riqueza é social e sua apropriação ocorre apenas por parte de alguns indivíduos, processo em que o antropocentrismo tem sua máxima expressão.

Mas apesar do predomínio dos interesses individuais de uma camada da sociedade no capitalismo, a humanidade possui uma vida social comum cada vez mais intensa, ou seja, uns dependemos cada vez mais dos outros, sem importar a distância e a localização geográfica. Hoje, como nunca na história da humanidade, os indivíduos compartilham de uma mesma história, tanto em termos econômicos, políticos, humanos e ambientais.

O desenvolvimento do mercado mundial integrou a humanidade numa vida social e econômica comum, existe uma tendência para a constituição de relações sociais que abarcam uma porção cada vez maior da sociedade. Por exemplo: há um século o que acontecia no Japão afetava pouco ou nada a vida de um ou agricultor brasileiro, hoje a superprodução de arroz na China pode afetar ao agricultor gaúcho, pois a venda de arroz chinês no mercado brasileiro pode levar a completa falência a este agricultor, uma vez que o preço de seu produto é mais alto se comparado com o preço do arroz chinês. Portanto, ainda que não se conheçam o produtor gaúcho e chinês, a vida dos produtores de arroz do mundo inteiro está, de algum modo, relacionada. Assim, a diferença entre as sociedades não impede que a vida de todos os indivíduos do Planeta esteja articulada de forma bastante estreita.

Da mesma forma, à medida que uma sociedade se desenvolve é maior a possibilidade de desenvolvimento dos indivíduos, apesar de não ter o mesmo significado para toda a sociedade. A possibilidade de desenvolvimento da individualidade está, portanto, sob alguns aspectos, articulada ao desenvolvimento do conjunto da humanidade, quando esta tem seu desenvolvimento paralisado, os indivíduos também o têm. Pensemos no desenvolvimento do conhecimento científico tecnológico necessário ao cuidado da saúde ou ao atendimento dos seres humanos que sofrem algum tipo de doença. Na medida em que a medicina - de qualquer lugar do mundo - se desenvolve, a sociedade como um todo tem possibilidades maiores no que se refere ao tratamento de doenças, apesar de uma camada da população ter possibilidades muito maiores, e muitas vezes quase que exclusivas, de acesso aos mesmos devido ao seu alto poder aquisitivo.

Por outro lado, é importante mencionar que o desenvolvimento científico tecnológico não têm significado igual para a toda a sociedade, pensemos no seguinte:

Se o aumento da capacidade de produção (mais produtos em menor tempo) resulta do trabalho do grosso da população (pois a riqueza, isto é, objetos, máquinas, alimentos, casas, etc, é criada por todos aqueles que trabalham), então, todo aumento da capacidade produtiva dos homens deveria ter este significado para toda a sociedade. Ou seja, produzindo-se mais em menos tempo, dever-se-ia contar com um tempo livre cada vez maior. Contudo, como sabemos, é justamente o inverso que ocorre, por exemplo, a introdução dos robôs, em vez de reduzir a jornada de trabalho, isto é a quantidade de horas trabalhadas, gera desemprego em escala crescente, pois o que interessa à burguesia é aumentar o lucro individual dos proprietários.

Assim, no capitalismo, a vida coletiva é fragmentada pelos interesses de cada indivíduo, o que impede preocupar-se com outro e, sobretudo, com o aquele que ainda não existe, isto é, as futuras gerações. Desta realidade emerge a necessidade de superar a lógica de funcionamento da sociedade atual e apontar para a construção de uma nova sociedade que expresse a vontade e os interesses de todos os membros da sociedade, ou da sua grande maioria, que tenha como objetivo verdadeiro a satisfação da suas necessidades materiais e espirituais, **restabelecendo a conexão entre indivíduo e coletividade.**

Resumo

No capitalismo, caracterizado pelo intenso desenvolvimento da ciência, tecnologia e divisão do trabalho como nunca antes imagináveis, *a conexão indivíduo e sociedade é rompida*. Esta conexão se modifica na medida em que a vida social passa a ser predominantemente marcada pela propriedade privada, quando **a razão da existência pessoal deixa de ser a articulação com a vida coletiva, para ser o mero enriquecimento privado**. Nesta sociedade, o dinheiro passa a ser amedida e o critério de avaliação de todos os aspectos da vida humana, inclusive os mais íntimos e pessoais. Os indivíduos passaram a considerar todos os outros indivíduos como adversários. O capitalismo transformou a vida cotidiana em mera luta pela riqueza. O capitalismo deu origem a uma sociedade na qual **as necessidades** humanas (coletivas e individuais) **estão subordinadas às necessidades de enriquecimento privado**. A geração social da riqueza e sua apropriação individual por uma pequena camada da sociedade, *se concretiza na ideia do individualismo, deixando de ter responsabilidade e preocupação com o outro, seja ele um ser humano, um grupo social, ou a natureza.*

O princípio de responsabilidade, em particular, o cuidado com o outro, é uma preocupação não presente na maioria das nossas atitudes devido ao individualismo. Mas apesar do predomínio dos interesses individuais de uma camada da sociedade no capitalismo, a humanidade possui uma vida social comum cada vez mais intensa, ou seja, uns dependemos cada vez mais dos outros, sem importar a distância e a localização geográfica. Hoje, como nunca na história da humanidade, os indivíduos compartilham de uma mesma história, tanto em termos econômicos, políticos, humanos e ambientais.

Desta realidade emerge a necessidade de superar a lógica de funcionamento da sociedade atual e apontar para a construção de uma nova sociedade que expresse a vontade e os interesses de todos os membros da sociedade, ou da sua grande maioria, que tenha como objetivo verdadeiro a satisfação da suas necessidades materiais e espirituais, **restabelecendo a conexão entre indivíduo e coletividade**.

Atividades de aprendizagem

O escritor Paulo Leminski (1944-1989) discute na sua obra “Ensaio e Anseios Crípticos” (LEMINSKI, P. Curitiba: Polo Editorial do Paraná, 1997) o conceito de “utilidade” que perpassa a sociedade contemporânea. Para Leminski na sociedade atual, o que realmente dá sentido à vida está relacionado ao mundo da liberdade, da felicidade, do amor e da amizade que na sua visão são a própria finalidade da vida. Leminski afirma que todas as nossas relações são marcadas pela “ditadura da utilidade”,



... o princípio da utilidade corrompeu todos os setores da vida, nos fazendo crer que a própria vida tem que dar lucro. Vida é dom dos deuses, para ser saboreada intensamente até que a Bomba de Nêutrons ou o vazamento da usina nuclear nos separe deste pedaço de carne pulsante, único bem de que temos certeza. O amor. A amizade. O convívio. O júbilo do gol. A festa. [...] A poesia. A rebeldia. Os estados de graça. [...] estas coisas não precisam de justificção nem de justificativas. Todos sabemos que elas são a própria finalidade da vida. (LEMINSKI, 1997, p. 77)



Figura:12.2 Leminski

Fonte:<http://inforum.insite.com.br>

Após a leitura do texto anterior, discuta com seus colegas as seguintes questões:

- a)** Por que para Paulo Leminski o princípio da utilidade corrompeu todos os setores da vida, nos fazendo crer que a própria vida tem que dar lucro?
- b)** Qual é o verdadeiro sentido da vida, o que traz felicidade?
- c)** Porque na sociedade atual a felicidade está ligada ao consumo?

Aula 13 - O consumismo na sociedade capitalista

Na presente aula será analisado o padrão de consumo característico da sociedade atual, assim como algumas das consequências deste para a humanidade.

Toda sociedade precisa produzir e consumir para satisfazer suas necessidades de subsistência, culturais e espirituais. As necessidades de consumo variam conforme cada sociedade. Mas quando o consumo se converte num *objetivo em si* e deixa de ser *um meio para o alcance de outros objetivos* nos deparamos com o **consumismo**. Mas, você já se perguntou por que o consumismo é uma atitude cada vez mais comum? Que aconteceria na sociedade contemporânea se o consumo estivesse norteado unicamente pela satisfação de necessidades reais?

A palavra de ordem na sociedade atual é o consumo, em particular o consumo desenfreado, pois no capitalismo a cultura do consumo é indispensável para a geração de maior lucro, em particular, o consumo supérfluo que independe de qualquer necessidade. Assim, quanto mais mercadorias sejam produzidas e vendidas, maior a quantidade de mais-valia apropriada pelas empresas. Mas por que as pessoas desejam comprar cada vez mais? Como este desejo é alimentado?

Os apelos são sempre emocionais. Mesmo quando se revestem de razões lógicas, o fundamento da propaganda é despertar emoções de prazer, alegria, felicidade ou de frustração, privação e sofrimento, emoções que dependem da posse de determinados produtos para serem usufruídas ou afastadas.

“Assim, a propaganda acaba exercendo função modelizante: modela o comportamento por meio da veiculação de valores que estão centrados no ter cada vez mais coisas”.

Trazemos como exemplo na figura 13.1 a propaganda de um remédio para dor de cabeça que sugere que todos os problemas causadores das dores de cabeça (conta pra pagar, chefe pra atender, roupa pra passar, etc) sairão flutuando e a dor passará mediante o uso de determinado remédio.



Figura 13.1 Remédio para dor

Fonte: <http://designinforma.blogspot.com>

Assim, na sociedade atual, consumo e propaganda são as faces de uma mesma moeda. Por meio da propaganda se criam falsas necessidades e falsas carências, tudo com o objetivo de consumir mais, criando uma abundante massa de mercadorias com curto prazo de “validade”, pois novas necessidades serão criadas e portanto novos produtos virão para satisfazer estas “necessidades”.

Mas o aumento do consumo não somente é sustentado pela propaganda, o desperdício, a criação de necessidades, a curta validade dos produtos e as guerras, mas também pela criação de grandes espaços para o consumo: *os supermercados e os shoppings*. Para alguns especialistas, estes estabelecimentos representam o modo de vida urbano de uma sociedade centrada no consumo. Segundo Gisele Zambone:

No Brasil, as transformações no comércio se intensificaram após a II Guerra Mundial, década de 50, com a consolidação e a expansão da indústria de nosso território. Isto, associado à produção industrial de bens de consumo duráveis e não duráveis, produzidos em grande escala, à crescente concentração de pessoas nas cidades... ao aumento do consumo e à generalização do uso do automóvel, possibilitou a introdução de novas formas comerciais, como os *shoppings centers*, mas também a consolidação dos supermercados e hipermercados – a diferença básica entre os dois está no número de caixas (check out) e na variedade de produtos disponíveis. (2006, p. 168)

Silvana Pintaudi (1987/1988/1999), geógrafa que há muito tem discutido sobre os supermercados, aponta vários elementos que merecem atenção. Segundo ela o primeiro supermercado surge na cidade de São Paulo, em 1953, e traz consigo o *self-service*, ou seja, os consumidores passam a ter contato direto com as mercadorias, sem a necessidade de um vendedor intermediando a compra, reduzindo significativamente os custos no sistema de vendas, permitindo assim um maior lucro para o comerciante, além de possibilitar o contato direto do consumidor com o objeto de desejo: a mercadoria.

Mas, quais as consequências para a sociedade deste consumo desenfreado, em particular de mercadorias e serviços supérfluos mantidos de forma artificial? Vejamos algumas delas. A demanda elevada de qualquer artigo aumenta seu preço de forma artificial. Por outro lado, a produção de artigos supérfluos compete com a produção de bens e serviços necessários para a população, gerando mais pobreza. A produção de bens com curta vida útil induz ao desperdício, à cultura do produto descartável. Sob o ponto de vista da saúde, os novos hábitos de consumo, particularmente alimentares, são responsáveis diretos pela obesidade, a diabetes, a hipertensão arterial, anorexia, entre muitas outras doenças características do século XXI.



Figura 13.2 Alimentos e obesidade infantil

Fonte: <http://robertaescolastico.blogspot.com>



Figura 13.3 A modelo Allie Crandell foi banida de uma campanha de moda

Fonte: <http://www.modacomestilo.com.br/>

Do ponto de vista ambiental, o consumo desenfreado é responsável por graves desequilíbrios ambientais, pois todo processo de produção significa a retirada de recursos naturais limitados, o uso de combustíveis fósseis, a geração de rejeitos que superam a capacidade de assimilação do planeta Terra, provocando graves desequilíbrios ambientais e sociais. Os pobres pagam com vida e com a perda de seus bens pelo excesso de chuvas, produto do desequilíbrio ambiental. O consumo desenfreado também aprofunda a miséria humana (espiritual e material), pois gera alienações cada vez mais intensas, infelicidade, depressão e grande vazio.



Figura 13.4 consumo

Fonte: <http://jataovaqueiro.blogspot.com>

O desenvolvimento sustentável pressupõe *estabilização do consumo*, a satisfação das necessidades reais. No entanto, a criação incessante de novas necessidades de consumo é o pilar da lógica da sociedade atual: “mais é sempre melhor”. Portanto, não há, do ponto de vista estrutural, alternativas verdadeiras para superar os efeitos perversos do consumo no interior do capitalismo. As alternativas se apresentam sempre como paliativos, como ações individuais – sempre necessárias, mas insuficientes. Diante desse quadro, precisamos reformular a própria estrutura da nossa sociedade caso queiramos que o futuro seja possível.

Resumo

Quando o consumo se converte num *objetivo em si* e deixa de ser *um meio para o alcance de outros objetivos* nos deparamos com o **consumismo**.

No capitalismo a cultura do consumo é indispensável para a geração de maior lucro, em particular, o consumo supérfluo que independe de qualquer necessidade. Assim, quanto mais mercadorias sejam produzidas e vendidas, maior a quantidade de mais-valia apropriada pelas empresas.

Na sociedade atual, consumo e propaganda são as caras de uma mesma moeda. Por meio da propaganda se criam falsas necessidades e falsas carências, todo com o objetivo de consumir mais, criando uma abundante massa de mercadorias com curto prazo de “validade”, pois novas

necessidades serão criadas e portanto novos produtos surgirão para satisfazer estas “necessidades”.

O consumo desenfreado é responsável por graves desequilíbrios ambientais, pois todo processo de produção significa a retirada de recursos naturais limitados, o uso de combustíveis fósseis, a geração de rejeitos que superam a capacidade de assimilação do planeta Terra, provocando graves desequilíbrios ambientais e sociais. O desenvolvimento sustentável pressupõe estabilização do consumo de recursos naturais, a satisfação das necessidades reais. O consumo desenfreado também aprofunda a miséria humana (espiritual e material), pois gera alienações cada vez mais intensas, infelicidade, depressão e grande vazio.

Atividades de aprendizagem

Leia a reportagem abaixo e responda a questão correspondente.



a) Adolescentes globais

Os *teens*, atualmente, formam um enorme grupo mundial, alimentados pelas informações trazidas pela TV e pela Internet, e com isso estão cada vez mais parecidos. Apesar de existirem diferenças culturais entre alguns países, os adolescentes ao redor do mundo formam hoje a primeira geração com a mesma cabeça, um exército vestido com as mesmas marcas de jeans e camiseta, que consome os mesmos refrigerantes, *fast food* e aparelhos eletrônicos. Para essa geração os alimentos industrializados estão sistematicamente presentes, pois as propagandas, através da TV, foram criando novos hábitos de consumo.

(FONTE: A proliferação do “gosto global” no Brasil. Sílvia Ortigoza. Disponível em: www.rc.unesp.br/igce/planejamento/necc/Artigo%20Silvia%20GEOUSP.htm)

- Identifique 5 novos hábitos de consumo aos quais se refere a reportagem.

Aula 14 - Política e democracia

Nesta aula abordaremos o conceito de política, visando entender o que é política, qual é seu fundamento e sua relação com a democracia. Vamos lá!

No século XXI, muitos pensadores opinam que estamos em meio a uma crise da representação política que coloca em questão o atual modelo de repúblicas democráticas liberais. Na atualidade os direitos humanos e políticos conquistados a partir do século XVIII não garantem os direitos sociais mais elementares para a maioria das pessoas. Na esfera mundial, as guerras, a pobreza, o desrespeito aos direitos humanos, demandam a análise sobre o sentido do poder, da soberania, da democracia, da liberdade e da tolerância.

Alguma vez você se perguntou qual é o objetivo da política? Qual é a relação entre poder e política? Ao longo da história da humanidade inúmeros filósofos e pensadores se dedicaram a responder estas perguntas. Na sociedade moderna (século XVII – XVIII) a reflexão sobre o poder toma corpo na obra de Maquiavel, quem vem a mudar de forma definitiva a concepção sobre Política.

Para Maquiavel, *“o conflito que existe entre os homens é o que fundamenta a ação política”*. Para esse pensador, *“os homens não desejam a liberdade do mesmo modo alguns querem liberdade para estar seguros e outros para dominar”*. (Filosofia, Ensino Médio 2º Edição, Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná, 2006, Curitiba, Paraná, p.186)

Na concepção de Aranha e Martins, política refere-se,

...a arte de governar, de gerir o destino da cidade; aliás, etimologicamente política vem de polis (cidades) o político é aquele que atua na vida pública e é investido de um poder de imprimir determinado rumo para a sociedade Assim, podemos discutir a política como luta pelo poder: a conquista, a manutenção e a expansão do poder. (1986, p. 207)



Maquiavel e o Poder
Nascido em Florença, Itália, Maquiavel (1469-1527) foi um dos grandes responsáveis pela noção moderna de poder. Homem de ideias políticas, ele procurou entender a natureza e os limites do poder político. Contemplou a realidade da sua Itália, dividida em diversos principados e ducados. Numa constante briga pelo poder e, inevitavelmente alternâncias constantes dos governantes, a Florença de Maquiavel refletia o que ocorria também com as demais cidades italianas importantes do período. Para ele não se apresentava logicamente o ideal cristão, mas sim algo que lhe seria entendido como próprio do homem, a luta pelo poder. Por isso, os homens mentiam, matavam e julgavam-se acima da moral. (Filosofia, Ensino Médio 2º Edição, Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná, 2006, Curitiba, Paraná, p. 180).

Segundo Aranha e Martins no capitalismo,

... a legitimação do poder se encontra no próprio homem que o institui. Com a emergência da burguesia no panorama político, dá-se a criação do Estado como organismo distinto da sociedade civil. Em outras palavras, na Idade Média, o poder político pertencia ao senhor feudal, dono das terras, e era transmitido como herança juntamente com seus bens; com as revoluções burguesas, essas duas esferas dissociam-se: o poder não é herdado, mas conquistado pelo voto. Assim, separa-se o público do privado. O espírito da democracia está em descobrir o valor da coisa pública, separada dos interesses particulares. (1987, p.208)



Historicamente, o ideal democrático é construído pelos atenienses, que dão ao cidadão a capacidade de decidir os destinos da polis (cidade-estado grega). No entanto, na Grécia antiga, onde surgiu a palavra democracia, ela possuía um significado muito distinto da que possui hoje. Então, escravidão e democracia não eram incompatíveis; ao contrário, a primeira era considerada imprescindível à existência da segunda (Introdução à Filosofia de Marx, Sérgio Lessa e Ivo Tonet, São Paulo, 2004. p.88)

Na sociedade contemporânea “o poder de imprimir determinado rumo para a sociedade”, isto é de fazer política, descansa na democracia. A palavra *democracia*, de origem grego – *demos*: povo, e *kratia*, de *krátio*: governo, poder, autoridade – significa **poder que emana do povo**. A democracia, no sentido moderno do termo, é uma criação burguesa.

Mas será que esse ideal de democracia, isto é do “poder que emana do povo”, existe de fato na sociedade atual? Segundo Lessa

O que torna o Estado burguês diferente do Estado escravista, ou mesmo feudal, é que ele mantém e reproduz a desigualdade social afirmando a igualdade política e jurídica entre os indivíduos. Ele reproduz a desigualdade entre o burguês e o operário também pela ilusão de que, ao votar e eleger os políticos, a maioria da população estaria dirigindo o país. (2004, p.89)

Para este autor a democracia burguesa se caracteriza pela concepção de que todos os homens são iguais e que, portanto, a lei não deve dar privilégios a ninguém, deve tratar todos da mesma forma, não deve proteger um indivíduo na sua disputa com o outro. Para a ordem política atual, trabalhadores e empresários são absolutamente iguais. Mas, será que eles são iguais? Sabemos que na realidade os empresários são muito mais poderosos que os operários, tanto do ponto de vista econômico, político e social. Assim, numa sociedade onde todos são politicamente iguais, mas econômica e socialmente diferentes, a igualdade política e jurídica nada é do que a *afirmação das desigualdades sociais*. Nesse sentido, ser cidadão se reduz a ideia de ter seus direitos respeitados, inclusive aqueles que são compatíveis com a exploração dos trabalhadores pela burguesia.

A democracia não reconhece a existência de classes sociais antagônicas, isto é, com interesses contrários, trata a sociedade como um conjunto homogêneo de cidadãos, com seus direitos garantidos. Para Aranha e Martins (p.209), “com a ajuda da ideologia, as classes privilegiadas dissimulam a divisão e mostram a sociedade como uma, harmônica e igualitária. Asseguraram, assim, a tranquilidade e o “progresso”. Entretanto, a outra parte da sociedade se acha reduzida ao silêncio e à incapacidade de pensar a sua própria condição”.

Na concepção Marxista, o Estado e a burocracia não representariam, de fato, o "interesse geral". A burocracia estatal não seria uma "classe universal". O Estado seria um instrumento das classes política e economicamente dominantes, para assegurar a reprodução das relações sociais de produção existentes - ou seja, um instrumento a serviço da Ordem que garanta a exploração dos trabalhadores.

Segundo Chauí (p.531), para Marx,

o poder político sempre foi a maneira legal e jurídica pela qual a classe economicamente dominante de uma sociedade manteve seu domínio. O aparato legal e jurídico apenas dissimula o essencial: que o poder político existe como poderio dos economicamente poderosos, para servir seus interesses e privilégios e garantir-lhes a dominação social. Divididas entre proprietários e não proprietários (trabalhadores livres, escravos, servos), as sociedades jamais foram comunidades de iguais e jamais permitiram que o poder político fosse compartilhado com os não proprietários.

Todas as vezes que os conflitos sociais ameaçaram a burguesia, o Estado intervirá para garantir o poder dos capitalistas, muitas vezes abolindo a própria democracia, como é o caso das ditaduras. Mas, reconhecer que a democracia burguesa apenas funciona democraticamente quando assim interessa à classe dominante, significa renunciar a luta por direitos sociais nesta sociedade? Não, toda luta que possibilite o avanço e/ou a manutenção dos direitos humanos e políticos é de essencial importância na conquista por melhores condições de vida. Neste sentido devemos lembrar que todas as leis que de alguma forma contribuem para a garantia de melhores condições de vida, foram fruto de importantes lutas sociais, a partir das quais foram conquistados direitos favoráveis a maioria da população.



Figura: 14.1 Jornada de trabalho

Fonte: <http://www.sintracoopmsmt.com.br>

Entender a relação entre democracia e política na sociedade contemporânea nos permite compreender os limites do sistema político atual, evidenciados na crise da representação política que coloca em questão o atual modelo de república democrática liberal, que não garante os direitos sociais mais elementares para a maioria das pessoas. Também nos permite compreender a necessidade de novas formas de participação popular na política, entendida como “o poder de imprimir determinado rumo para a sociedade”.

Resumo

Política é o “poder de imprimir determinado rumo para a sociedade”, **neste sentido a política** é luta pelo poder: a conquista, a manutenção e a expansão do poder.

A luta política é a expressão dos interesses econômicos. O poder político sempre foi a maneira legal e jurídica pela qual a classe economicamente dominante de uma sociedade manteve seu domínio. O aparato legal e jurídico apenas dissimula o essencial: que o poder político existe como poderio dos economicamente poderosos, para servir a seus interesses e privilégios e garantir-lhes a dominação social.

Desde o ponto de vista etimológico, democracia significa “poder que emana do povo”. A democracia, no sentido moderno do termo, é uma criação burguesa, antes do capitalismo, não havia democracia.

A democracia é uma forma de organização social que, afirmando a igualdade política de todos, reproduz as desigualdades entre burguesia e os trabalhadores. Por ser essencialmente um instrumento de reprodução da ordem capitalista, a democracia é sempre “democracia burguesa”.

Aula 15 - A arte

A arte é uma parte essencial da nossa vida, existe ao longo de toda a história da humanidade, sem interrupção, em todos os lugares. Alguma vez você se perguntou qual é o papel da arte na sociedade? O porquê da sua existência? A arte é uma linguagem específica por meio da qual expressamos sentimentos e pensamentos. Nesta aula discutiremos o conceito de arte e seu sentido para a sociedade.

De forma geral a arte pode ser definida como uma forma de linguagem por meio da qual os seres humanos expressam sentimentos e ideais, sua natureza é *exclusivamente humana*. A história mostra que a humanidade não conseguiu se desenvolver somente a partir da produção de objetos para sua sobrevivência, procurou-se algo mais: a arte. Graças à arte o ser humano é capaz de se expressar mais completamente, fugindo do uso exclusivo da razão, do intelecto.

Estética é um ramo da filosofia que tem por objeto o *estudo da natureza do belo* e dos fundamentos da arte. Ela estuda o julgamento e a percepção do que é considerado belo, a produção das emoções pelos fenômenos estéticos, bem como: as diferentes formas de arte e da técnica artística; a ideia de obra de arte e de criação; a relação entre matérias e formas nas artes. Por outro lado, a estética também pode ocupar-se do sublime, ou da privação da beleza, ou seja, o que pode ser considerado feio, ou até mesmo ridículo.

(fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A9tica>)

A Arte é uma necessidade do ser humano, é outra dimensão da constituição do ser humano, se apresenta como a possibilidade de o ser humano compreender e expressar melhor o mundo que lhe rodeia, por meio da imaginação, da criatividade, dos sentidos. Segundo Luciano Ezequiel Kaminski

O sociólogo alemão **Karl Mannheim** afirma que a arte está intimamente ligada à história e à cultura. A arte não brota apenas de indivíduos isolados do mundo. Ela não é algo restrito à vida privada ou não é independente do contexto social. Um artista pode até produzir solitariamente, mas não só para si. O processo de criação pode, e para muitos deve, ser solitário. Mas o artista estará sempre pensando em sua condição de vida dentro de um mundo, de uma realidade que os cerca, que o toca intimamente, que ele sente de um jeito especial e que é capaz de dar uma forma sensível. (2006,p. 306).

Para Schiller (1997), a função do “estado estético” é fazer a passagem da determinação natural do homem - determinado física e biologicamente, seguindo as leis da natureza, como por exemplo, seus instintos - para a liberdade do pensamento. O ser humano se conhece por meio da razão e das sensações. Segundo Luciano Ezequiel Kaminski

“As ideias do filósofo alemão Schiller também podem nos orientar nessa compreensão da relação entre sensibilidade e razão, entre a experiência sensível e o intelecto, além de clarear o debate sobre a busca tão incisiva da beleza física e dos aspectos sociais e políticos que a discussão estética pode levantar. Em sua obra *Sobre a Educação Estética do Homem em uma Sequência de Cartas*, o filósofo procura mostrar o quanto a valorização da razão não conseguiu realizar o homem em sua completude e dignidade. Essa supervalorização do pensamento racional, ao privilegiar apenas o aspecto intelectual do homem acabou por suprimir a função cognitiva das sensações. Conhece-se apenas pela razão, com as faculdades intelectivas; ou o corpo como um todo também participa do processo do conhecimento?”

O ser humano, segundo Schiller, possui duas dimensões que guardam uma certa distância entre si, mas que fazem parte da sua constituição própria: o “...estado passivo da sensação...” (SCHILLER, 1997, p. 127) e o “...estado ativo do pensamento...” (idem). A primeira dimensão refere-se ao homem determinado física e biologicamente, seguindo as leis da natureza, como por exemplo, seus instintos. Mas o ser humano não se limita a essa determinação natural, ele possui uma outra face, pela qual o seu espírito, sua mente, age e pode exercer a liberdade. É a sua segunda dimensão. Entre as duas, há um estado intermediário: o estado estético e sua função é fazer a passagem da determinação completa da natureza para a liberdade do pensamento. Essa passagem, porém, nunca é completa, ou seja, o homem não deixa suas limitações naturais completamente de lado, nem a razão fica sendo a grande mola propulsora das nossas ações. Permanecemos com certas limitações físicas e sensíveis, mas podemos pensar e decidir sobre a vida, sobre nossas ações, isto é, podemos escolher. (2006, p. 279- 280)

A arte está estreitamente ligada à história da humanidade ao ser a manifestação das ideias, fatos e sentimentos da sociedade num momento determinado. Nesse sentido podemos senti-la e também estudá-la. Um dos caminhos para isso é entendermos o contexto histórico e social na qual foi produzida. No entanto, a arte não está completamente presa às condições

sociais, culturais ou históricas. A arte também pode apontar para um futuro a partir do presente e passado. O artista pode retomar propostas e ideias do passado e presente, reformulando-as ao seu modo e atribuindo-lhes novos significados. A arte guarda consigo essa capacidade de superar esses condicionantes, muito embora não consiga existir sem eles.

Mas a arte também expressa e possui vínculos ideológicos, não escapa ao jogo de interesses das classes dominantes, distorcendo e escondendo a realidade. Segundo Luciano Ezequiel Kaminski,

A burguesia, por exemplo, no decorrer do processo de dominação econômica, no sistema capitalista, também acabou por determinar o que deve ser ou não deve ser visto como arte. [...] Muitas vezes essa classe apropriou-se de elementos e iniciativas da cultura popular e histórica como sendo suas, limitando, posteriormente, o acesso a essas formas de arte. Mas a arte também pode ser o caminho para a aquisição da autonomia, da consciência crítica e da transformação social à medida que ela também pode refletir, criticar e denunciar as desigualdades e dos abusos do capital". (2006, p. 301)

Na figura 15.1 temos um exemplo da pintura de Candido Portinari em que o pintor denuncia a saga cruel dos retirantes.



A Arte é uma necessidade do ser humano, é outra dimensão da constituição do ser humano, se apresenta como a possibilidade de o ser humano compreender e expressar melhor o mundo que o rodeia, por meio da imaginação, da criatividade, dos sentidos.

Figura 15.1 Retirantes – Candido Portinari

Fonte: www.portinari.org.br

Resumo

De forma geral a arte pode ser definida como uma forma de linguagem por meio da qual, os seres humanos expressam sentimentos e ideais, sua natureza é *exclusivamente humana*. A história mostra que a humanidade não conseguiu se desenvolver somente a partir da produção de objetos para sua sobrevivência, procurou-se algo mais: a arte. Graças à arte o ser humano é capaz de se expressar mais completamente, fugindo do uso exclusivo da razão, do intelecto.

A arte está estreitamente ligada à história da humanidade ao ser a manifestação das ideias, fatos e sentimentos da sociedade num momento determinado. No entanto, a arte não está completamente presa às condições sociais, culturais ou históricas. A arte também pode apontar para um futuro a partir do presente e passado, o artista pode retomar propostas e ideias do passado e presente, reformulando-as ao seu modo e atribuindo-lhes novos significados. A arte guarda consigo essa capacidade de superar esses condicionantes, muito embora não consiga existir sem eles. A arte também expressa e possui vínculos ideológicos.



Atividades de aprendizagem

Quais são as manifestações artísticas relacionadas à atividade pesqueira da sua região?

Aula 16 - O meio ambiente

Na época contemporânea, particularmente após a Revolução Industrial, a intervenção do homem alterou de forma rápida o equilíbrio natural do planeta Terra, nossa casa, provocando graves desequilíbrios ambientais. Nesta aula refletiremos sobre as causas que levaram a humanidade a atual crise ambiental, assim como as diferentes estratégias propostas para sua superação.

Segundo Medagli (2005, p.05),

nunca antes a Filosofia ocupou-se em pensar o Meio Ambiente como o fez no século XX, especialmente em sua segunda metade. E isso, obviamente, não se dá de graça. A Filosofia do Meio Ambiente, tendo ganhado relevância na segunda metade do século XX, nasce juntamente ao movimento ambientalista. Foi só quando a tese de que vivemos uma **crise ambiental** ganhou força é que começou-se a pensar o Meio Ambiente no sentido que o pensamos hoje: como o conjunto de fatores bióticos e abióticos que propiciam a vida no planeta. Foi quando parte da humanidade deu-se conta de que a própria ação humana estava pondo o equilíbrio ecológico do planeta em risco que começou-se a trabalhar para reverter essa crise ... Isso não quer dizer que antes da segunda metade do século XX ninguém se desse conta da gravidade da questão ambiental. Existiram, de certo, alguns precursores, entre eles Karl Marx, George Perkins Marsh e Aldo Leopold. O que se afirma é que a questão ambiental não era considerada um problema pelo resto da sociedade, coisa que o é hoje em dia.

(Sinopse da filosofia do meio ambiente, contextualização dentro da Filosofia, principais problemas e indicações acerca de possíveis soluções. Vicente Rahn Medagli, 2005. Acessado em :http://www.inga.org.br/docs/sinopse_da_filosofia.pdf)

Mas, quais as origens desta crise ambiental? Por que ela vem se agravando dia a dia? A ação do ser humano no planeta Terra fez com que o mundo fosse diferente ao natural, cada vez mais humanizado, ou seja, *transformado pela ação do homem, pelo seu trabalho*. Os objetivos e a forma em que o homem explora a natureza, visando à produção e comercialização de bens e serviços, tem sido diferente ao longo da história. Nos últimos séculos, particularmente após da Revolução Industrial, a exploração da natureza está intimamente relacionada à obtenção de lucro, por meio do aumento do consumo, baseado na utilização de novas tecnologias que permitem a produção em larga escala.

Essas tecnologias que possibilitaram a produção de um volume maior de produção, assim como a produção de bens e serviços qualitativamente diferentes - com qualidade superior e/ou com características distintas – tem se caracterizado pelo uso inadequado, indiscriminado e arbitrário dos recursos naturais, provocando graves agressões ao meio ambiente. Entre estas características deste padrão na agricultura podemos citar,

- a) Mecanização do processo de produção na agricultura, visando o aumento da escala de produção.
- b) Uso de energia fóssil, altamente poluente.
- c) Uso intensivo de insumos industriais, particularmente de agrotóxicos e adubos químicos, altamente agressivos ao meio ambiente.
- d) Altos investimentos decorrentes da mecanização e uso intensivo de insumos industriais.

Mas o aumento da produção de mercadorias a partir do uso de um novo pacote tecnológico não seria possível sem o *aumento do consumo*, isto é, da venda de mercadorias, cujo objetivo final e único, como observado nas aulas anteriores, é o aumento de lucro. Estes dois fatores, a saber, o aumento indiscriminado do consumo e o uso de tecnologia altamente prejudicial ao meio ambiente - são responsáveis pela grave crise ecológica vivenciada nos nossos dias.

“Dados recentes fornecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostraram que o mundo está consumindo 40% além da capacidade de reposição da biosfera (energia, alimentos, recursos naturais) e o *déficit* é aumentado 2,5% ao ano (COZETTI, 2001). Relatórios da ONU apontam que 85% de produção e do consumo no mundo estão localizados nos países industrializados que têm apenas 19% da população (VITOR, 2002). O relatório da PNUD também afirma que as 3 pessoas mais ricas do mundo têm lucro superior ao PIB dos 48 países mais pobres onde vivem cerca de 600 milhões de pessoas. É estimado que sejam gastos no Planeta 435 bilhões de dólares/ano em publicidade. Sendo que 15 bilhões de dólares seriam suficientes para acabar com a fome do mundo, que mata 10 milhões de crianças por ano (BISSIO, 2000). Nós também somos culpados por essas mortes uma vez que atendemos aos apelos da mídia e da sociedade de consumo (compre isso, compre aquilo!!!).

Os EUA têm 5% da população mundial e consomem 40% dos recursos disponíveis. Se os 6 bilhões de pessoas usufríssem o mesmo padrão de vida dos 270 milhões de americanos, seriam necessários 6 planetas (Edward Wilson apud MOON, 2002). Os EUA, em 1997, emitiam 20,3 toneladas (22,7% emissões mundiais) de CO₂ por habitante, a China 2,5 toneladas/habitante (13,07%), a Índia 900 Kg/habitante (3,49%) e o Brasil 1,91 toneladas/habitante (1,25%) (<http://www.aquecimentoterrestre.ig.com.br>). Os EUA aumentaram em 13% (e deverá chegar a 29% até o fim da década) suas emissões poluentes nos últimos 10 anos o que equivale a um aumento conjunto da Índia, China e África, países com uma população dez vezes maior.

(Fonte: www.terrabrasil.org.br/.../pnt_problemasamb.htm)”.

Desde o ponto de vista ético, o atual modelo tecnológico coloca em evidência as características perversas da relação entre a humanidade e o restante da Natureza. A forma de devastação dos recursos naturais, as agressões ao meio ambiente partem do suposto da existência de alguma *superioridade dos humanos sobre os demais seres vivos*.

Saiba mais

Segundo Wallever (2000), no Brasil, a influência do homem sobre o meio ambiente começou a ser notada a partir da chegada dos portugueses. A partir desse período começaram as intensas devastações do nosso território. À época, o homem se baseava em crenças religiosas que pregavam que os recursos naturais eram intermináveis, então, o término de uma exploração se dava com a extenuação dos recursos do local. Infelizmente, essa cultura até os dias de hoje ainda predomina. Com a descoberta do petróleo em 1857 nos EUA, o homem saltou para uma nova era: o mundo industrializado, que trouxe como uma das principais consequências a poluição. Ou seja, além de destruirmos as reservas naturais sobrecarregamos o meio ambiente com poluentes.

PROBLEMAS AMBIENTAIS: TEMOS CONSCIÊNCIA DA INFLUÊNCIA DOS MESMOS EM NOSSA VIDA?, ADRIANA GIODA, UNIVILLE; Joinville, SC. Fonte: http://www.terrabrasil.org.br/noticias/materias/pnt_problemasamb.htm

Como na sociedade capitalista a relação homem-natureza é mediada pelo lucro, a classe dominante tem usado os recursos naturais sem preocupação, em detrimento das questões ambientais e portanto do ser humano, que depende do equilíbrio ambiental para sua sobrevivência. A exaltação indiscriminada do chamado “progresso” quase nunca tem permitido respeitar a integridade da natureza. Para Lessa e Tonet (2004), “... cada um explora



Ilha das flores
(Brasil, 1989, direção de Jorge Furtado)
Crítico retrato da mecânica da sociedade de consumo acompanha a trajetória de um simples tomate, desde a plantação até ser jogado no lixo. O curta-metragem escancara o processo que gera riqueza e as desigualdades que surgem no meio desse caminho.

a natureza tendo em vista apenas os seus interesses. Daí porque a devastação da natureza, o uso indiscriminado e arbitrário dos recursos naturais, as agressões ao meio ambiente, nada disto pode ser detido porque faz parte da lógica essência do capitalismo”.



A Lei 9.795 de 27/04/1999 institui a Política Nacional de Educação Ambiental a qual reza que todos os níveis de ensino e da comunidade em geral têm direito à educação ambiental e que os meios de comunicação devem colaborar para a disseminação dessas informações.



www.greenpeace.org.br
O Greenpeace é uma entidade internacional que defende posições políticas voltadas à proteção do meio ambiente e da paz.

Apesar da grave crise ambiental, a preocupação com o meio ambiente caminha a passos lentos no mundo e no Brasil, pois as causas da problemática ambiental ainda são pouco conhecidas pela população. Mas, quais as estratégias propostas para a superação desta crise? Existem fundamentalmente duas propostas de estratégias de superação, a primeira, e mais conhecida, baseia-se na educação ambiental, na ação individual dos cidadãos, visando evitar desperdício de água, luz e consumos desnecessários (REDUZIR, REUSAR e RECICLAR), fazer coleta seletiva, adquirir produtos de empresas preocupadas com o meio ambiente, cobrar as autoridades competentes para que apliquem a lei, tratem o lixo e o esgoto de forma correta, protejam áreas naturais, façam um planejamento da utilização do solo, incentivem a reciclagem, entre outros. Dentro desta proposta o controle da natalidade é considerado indispensável para a superação da crise ambiental.

Uma segunda estratégia, pouco compreendida e difundida, parte do abandono do consumismo, do nosso modo de produção e de vida, do atual modelo tecnológico, da apropriação de bens e recursos naturais para o lucro, da pregação do crescimento econômico ilimitado. Esta proposta não retira a importância e necessidade de ações individuais que fortaleçam o uso racional dos recursos naturais, mas revela estas como insuficientes para a solução da atual crise ambiental e a construção de uma sociedade verdadeiramente sustentável.

Resumo

- A ação do ser humano no planeta Terra fez com que o mundo fosse diferente do natural, cada vez mais humanizado, ou seja, *transformado pela ação do homem, pelo seu trabalho*.
- Os objetivos e a forma como o homem explora a natureza, visando à produção e comercialização de bens e serviços, tem sido diferente ao longo da história. Nos últimos séculos, particularmente após da Revolução Industrial, a exploração da natureza está intimamente relacionada à obtenção de lucro, por meio do aumento do consumo e da utilização de novas tecnologias que permitem a produção em larga escala.
- O pacote tecnológico utilizado na sociedade atual *tem se caracterizado*

Aula 17 - Reforma agrária

O Brasil é o segundo país no mundo com maior concentração da propriedade da terra, menos de 2% de proprietários são donos de quase 50% das terras cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA. Dados oficiais revelam que em 2005, 1.6% dos proprietários rurais, com imóveis acima de mil hectares, são donos 46.8% do total de terras cadastradas. **As terras agricultáveis do Brasil concentram-se em um pouco mais de 300 famílias.**

Atualmente, mais de três milhões de famílias de trabalhadores rurais não dispõem de terra para viver e trabalhar. Em 2011 esta situação não sofreu nenhuma alteração significativa. Mas, você já se perguntou por que o Brasil tendo tanta terra possui “sem-terra” precisando de terra para trabalhar? Quais são as consequências da alta concentração de terras para a sociedade brasileira? Qual é o papel da reforma agrária e dos movimentos sociais na modificação da estrutura agrária no nosso país? Estas e outras perguntas serão temas da aula 17 e 18.

Nesta aula abordaremos aspectos históricos que nos permitam entender por que no Brasil a concentração da propriedade da terra é tão alta, assim como o conceito de reforma agrária.

17.1 Entre o passado e o presente

Vamos começar por responder a primeira pergunta: por que o Brasil tendo tanta terra possui “sem-terra” precisando de terra para trabalhar? Por que no Brasil a concentração da propriedade da terra é tão alta? Vejamos como a história fornece respostas a estas perguntas.

Para Fábio Konder Comparato, professor da Faculdade de Direito da USP, as causas do controle de quase a metade das terras cadastradas no Brasil por pouquíssimos proprietários (menos de 2% do total de proprietários), encontram-se *na forma como a propriedade da terra foi distribuída ao longo da história brasileira*.

A **estrutura fundiária** brasileira é fruto de 500 anos de apropriação privada da terra, em detrimento do interesse público. Antes da ocupação portuguesa

A-Z

Estrutura fundiária

Forma como as propriedades agrárias de uma área ou país estão organizadas, isto é, seu número, tamanho e distribuição social. Um dos grandes problemas agrários do Brasil é a sua estrutura fundiária: de um lado, um pequeno número de grandes proprietários de terras - os latifundiários -, que monopolizam a maior parte das propriedades rurais; no outro extremo, milhões de pequenos proprietários que possuem uma área extremamente pequena - os minifúndios -, insuficiente para permitir-lhes uma vida decente e com boa alimentação.

<http://www.algosobre.com.br/geografia/estrutura-fundiaria.html>

a posse da terra era comum aos povos indígenas. Não havia propriedade privada, e, portanto, não havia apropriação individual.

O regime de sesmarias, implantado no Século XVI, dividiu o nosso território entre poucas famílias de confiança da Coroa Portuguesa.

Como abordado no livro “Reforma agrária quando? A CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil” (Senado Federal, 2006, p.240),

“O sesmeiro tinha a obrigação de colonizar a terra, ter nela moradia habitual e cultura permanente, demarcar os limites das áreas, submetendo-os a posterior confirmação, e pagar os tributos correspondentes. Como as concessões de terras eram feitas a pessoas privilegiadas - os beneficiários da concessão eram sempre os nobres arruinados economicamente, em face da desagregação do feudalismo, ou os plebeus enriquecidos pelo mercantilismo – **o descumprimento das obrigações era comum**”

No Brasil, graças à farta distribuição de sesmarias durante a Colônia - que nascem sem a obrigação de cultivo da terra, e quando cultivadas dedicadas a monocultura dirigida à exportação – o território foi partilhado em grandes domínios rurais, cujos proprietários concentravam em sua pessoa a plenitude dos poderes, tanto de ordem privada, como política. Podemos afirmar que do senhor rural dependia o presente e o futuro de todos os que viviam no território fundiários, fossem eles familiares, agregados, clientes ou escravos.

Ao instituir o regime das sesmarias, garantindo a cessão terra aos amigos do rei, **o colonizador português deu origem ao latifúndio (grifo meu), isto é, a existência de grandes extensões de terra, na maioria das vezes improdutiva, na mão de um único dono.** O instituto das sesmarias permaneceria em vigor até pouco antes da independência do Brasil. Em julho de 1822 a concessão de títulos de sesmaria foi suspensa.

Em 1850, a Lei de Terras regulamentou os dispositivos da Constituição Federal de 1824 que tratavam da propriedade privada, confirmou o poder do governo imperial sobre as terras devolutas e **elegeu o mecanismo de compra e venda como único meio de aquisição do domínio das terras devolutas. Esta Lei impediu o acesso à propriedade rural por parte da população mais pobre,** isto é, dos ex-escravos e pequenos agricultores. Por outro lado, os antigos títulos de sesmarias foram convertidos em títulos de domínio. Mas além disso,

“ A lei também garantiu a manutenção de mão de obra nas grandes propriedades, já que, impedidos de ter acesso à terra, os ex-escravos, pequenos agricultores e os recém-chegados colonos europeus não tinham outra saída senão continuar trabalhando nas fazendas. A Lei de Terras ... vigorou por mais de cem anos, sendo recepcionada pelas constituições de 1891, 1934, 1937 e 1946 ...” (Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil, Senado Federal, 2006, p.241).

Assim, o regime de sesmarias, do qual nasce o latifúndio, e outros que o sucederam como o regime de propriedade inaugurado pela Lei de Terras, no qual unicamente as pessoas com dinheiro poderiam comprar a terra que é de todos, **conferiu o status de propriedade privada ao latifúndio, privilegiando a concentração da terra em poucos donos** – aqueles que podiam pagar - e impediram que os trabalhadores pobres e negros tivessem acesso à terra.

No século passado, em 1964, a existência de uma grande massa de trabalhadores rurais sem-terra ou com terra insuficiente para sobreviver se mobilizaram visando a reforma agrária. Em resposta a estas mobilizações o governo militar aprovou a Lei. Nº 4.504, que dispôs sobre o Estatuto da Terra, legislação considerada um marco jurídico na luta pela reforma agrária no Brasil. O Estatuto conceitua a reforma agrária da seguinte forma,

1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.

O objetivo da reforma agrária era a gradual extinção de **minifúndios** e **latifúndios**, conforme consta no artigo 16:

Art. 16. A Reforma Agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

Esta Lei que desejava assegurar a oportunidade de acesso à propriedade da terra, sempre e quando cumpra com sua função social, no entanto serviu apenas para aplacar os ânimos exaltados da época, pois não saiu do papel.



Na sanha por adquirir mais terras, falsificam-se documentos de propriedade (prática conhecida pelo nome de grilagem) e expulsam-se antigos moradores. Há terra que foi cercada sem que os proprietários tivessem documentos para provar que poderiam cercá-la. São quase 170 milhões de hectares de terras devolutas (públicas) cercadas. O dia que o governo federal cumprir a lei do novo cadastro fundiário e fizer a medição por georeferenciamento, vai saltar aos olhos o excesso de terra pública grilada. Hoje, no Brasil, nenhum órgão público é capaz de dizer quem é proprietário do quê. Mesmo o Incra tem grandes dificuldades para analisar as cadeias dominiais das fazendas. Fonte: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=654>

A-Z

Minifúndio:

Corresponde a toda propriedade inferior ao módulo fixado para a região em que se localiza e para o tipo de exploração em que nela ocorre. Dado o pequeno tamanho dos minifúndios, a exploração destes não permite a sobrevivência dos agricultores. Eles correspondem atualmente cerca de 72% do total dos imóveis rurais do país, embora ocupem apenas aproximadamente 12% da área total desses imóveis

Latifúndio:

Corresponde a grande propriedade improdutiva acima de 15 módulos fiscais.

Durante a ditadura, iniciada em 1964 e que duraria 20 anos, os governos militares promoveram a liquidação das Ligas Camponesas, perseguindo, prendendo e assassinando suas lideranças. Os demais movimentos sociais de luta por terra também foram reprimidos violentamente.

Durante os governos militares as políticas públicas para o campo brasileiro geraram um novo modelo agropecuário, conhecido como “revolução verde” ou “modernização conservadora” da agricultura. Esta “modernização” promoveu uma mudança na base produtiva, com a adoção de mecanização intensiva, uso de fertilizantes químicos e sementes selecionadas, mas sem alteração na estrutura fundiária, sem falar dos graves desequilíbrios sociais e ambientais decorrentes deste modelo. Em outras palavras, o regime militar capitalizou e “modernizou” o campo, mas a alta concentração da terra e os latifúndios permanecerem intocáveis.

“O efeito colateral desse modelo agropecuário foi o aprofundamento da concentração da propriedade da terra, da pobreza e do êxodo rural, em decorrência da expulsão de milhões de famílias do campo, que migraram pra as cidades ou passaram a engrossar os movimentos sociais de luta pela terra” (p.40, Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil, Senado Federal).

A Constituição de 1988 foi um marco de luta pela democratização do país. Esta Constituição rejeitou enfaticamente a ideia de propriedade absoluta, na qual o uso e o gozo da propriedade tinham por objetivo tão somente os interesses do proprietário. Na nova ordem constitucional, **a função social passou a integrar o próprio conteúdo do direito de propriedade**, como explicitado no art. 5º, XXII e XXIII e art. 170, II e III. Mas, o que significa **função social**? Vejamos:

“Para cumprir a função social, a propriedade rural deve atender, simultaneamente, os requisitos econômico, ambiental e trabalhista.

No requisito econômico (produção), está a própria razão da existência da propriedade agrária. O art. 186, inciso I, estabelece como requisito da função social da propriedade rural o seu “aproveitamento racional e adequado”, segundo os critérios exigidos em lei. Esse dispositivo estava contido no Estatuto da Terra, praticamente nos mesmos termos.

O requisito ambiental é previsto na Constituição de 1988 como princípio informativo da ordem econômica, sujeitando a atividade produtiva, pública

e privada, sua observância, possibilitando a intervenção do poder público, se necessário, para que a exploração econômica preserve o meio ambiente. O inciso II do art. 186 estipula como requisito ao cumprimento da função social da propriedade “a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente”.

Por fim, o requisito trabalhista está previsto em dois incisos do art. 186. O inciso III expressa a “observância das condições que regulam as relações de trabalho”, isto é, exige o respeito à legislação trabalhista, previdenciária e tributária; e o inciso IV determina que atenda a função social a propriedade cuja exploração favoreça o bem estar dos proprietários e trabalhadores”

(Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil, Senado Federal, pág. 244 e 245)

Quando a função social da terra não é cumprida o art. 184 da Constituição prevê:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Este artigo deixa claro a supremacia do interesse coletivo, explícito no cumprimento da função social segundo a Constituição Brasileira. Cabe ressaltar que o texto constitucional torna insusceptíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, a pequena e a média propriedades rurais. A desapropriação se restringe às grandes propriedades (acima de 15 módulos fiscais), isto é, ao latifúndio.

Saiba mais

- No artigo 5º, XXIII, da Constituição Federal podemos ler **“a propriedade atenderá a sua função social”**, seu descumprimento enseja a desapropriação punitiva do imóvel agrícola.
- A expropriação **é um dever** e não uma simples faculdade do Estado. E essa desapropriação obrigatória dá ao expropriado direito a uma indenização “justa”, como determina a Constituição, e nunca uma ocasião de ganho patrimonial.

- Enquanto menos de 2% de proprietários são donos de quase **50% das terras** cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; as propriedades com área de até 10 hectares, isto é os pequenos agricultores, representam 32,9% do total de imóveis, mas possuem apenas **1,6% da área total cadastrada**.
 - A maior parte das terras ocupadas e os melhores solos encontram-se nas mãos de pequeno número de proprietários, ao passo que um imenso número de pequenos proprietários possui áreas ínfimas, insuficiente para garantir-lhes e a suas famílias um nível de vida decente.
 - A distribuição da propriedade rural e da renda de um país é medida por um índice estatístico denominado Índice de GINI, variando de zero (igualdade absoluta) a um (concentração absoluta). **O índice brasileiro é de 0.843, bastante próximo à concentração fundiária absoluta.**
-

Em que pese o ordenamento jurídico existente, favorável à reforma agrária, o latifúndio recebe apoio econômico durante a ditadura militar como nos governos democráticos. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso –FHC– graças ao estímulo econômico do governo parte dos latifúndios se “modernizam” e vestem novas roupagens. O resultado desse estímulo tem sido a modernização de um setor da agricultura nacional apontado atualmente como dinâmico, produtivo e internacionalmente competitivo, o chamado agronegócio.

“O agronegócio baseia-se em alto grau de mecanização do campo, gera poucos empregos, concentra renda e não abastece o mercado interno, uma vez que se volta, sobretudo, à exportação. Agrega ainda um enorme custo socioambiental, pois acelera o deslocamento de populações do campo para a cidade, aumenta o desemprego rural e urbano, promove o desmatamento e a degradação de grandes áreas, levando a processos de desertificação em algumas regiões do País ou ameaçando a biodiversidade e os recursos hídricos. Ao produzir commodities, a percepção de muitos é que o agronegócio sozinho responde por parcela significativa do PIB e contribui para o equilíbrio da balança de pagamentos.

A ausência de política agrícola voltada pra a agricultura familiar, somada à transferência de recursos públicos para as grandes propriedades produtoras de commodities, fizeram aumentar o êxodo rural. Estima-se que cerca de 1,5

milhão de pequenos e médios proprietários rurais deixaram o campo entre 1995 e 2002”

(Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil, Brasília, Senado Federal, pág. 219)

Importante !

A partir de 1970, começou uma expansão das "fronteiras agrícolas" do país em direção a Amazônia, com a ocupação de terras devolutas, a derrubada da mata e o estabelecimento da lavoura ou pecuária. Em boa parte, essa ocupação da terra é apenas formal, com a empresa conseguindo o título de propriedade da área e deixando-a ociosa a espera de valorização. Mas essa expansão das áreas ocupadas pela agropecuária acabou contribuindo para agravar ainda mais o problema da estrutura fundiária do Brasil, já que o tamanho médio das propriedades que ocupam a maior parte das novas terras é enorme, constituindo, de fato, autênticos latifúndios.



Esse agravamento na concentração da propriedade fundiária no Brasil prejudica a produção de alimentos. Isso porque as grandes propriedades em geral, voltam-se mais para os gêneros agrícolas de exportação. Um estudo recente calculou que 60 a 70% dos gêneros alimentícios destinados ao abastecimento do país procedem da produção de pequenos lavradores, que trabalham em base familiar. Portanto, a concentração ainda maior da estrutura fundiária explica a queda da produção de alguns gêneros alimentícios básicos e o crescimento de produtos agrícolas de exportação.

Comparato faz uma síntese referente às roupagens dos antigos e novos latifundiários e a concentração da terra, vejamos:

“ A grande propriedade rural brasileira, que economicamente vivia em regime quase autárquico, era, de fato, uma espécie de território soberano, onde o proprietário, como nos velhos senhorios da época romana, fazia justiça e mantinha a força militar própria, para a defesa e o ataque ... Nas cidades, a classe dos que se dedicavam ao grande comércio de exportação e importação, tanto quanto os principais banqueiros, atuavam em estreito relacionamento com o grande senhorio rural.

Tal situação perdurou praticamente imutável até a década de 30 do século XX. A grande transformação getulista consistiu na adoção, pela primeira vez em nossa História, de uma política claramente industrializante, com a criação, em pouco tempo, de uma nova classe dominante e a mudança do eixo político do campo para o meio urbano.

Acontece que o nosso industrialismo, cujo ápice foi atingido após a Segunda Guerra Mundial, parece hoje condenado a sofrer um processo de envelhecimento precoce ... Hoje, não só as estruturas de poder do Estado brasileiro acham-se em boa parte desmontadas, como a classe dos empresários financeiros assumiu claramente a hegemonia em nossa sociedade.

O que restou, então, do antigo poder rural?

Contrariando o vaticínio de quase todos os analistas, ele ressurgiu ainda mais forte sob a forma de agronegócio, todo voltado à exportação. Retornamos, assim, agora sob a égide da nova globalização capitalista, a uma situação semelhante à do antigo estado de colônia de exploração agrícola e mercantil. Há que assinalar, no entanto, uma diferença de monta em relação ao passado. A empresa contemporânea de agribusiness representa a implantação do negócio industrial no meio agrícola e, como tal, não depende da propriedade da terra para subsistir ... E, no entanto, como todos sabem, as empresas de agronegócio, muitas delas estrangeiras, são as sucessoras entre nós dos antigos latifundiários. Se em contraste estes últimos elas não deixam suas terras sem cultivo, desenvolveram na prática notável poder ofensivo, ao provocarem grave devastação do meio ambiente e explorarem – agora de modo muito mais radical – a mísera classe dos trabalhadores agrícolas. Com base na propriedade rural em avançada expansão, as novas empresas agroindustriais retomaram e acentuaram, no plano local, o poder político dos velhos senhores do campo. Temos mesmo um governador de Estado, que chegou a esse posto fundado na propriedade de mais de cem mil hectares de terras ...

...Resultado direto desse contraditório processo histórico, a estrutura fundiária brasileira é marcada pela concentração da terra e pela violência contra trabalhadores rurais sem-terra.

(p.40, Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil, Brasília, Senado Federal).

Assim, podemos finalmente responder que a existência de milhões de trabalhadores rurais sem-terra, num Brasil do tamanho de um continente, com extensas áreas de terra agricultável, deve-se a alta concentração fundiária

produto de mais de 500 anos de história. O latifúndio com novas roupagens continua existindo, a reforma agrária, entendida como uma política de redistribuição da propriedade da terra, que no caso do Brasil significa a democratização do acesso à propriedade da terra, continua sendo um desafio do tamanho do Brasil.

Resumo

As causas do controle de quase a metade das terras cadastradas no Brasil por pouquíssimos proprietários (menos de 2% do total de proprietários), encontram-se *na forma como a propriedade da terra foi distribuída ao longo da história brasileira*.

O Brasil é o segundo país no mundo com maior concentração da propriedade da terra, menos de 2% de proprietários são donos de quase 50% das terras cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA. Dados oficiais revelam que em 2005, 1.6% dos proprietários rurais, com imóveis acima de mil hectares, são donos 46.8% do total de terras cadastradas. **As terras agricultáveis do Brasil concentram-se em um pouco mais de 300 famílias.**

Atualmente, mais de três milhões de famílias de trabalhadores rurais não dispõem de terra para viver e trabalhar. Em 2011 esta situação não sofreu nenhuma alteração significativa.

Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.

Atividades de aprendizagem

Escolha uns dos temas a seguir e elabore um texto (6 linhas) visando o desenvolvimento da temática. Para isto utilize o material desta aula e outros materiais como jornais, livros ou revistas.



- Regras protegem a grande propriedade e retardam reforma agrária
- Desmatamento e poluição seguem o rastro do agronegócio
- Há favelas gigantescas geradas por essa monocultura que está aí

Aula 18 - Reforma agrária: quando?

Você já se perguntou qual é a importância da Reforma Agrária e por que não sai do papel? Nesta aula analisaremos brevemente o papel da reforma agrária para o desenvolvimento nacional, seu público-alvo e alguns dos motivos que explicam a sua não execução.

Resultado de mais de 500 anos de história, a alta concentração da propriedade da terra dá origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais que inibem o desenvolvimento social, entendido como crescimento econômico, justiça social, sustentabilidade ambiental e extensão de cidadania democrática à população do campo.

Neste contexto, a Reforma Agrária é um desafio do tamanho do Brasil. Como mencionado na aula anterior, a partir da metade do Século XX, as lutas das organizações de trabalhadores, em especial das Ligas Camponesas, conseguiram introduzir a agenda da reforma agrária na pauta nacional. Na década de 1990 e no início do presente século, as mobilizações populares, e em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), explicitaram a necessidade e atualidade da luta pela reforma agrária, assim como os conflitos pela posse da terra.

18.1 Quais os benefícios da reforma agrária?

A reforma agrária tem por objetivo a criação de pequenas unidades de produção, aglutinadas em Projetos de Assentamentos, que beneficie os trabalhadores rurais que não possuem terra, ou têm terra insuficiente. Para isto é necessária a alteração da alta concentração fundiária que caracteriza o Brasil, por meio da desapropriação do latifúndio improdutivo, assim como das propriedades que não cumpram com sua função social.

Hoje no Brasil as pequenas unidades de produção são de vital importância para a geração de renda, emprego, alimentos, dinamização das economias locais, etc. Neste sentido a criação de Projetos de Assentamento, apoiados por uma gama de políticas públicas, fortalece o papel das pequenas unidades de produção visando o desenvolvimento socioeconômico do nosso país. Para atender melhor esta afirmação analisemos as seguintes informações.

No Brasil são as pequenas unidades as que produzem a grande maioria dos produtos do campo, como apontam os dados do último Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses dados revelam que os estabelecimentos familiares foram responsáveis por mais 80% do pessoal ocupado – com emprego - no meio rural brasileiro. Já as grandes propriedades responderam por menos de 3% dos empregos. As pequenas unidades de produção também geram mais renda no campo, pois são responsáveis por mais de 50% do total da renda gerada no campo brasileiro. Quanto às receitas totais, as pequenas unidades são responsáveis por pouco mais de 50%, já as médias por cerca de 30% e os latifúndios unicamente por aproximadamente 15%. Entretanto, como as pequenas unidades são em grande número, a parcela média obtida por unidade é também pequena.

Pesquisas demonstram que os assentamentos de reforma agrária produzem uma enorme diversidade de alimentos, desenvolvem uma grande variedade de atividades produtivas, a maioria ligada a atividades agropecuárias. As famílias assentadas, ao terem acesso à terra, passaram a ter também acesso a uma alimentação melhor, especialmente se comparada à situação de vida anterior. A criação de projetos de assentamentos representa também uma importante alternativa de trabalho e moradia, além de dinamizar a vida econômica dos municípios onde estão localizados.

“Quanto à produção agropecuária, uma das principais mudanças trazidas pelos assentamentos refere-se à oferta no mercado local de uma maior diversidade de produtos, especialmente em áreas antes monocultoras ou de pecuária extensiva, significando uma espécie de “reconversão produtiva” em regiões de crise da agricultura patronal, em alguns casos contribuindo para uma reorganização dos sistemas de uso dos solos da produção familiar nos eu contexto mais geral. Essa diversidade tem influência tanto sobre a qualidade de vida quanto sobre os aspectos ambientais” (p.147, *Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil, Brasília, Senado Federal*).

Apesar da importante contribuição da agricultura familiar para a geração de empregos e renda, esta recebe menos subsídios e recursos públicos que a agricultura empresarial. A violência no campo é outra marca da estrutura fundiária brasileira, estimulada pela impunidade dos assassinos. Dados da Comissão Pastoral da Terra revelam que, nas duas últimas décadas, 1.349 pessoas foram assassinadas em decorrência da luta por terra, em 1003 ocorrências registradas. Apenas 75 dessas ocorrências resultaram em julgamentos; 64 executores foram condenados e 44 absolvidos. No caso dos mandantes, apenas 15 foram condenados.

Importante!

No Brasil quem produz mais recebe menos

Levantamento feito pelo Incra e pela FAO, órgão das Nações Unidas responsável pela agricultura e alimentação, indica que as pequenas propriedades representam 85,5% dos estabelecimentos do campo, apesar de ocuparem 30,5% das terras agriculturáveis. E destaca que entre os dez principais produtos da agricultura familiar estão: leite, milho, feijão, café, mandioca e até mesmo a soja. Ou seja, a base alimentar do país.

Na história do Brasil, os governos têm financiado continuamente a produção agropecuária e a divisão desses recursos sempre favoreceu os grandes proprietários de terras. Por exemplo, neste ano, ao apresentar o Plano de Safra 2006/2007, o governo federal afirmou que o campo tem o desafio de “voltar a ser a locomotiva da economia e grande gerador de empregos, manter os expressivos saldos na balança comercial e continuar promovendo a interiorização do desenvolvimento e a inclusão social”. E 50 bilhões de reais em créditos foram liberados aos grandes proprietários rurais e 20% disso (10 bilhões) para a agricultura familiar.

Fonte: <http://www.forumcarajas.org.br>

18.2 Qual é o público-alvo da reforma agrária?

Atualmente os estudiosos da reforma agrária consideram-na como uma das principais políticas públicas capazes de gerar emprego e renda; produção e abastecimento de alimentos; desenvolvimento do mercado interno; sustentabilidade ambiental; e a diminuição da tensão no campo, uma vez que elimina uma das principais causas da violência e dos conflitos: a concentração fundiária.

O público-alvo da reforma agrária é oriundo de famílias que não dispõem de terra e que querem ter a terra como seu principal meio de vida; também as famílias que dispõem de pouca terra, como os pequenos proprietários que não possuem acesso a crédito e à assistência técnica, entre outros benefícios; também os posseiros, meeiros, pequenos arrendatários, entre outros. Além dessa população rural, há o público concentrado nas periferias das cidades que trabalham no meio rural como assalariados, diaristas, boias-frias, entre outros.

A demanda emergencial de beneficiários da reforma agrária pode ser calculada pelo número de famílias de trabalhadores rurais que participam diretamente da luta pela terra, por meio das ocupações e acampamentos. Segundo João Alfredo Telles Melo, em 2006,

“cerca de 170 mil famílias vivem em acampamentos à beira de rodovias ou em áreas ocupadas, à espera de um pedaço de chão, mais de 800 mil famílias estão cadastradas pelo INCRA na fila de espera, isto é como possíveis beneficiários da reforma agrária. Essa imensa demanda é compatível com a disponibilidade de terra que o Brasil possui. As grandes propriedades declaradamente improdutivas totalizam cerca de 133 milhões de hectares, ao passo que a estimativa de terras devolutas chega ao número aproximado de 172 milhões. As terras públicas cadastradas por diferentes órgãos federais, e que poderiam ser destinadas ao assentamento de trabalhadores, somam 4,3 milhões de hectares. São, portanto, 311 milhões de hectares que poderiam ser disponibilizadas à reforma agrária. Assim, a meta de assentar 400 mil famílias, prevista no II Plano Nacional de Reforma Agrária, é compatível com o estoque de terras disponível” (*Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil, Brasília, Senado Federal*).

Assim, hoje no Brasil existem mais de 6 milhões de trabalhadores sem acesso a terra junto aqueles que possuem insuficiência de terra, sendo estes o público-alvo da reforma agrária.

18.3 Porque a reforma agrária, apesar de necessária, não sai do papel?

Vários países de América Latina realizaram reformas agrárias visando o crescimento de seus países, já o Brasil perdeu vários momentos históricos para efetuar a reforma agrária, vejamos quais foram estes momentos:

O Brasil perdeu várias oportunidades históricas de realizar a reforma agrária. A primeira ocorreu com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, mas a opção foi manter o monopólio da terra nas mãos dos antigos detentores das sesmarias, excluindo a população pobre, negra e indígena.

Com a chamada Revolução de 1930, abriu-se uma nova conjuntura. Vários fatores possibilitaram a criação das condições necessárias para o reordenamento da estrutura fundiária, como a crise do café que se seguiu à queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1926, pondo em xeque o modelo agrícola centrado na grande propriedade monocultura voltada para a exportação, e a necessidade de geração de emprego e renda capazes de desenvolver o mercado interno, exigências do incipiente processo de industrialização...

Após a queda de Vargas, em 1945, cresceram as mobilizações e lutas por terra. Liderados pelas Ligas Camponesas, movimentos sociais, partidos políticos, lideranças dezenas de projetos de lei dispendo sobre a reforma agrária foram apresentados ao Congresso Nacional, mas nenhum deles foi aprovado.

No início da década seguinte, com João Goulart, parecia estar se construindo uma nova oportunidade histórica para desconcentração da propriedade rural. Coube a Celso Furtado a tarefa de delinear um programa de reforma agrária que tivesse como objetivo distribuir terra, desenvolver o mercado interno e alavancar a industrialização.

... No dia 30 de março do mesmo ano, os militares, sustentados, entre outros, pelos grandes proprietários rurais, deram o golpe de Estado e destituíram o Presidente Constitucional. Iniciou-se o ciclo dos governos militares, que durariam 21 anos. Mais uma vez, a agenda agrária foi preterida.

... Em 10 de outubro de 1985, o presidente José Sarney assinou o Decreto nº91.976, aprovando o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que tinha como meta o assentamento de 1,4 milhão de famílias em quatro anos. Foi criado também o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), que juntamente com o INCRA seria o órgão executor do PNRA.

A ofensiva dos grandes proprietários de terra contra a realização da reforma agrária, inclusive com a criação da UDR, surtiu efeito. O governo alterou suas metas e, após apresentar 12 versões para o Plano, desfigurou completamente o projeto inicial (elaborado pela equipe de José Gomes da Silva), que acabou não sendo implementado.

... O tema da reforma agrária manteve-se na pauta política nacional durante todo o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), devido à pressão dos movimentos sociais e à repercussão de dois acontecimentos trágicos: o Massacre de Corumbiara (RO), em que pelo menos dez sem-terra foram mortos por policiais no dia 09 de agosto de 1995, durante despejo de cerca de 600 famílias haviam ocupado uma propriedade improdutiva; e o Massacre de Eldorado de Carajás (PA), ocorrido no ano seguinte. Em 1997, a marcha dos cem mil trabalhadores rurais a Brasília chamou atenção para a imensa demanda por terra existente no Brasil (pág 214- 218”).

Mas, apesar de tantas oportunidades, ainda não foi realizada a reforma agrária no Brasil?

Até hoje, a responsabilidade do Poder Executivo na alta concentração de terras existente no Brasil é evidente. Desde a promulgação do Estatuto da Terra, o poder público está expressamente autorizado a realizar a reforma agrária, porém essa política pública só é implementada, pontualmente, para responder ao conflito social já instalado.

O Poder Legislativo não conseguiu remover os entraves legais aos processos de desapropriação e arrecadação de terras para fins de reforma agrária. Ao longo da história, a correlação de forças vem sendo favorável aos grandes proprietários, o que resulta na aprovação de leis e documentos que dificultam alterações na estrutura agrária.

Pesa sobre o Poder Judiciário a morosidade para decidir sobre as ações de desapropriação e de arrecadação de imóveis para fins de reforma agrária, que se contrapõem à celeridade nos processos de interesse dos grandes proprietários e grileiros. Além disso, os setores conservadores do Judiciário têm sido coniventes com a impunidade de executores e mandantes de assassinatos de sem-terra.

Mas, como fazer com que os poderes da União – legislativo, executivo e judiciário – se mobilizem para execução da reforma agrária? Novamente a história nos fornece a resposta, uma vez que os avanços legais e concretos ocorridos na reforma agrária têm sido sempre produto da mobilização e organização da sociedade, mesmo assim não têm sido o suficientemente fortes para mudar a estrutura fundiária deste país. Então, o que está faltando? Deixaremos este tema para a disciplina de sociologia e economia nos responder, não perca!!!

Resumo

A reforma agrária tem por objetivo a criação de pequenas unidades de produção, aglutinadas em Projetos de Assentamentos, que beneficie os trabalhadores rurais que não possuem terra, ou têm terra insuficiente. Para isto é necessária a alteração da alta concentração fundiária que caracteriza o Brasil, por meio da desapropriação do latifúndio improdutivo, assim como das propriedades que não cumpram com sua função social.

Vários países da América Latina realizaram reformas agrárias visando o crescimento de seus países, já o Brasil perdeu vários momentos históricos

Aula 19 - Recapitulando

Neste capítulo abordaremos os conteúdos mais relevantes discutidos nas aulas de Filosofia I. Esta recapitulação tem por objetivo contribuir na facilitação de conteúdos assim como na preparação dos estudantes para a realização da prova objetiva.

19.1 Do mito ao surgimento da Filosofia

O mito é uma *intuição*, é a forma *espontânea* de o homem *situar-se no mundo*. O mito surge *como verdade* e explica o que não foi justificado, é uma leitura do mundo, e para compreensão do ser. Na passagem do mito à razão há continuidade no uso comum de certos pensamentos, como a existência de divindades, mas por outro lado, existe uma *ruptura* quanto à *atitude das pessoas diante de tal pensamento*. O mito é uma narrativa cujo conteúdo *não se questiona*. A razão se diferencia do mito procurando entender o *porquê* dos fenômenos usando o raciocínio. A consciência racional é o pilar da filosofia, a qual problematiza e, portanto, convida a discussão e a reflexão.

19.2 O que é filosofia? Para que serve a filosofia?

A filosofia fornece ferramentas úteis para formular e compreender melhor os fenômenos, portanto, problemas atuais. A filosofia permite o distanciamento dos fatos e conhecimentos para a avaliação de seus fundamentos, reflexiona sobre os atos humanos e os fins a que eles se destinam. A filosofia possibilita que homens e mulheres vão além da dimensão da realidade dada pelo agir imediato, no seu dia a dia. A filosofia não aceita verdades sem antes havê-las investigado e compreendido, não aceita como óbvias e/ou evidentes as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana. A reflexão filosófica organiza-se em torno de três grandes conjuntos de perguntas ou questões:

1. **Por que** pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos e fazemos o que fazemos? Isto é, quais os **motivos**, as **razões** e as **causas**?
2. Qual é o conteúdo ou o sentido do que pensamos, dizemos ou fazemos?

3. Para que pensamos, dizemos o que dizemos e fazemos o que fazemos? Isto é qual é a intenção ou a finalidade do que pensamos, dizemos e fazemos?

- A reflexão é filosófica é

1. radical, pois procura as raízes do problema ou fato em reflexão;
2. rigorosa, pois indaga se os conhecimentos que sustentam uma explicação de um problema ou fato são ou não um saber verdadeiro, realizando uma reflexão crítica sobre os procedimentos e conceitos científicos;
3. de conjunto: o problema não pode ser examinado de modo parcial, mas numa perspectiva de conjunto.

19.3 As preocupações filosóficas

Entre as principais preocupações dos filósofos da Antiga Grécia (VI a.C.) até o Renascimento (XVI) destacam-se:

- Na antiguidade a filosofia se focou na investigação *das causas das transformações na Natureza*. Para De Castro (2008, p.11), *“As indagações dos filósofos dessa época primeva reaperesentam a primeira vontade do ser humano de entender os mecanismos reguladores da natureza para além de qualquer explicação mítica.*
- Posteriormente os filósofos passam a investigar não mais a natureza, mas o habitante do universo: *o próprio homem*, investigam as questões humanas, isto é, a ética, a política e as técnicas. Para De Castro (2008, p20)., no século V a.C., a preocupação dos filósofos é *“mundana, isto é, voltada para o próprio homem e as condições de seu desenvolvimento e aperfeiçoamento intelectual”.*
- Mais tarde, parte das preocupações filosóficas centra-se no estudo do raciocínio, das regras do pensamento correto. No contexto desta preocupação Aristóteles pensava que a Filosofia devia ser a demonstração da prova, uma vez que para ele *uma afirmação não provada não era verdadeira*. Aristóteles escreveu o primeiro texto sobre *lógica*.

- Do final do século IV ao final do século III a.C., chamado de período sistemático, a Filosofia busca mostrar, a partir da sistematização de tudo quanto foi pensado sobre a cosmologia e a antropologia, que *tudo pode ser objeto de conhecimento filosófico*, desde que seguidos os critérios da verdade e da ciência
- Do século I ao século VII d. C., surge a filosofia *patrística*, a partir do esforço de conciliar o Cristianismo com o pensamento dos gregos e romanos, numa tentativa de convencer aos pagãos das novas verdades pregadas pelo cristianismo. A filosofia irá girar principalmente em torno das *relações entre fé e ciência, a natureza de Deus, da alma, a vida moral*. A filosofia liga-se à defesa da religião cristã, da evangelização.
- Durante o período medieval, do século VIII ao século XIV, os interesses da Igreja Romana dominam a Europa, nesse período surge propriamente a Filosofia cristã, que é, na verdade, a teologia, também conhecida com o nome de *escolástica*.
Nesta época a filosofia cristã está interessada em provar de forma racional a existência do infinito criador, Deus, e da alma, isto é, o espírito humano imortal.
- Durante o Período chamado Renascimento, século XV e XVI, com as grandes descobertas marítimas, como a descoberta da América, a formação das monarquias nacionais, a reforma protestante, o renascimento artístico e a ideia de liberdade política, volta ao cenário científico e filosófico a possibilidade do homem conhecer a natureza e agir sobre ela.
- Durante o século XVII a meados do século XVIII, período denominado de Idade Moderna, a filosofia passou a preocupar-se por novos assuntos, como as *questões do conhecer*. Com os pensadores como Galileu, Descartes, Bacon, Hobbes, a filosofia vai ser vista como aquele conhecimento capaz de oferecer a fundamentação do conhecimento científico, cujo objetivo é dominar e controlar a natureza.

- Em meados do século XVIII ao começo do século XIX a busca pela razão e a liberdade e os conhecimentos científicos caracterizam o período chamado de Iluminismo.
- Na Modernidade vive-se um momento histórico marcado pela ideia da conquista e de apoderação da natureza. A filosofia surge então como a justificativa teórica e racional de um conhecimento que pretende ser total e dominar a realidade.
- O século XIX é o século do otimismo científico, filosófico social e artístico, presentes na afirmação de que a razão se desenvolvia plenamente para que o conhecimento completo possibilitasse os objetivos almejados pela sociedade. Na ciência e na arte, esta afirmação se sustenta na confiança do aperfeiçoamento. Com o passar do tempo, na ideia do progresso permanente, de que o presente é melhor que o passado, e o futuro será melhor e superior, se comparado ao presente.
- A Filosofia contemporânea, que compreende de meados do século XIX e chega aos nossos dias, questiona o otimismo racionalista. No século XX, a Filosofia passou a mostrar que as ciências não possuem princípios totalmente certos, seguros e rigorosos para as investigações, que os resultados podem ser duvidosos e precários, e que, frequentemente, uma ciência desconhece até onde pode ir e quando está entrando no campo de investigação de uma outra.

19.4 Campos da investigação filosófica

Ao longo do tempo a filosofia tem tido áreas de estudo diversas segundo seu contexto histórico. Entre os grandes temas de investigação da filosofia encontramos: Teoria do Conhecimento, Filosofia da Ciência, Lógica, Ética, Filosofia Política, História da Filosofia, entre outras.

19.4.1 Ideologia

A ideologia constitui um corpo sistemático de representações que nos "ensinam" a pensar e de normas que nos "ensinam" a agir. A ideologia tem como função assegurar determinada relação dos homens entre si e com suas condições de existência, adaptando os indivíduos às tarefas prefixadas pela sociedade; para tanto, as diferenças de classe e os conflitos sociais são camuflados, ora com a descrição da "sociedade una e harmônica", ora com

a justificação das diferenças existentes. Ela assegura a coesão dos homens e a aceitação sem críticas de formas de vida penosas e pobres espiritual e materialmente simplesmente como decorrente da "ordem natural das coisas". A ideologia em última instância tem a função de manter a dominação de uma classe sobre outra.

19.4.2 Trabalho e alienação

Na sociedade atual, regida pelo capitalismo, o trabalho torna-se um instrumento de dominação, fonte de lucro e exploração. O trabalho como força de transformação da natureza separa o homem do significado de sua existência tornando-o incapaz de reconhecer-se naquilo que faz e reconhecer seus semelhantes. Nisto se constitui a alienação do trabalhador. A alienação surge na vida econômica quando o trabalhador, ao vender sua força de trabalho, perde o que ele próprio produziu. O objeto produzido pelo trabalho surge como um ser estranho ao produtor, não lhe pertencendo. A consequência dessa perda é a fragmentação de sua consciência, que também deixa de lhe pertencer; perde a compreensão do mundo em que vive, isto é, torna alheia à sua consciência um segmento importante da realidade em que se acha inserido.

19.4.3 A liberdade

Liberdade significa agir com conhecimento de causa para ser capaz de conseguir os objetivos desejados; significa ser um sujeito ativo, capaz de transformar, fazer, para superar as situações não desejadas, para alterar a ordem das coisas, dentro das possibilidades históricas. Neste sentido, a liberdade se torna possível e verdadeira quando o homem tem poder para transformar, para o qual é necessário conhecer e agir. Ela não se fundamenta em fazer o que o ser humano deseja, já que toda ação humana tem limites colocados pelas condições do momento histórico, pois mesmo que a escolha de o que fazer seja subjetiva, seja individual, *o homem está sempre relacionado aos limites da própria realidade humana*. A busca pela liberdade – entendida como escolha de alternativas melhores e possíveis - é uma árdua tarefa; pois a liberdade não é uma coisa já existente, dada, e sim algo a ser conquistado, para o qual é necessário enfrentar obstáculos, desenvolver conhecimentos e capacidades para superá-los, por meio de tentativas e fracassos. A liberdade humana é *a liberdade do indivíduo enquanto ser-comunitário, e não unicamente como ser individual*. Para Marx a liberdade é possível por meio da *emancipação humana*. Nesse sentido, a liberdade é entendida como não dominação, a qual se efetiva na política mediante a luta contra os mecanismos de dominação e alienação da liberdade humana. O ponto de partida para a liberdade da humanidade não deve ser a liberdade individual, mas sim o

interesse coletivo, devendo ser este quem regule o comportamento individual; unicamente assim é possível a efetiva liberdade de cada um. A liberdade apresenta-se como a possibilidade que se tem de escolher, de decidir, fazer e dar conta da decisão tomada ou de simplesmente deixar acontecer. Cada escolha que se faz determina e constrói a existência da nossa sociedade, colocando-nos mais próximos ou não da própria felicidade, do desejado.

19.4.5 A conexão entre o indivíduo e a sociedade no capitalismo

No capitalismo, caracterizado pelo intenso desenvolvimento da ciência, tecnologia e divisão do trabalho como nunca antes imagináveis, *a conexão indivíduo e sociedade é rompida*. Esta conexão se modifica na medida em que a vida social passa a ser predominantemente marcada pela propriedade privada, quando **a razão da existência pessoal deixa de ser a articulação com a vida coletiva, para ser o mero enriquecimento privado**. Nesta sociedade, o dinheiro passa a ser a medida e o critério de avaliação de todos os aspectos da vida humana, inclusive os mais íntimos e pessoais. Os indivíduos passam a considerar todos os outros indivíduos como adversários. O capitalismo transformou a vida cotidiana em mera luta pela riqueza. O capitalismo deu origem a uma sociedade na qual **as necessidades humanas (coletivas e individuais) estão subordinadas às necessidades de enriquecimento privado**. A geração social da riqueza e sua apropriação individual por uma pequena camada da sociedade, *se concretiza na ideia do individualismo, deixando de ter responsabilidade e preocupação com o outro, seja ele um ser humano, um grupo social, ou a natureza*. O princípio de responsabilidade, em particular, o cuidado com o outro, é uma preocupação não presente na maioria das nossas atitudes devido ao individualismo. Mas apesar do predomínio dos interesses individuais de uma camada da sociedade no capitalismo, a humanidade possui uma vida social comum cada vez mais intensa, ou seja, uns dependemos cada vez mais dos outros, sem importar a distância e a localização geográfica. Hoje, como nunca na história da humanidade, os indivíduos compartilham de uma mesma história, tanto em termos econômicos, políticos, humanos e ambientais. Desta realidade emerge a necessidade de superar a lógica de funcionamento da sociedade atual e apontar para a construção de uma nova sociedade que expresse a vontade e os interesses de todos os membros da sociedade, ou da sua grande maioria, que tenha como objetivo verdadeiro a satisfação da suas necessidades materiais e espirituais, **restabelecendo a conexão entre indivíduo e coletividade**.

19.4.6 O consumismo na sociedade capitalista

Quando o consumo se converte num *objetivo em si e deixa de ser um meio para o alcance de outros objetivos* nos deparamos com o **consumismo**. No capitalismo a cultura do consumo é indispensável para a geração de maior lucro, em particular, o consumo supérfluo que independe de qualquer necessidade. Assim, quanto mais mercadorias sejam produzidas e vendidas, maior a quantidade de mais-valia apropriada pelas empresas. Na sociedade atual, consumo e propaganda são as caras de uma mesma moeda. Por meio da propaganda se criam falsas necessidades e falsas carências, tudo com o objetivo de consumir mais, criando uma abundante massa de mercadorias com curto prazo de “validade”, pois novas necessidades serão criadas e, portanto novos produtos virão para satisfazer estas “necessidades”. O consumo desenfreado é responsável por graves desequilíbrios ambientais, pois todo processo de produção significa a retirada de recursos naturais limitados, o uso de combustíveis fósseis, a geração de rejeitos que superam a capacidade de assimilação do planeta Terra, provocando graves desequilíbrios ambientais e sociais. O desenvolvimento sustentável pressupõe estabilização do consumo de recursos naturais, a satisfação das necessidades reais. O consumo desenfreado também aprofunda a miséria humana (espiritual e material), pois gera alienações cada vez mais intensas, infelicidade, depressão e grande vazio.

19.4.7 Política e democracia

Política é o “poder de imprimir determinado rumo para a sociedade”, **neste sentido a política** é luta pelo poder: a conquista, a manutenção e a expansão do poder. A luta política é a expressão dos interesses econômicos. O poder político sempre foi a maneira legal e jurídica pela qual a classe economicamente dominante de uma sociedade manteve seu domínio. O aparato legal e jurídico apenas dissimula o essencial: que o poder político existe como poderio dos economicamente poderosos, para servir seus interesses e privilégios e garantir-lhes a dominação social. Desde o ponto de vista etimológico, democracia significa “poder que emana do povo”. A democracia, no sentido moderno do termo, é uma criação burguesa, antes do capitalismo, não havia democracia. A democracia é uma forma de organização social que, afirmando a igualdade política de todos, reproduz as desigualdades entre burguesia e os trabalhadores. Por ser essencialmente um instrumento de reprodução da ordem capitalista, a democracia é sempre “democracia burguesa”. Entender a relação entre democracia e política na sociedade contemporânea nos permite compreender os limites do sistema político atual, evidenciados na crise da representação política que coloca em questão o atual modelo de repúblicas democráticas liberais, que não

garantem os direitos sociais mais elementares para a grande maioria das pessoas. Também nos permite compreender a necessidade de novas formas de participação popular na política, entendida como “o poder de imprimir determinado rumo para a sociedade”.

19.4.8 A arte

De forma geral a arte pode ser definida como uma forma de linguagem por meio da qual os seres humanos expressam sentimentos e ideais, sua natureza é *exclusivamente humana*. A história mostra que a humanidade não conseguiu se desenvolver somente a partir da produção de objetos para sua sobrevivência, procurou-se algo mais: a arte. Graças à arte o ser humano é capaz de se expressar mais completamente, fugindo do uso exclusivo da razão, do intelecto. A Arte é uma necessidade do ser humano, é outra dimensão da constituição do ser humano, se apresenta como a possibilidade de o ser humano compreender e expressar melhor o mundo que o rodeia, por meio da imaginação, da criatividade, dos sentidos. A arte está estreitamente ligada à história da humanidade ao ser a manifestação das ideias, os fatos e sentimentos da sociedade num momento determinado. No entanto a arte não está completamente presa às condições sociais, culturais ou históricas. A arte também pode apontar para um futuro a partir do presente e passado, o artista pode retomar propostas e ideias do passado e presente, reformulando-as ao seu modo e atribuindo-lhes novos significados. A arte guarda consigo essa capacidade de superar esses condicionantes, muito embora não consiga existir sem eles. A arte também expressa e possui vínculos ideológicos.

19.4.9 Meio Ambiente

A ação do ser humano no planeta Terra fez com que o mundo fosse diferente do natural, cada vez mais humanizado, ou seja, *transformado pela ação do homem, pelo seu trabalho*. Os objetivos e a forma em que o homem explora a natureza, visando a produção e comercialização de bens e serviços, tem sido diferente ao longo da história. Nos últimos séculos, particularmente após da Revolução Industrial, a exploração da natureza está intimamente relacionada à obtenção de lucro, por meio do aumento do consumo e da utilização de novas tecnologias que permitem a produção em longa escala. O pacote tecnológico utilizado na sociedade atual *tem se caracterizado pelo uso inadequado, indiscriminado e arbitrário dos recursos naturais, provocando graves agressões ao meio ambiente*. Uma estratégia para a superação da crise ambiental, pouco compreendida e difundida, parte do abandono do consumismo, do nosso modo de produção e de vida, do atual modelo tecnológico, da apropriação de bens e recursos naturais para o lucro, da

pregação do crescimento econômico ilimitado. Esta proposta não retira a importância e necessidade de ações individuais que possam favorecer o uso racional dos recursos naturais, mas revela estas como insuficientes para a solução da atual crise ambiental e a construção de uma sociedade verdadeiramente sustentável.

19.4.10 A reforma agrária

As causas do controle de quase a metade das terras cadastradas no Brasil por pouquíssimos proprietários (menos de 2% do total de proprietários), encontram-se *na forma como a propriedade da terra foi distribuída ao longo da história brasileira*. O Brasil é o segundo país no mundo com maior concentração da propriedade da terra, menos de 2% de proprietários são donos de quase 50% das terras cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA. Dados oficiais revelam que em 2005, 1.6% dos proprietários rurais, com imóveis acima de mil hectares, são donos 46.8% do total de terras cadastradas. **As terras agricultáveis do Brasil concentram-se em um pouco mais de 300 famílias**. Atualmente, mais de três milhões de famílias de trabalhadores rurais não dispõem de terra para viver e trabalhar. Em 2011 esta situação não sofreu nenhuma alteração significativa. Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.

19.4.11 Reforma agrária quando?

A reforma agrária tem por objetivo a criação de pequenas unidades de produção, aglutinadas em Projetos de Assentamentos, que beneficie os trabalhadores rurais que não possuem terra, ou têm terra insuficiente. Para isto é necessária a alteração da alta concentração fundiária que caracteriza o Brasil, por meio da desapropriação do latifúndio improdutivo, assim como das propriedades que não cumpram com sua função social. Vários países de América Latina realizaram reformas agrárias visando o crescimento de seus países, já o Brasil perdeu vários momentos históricos para efetuar a reforma agrária e, assim, possibilitar benefícios que esta traria para o desenvolvimento nacional. Hoje no Brasil as pequenas unidades de produção são de vital importância para a geração de renda, emprego, alimentos, dinamização das economias locais, etc. Neste sentido a criação de Projetos de Assentamento, apoiados por uma gama de políticas públicas, fortalece o papel das pequenas unidades de produção visando o desenvolvimento socioeconômico do nosso país.

Aula 20 - A Filosofia Marxista

Visando iniciar a compreensão da filosofia marxista e a maneira de introdução dos conteúdos a serem tratados na disciplina “Filosofia II”, nesta aula abordaremos brevemente o contexto em que nasce o pensamento marxista e faremos a introdução de duas categorias filosóficas: o materialismo e a dialética.

Toda emancipação constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem.

Karl Marx

O pensamento marxista, fruto da obra de Karl Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820-1895), como nenhum outro, influenciou de forma determinante o pensamento e as mudanças contemporâneas. O marxismo representa uma mudança decisiva no modo de interpretar e analisar a sociedade contemporânea, de conceber a política e as relações entre sociedade e poder.

Quando Marx e Engels iniciaram seus trabalhos teóricos a Inglaterra vivia o auge da Revolução Industrial (XVIII-XIX), a sociedade capitalista presenciava o desenvolvimento industrial e portanto o crescimento da população de trabalhadores, cujas condições de vida se caracterizavam pela sua precariedade. A grande desigualdade social e as más condições de trabalho, assim como os baixos salários facilitaram o início da organização dos trabalhadores, que mais tarde daria origem aos movimentos operários. Para Costa,

O auge de desenvolvimento do capitalismo inglês, permitiu que Marx analisasse o sistema em seu nascedouro. Uma análise crítica que mais tarde apareceria em sua principal obra, o Livro “O Capital”.

A Europa daquele tempo ainda estava sob o impacto da Revolução Francesa e da suas ideias, que inspiraram o socialismo francês. A Alemanha, por sua vez, contribuía com sua filosofia clássica, de pensadores como Hegel e Feuerbach, criadores de conceitos que foram desenvolvidos na teoria marxista, como a dialética e o materialismo” (Costa, 2011)



Karl Heinrich Marx (1818-1883) filho de família judia nasceu em Trier, na Alemanha. Marx estuda filosofia nas universidades de Berlim e de Jena. Muda-se para Paris, França, em 1844, sendo expulso em 1845, a pedido do governo alemão, e conhece Friedrich Engels, eterno companheiro intelectual e de luta, com quem publica, na Bélgica, em 1848 o Manifesto Comunista, pregando a organização dos trabalhadores na busca da emancipação. Muda-se para Londres, onde estuda história e economia, e ajuda a fundar o movimento pró-socialista da 1ª Internacional. Em 1867 publica o primeiro volume de sua principal obra, O Capital, na qual expõe os conceitos econômicos do marxismo, como a teoria do valor, a da mais-valia ou excedente do trabalho e a da acumulação do capital. Os outros volumes da mesma obra só são conhecidos após sua morte. O estabelecimento de Marx na Inglaterra, França e Alemanha, assim como o estudo profundo dos pensadores e processos socioeconômicos e políticos destes países, influenciaram de forma forte e direta a construção do pensamento marxista, que alimentou-se fundamentalmente da economia política inglesa (Adam Smith e David Ricardo), do socialismo francês e da filosofia alemã, em particular da filosofia de Hegel e Feuerbach da qual deriva um novo conceito de dialética e materialismo. Lênin denominou estas três influências como as “três fontes e partes integrantes do marxismo”.

Para Chauí (p.534),

Nesta época a classe social dominante, a burguesia, se organiza através do Estado liberal, enquanto os trabalhadores industriais ou proletários se organizam em associações profissionais e sindicatos para as lutas econômicas (salários, jornada de trabalho), sociais (condições de vida) e políticas (reivindicação de cidadania). Greves, revoltas e revoluções eclodem em toda a parte, as mais importantes vindo a ocorrer na França em 1830, 1848 e 1871. No Brasil, em 1858, eclode a primeira greve dos trabalhadores e, em 1878, a primeira greve dos trabalhadores do campo, em Amparo (Estado de São Paulo).

As análises de Marx e Engels tiveram como objetivo principal *a compreensão do funcionamento do capitalismo visando à superação da opressão dos trabalhadores pela burguesia.*

Guiados por este objetivo Marx e Engels escrevem e publicam inúmeras e importantes obras, entre as que destacam *“O capital”*, que apresenta uma análise profunda do regime econômico da sociedade moderna, baseada na teoria da mais-valia, e o *“Manifesto do partido comunista”* (1848), que apresenta uma síntese do desenvolvimento social da humanidade - baseado na contradição entre forças produtivas e relações de produção, e na luta de classes – e do processo de supressão da exploração dos trabalhadores. No *Manifesto comunista*, os trabalhadores do mundo são conclamados a se unir e a se organizar para a longa luta contra o capital, Marx e Engels consideravam que a fase final do combate proletário seria a revolução e o comunismo.

Partindo da necessidade de análise e de compreensão do funcionamento da sociedade capitalista - objetivando a superação da dominação da burguesia - **a teoria marxista**, plasmada nas inúmeras obras escritas por Marx e Engels, **resgata e reinterpreta duas importantes categorias filosóficas: o materialismo e a dialética.** A interpretação dos fenômenos naturais e sociais sob a ótica do **materialismo histórico e dialético é o maior aporte de Marx e Engels à ciência e a filosofia.** Mas o que significam materialismo e dialética?

Para Marx a realidade é dialética. O mundo, a história, a natureza mudam e se desenvolvem ao longo do tempo. Nada existe eternamente, nada é imutável. Se observarmos a história da humanidade, da natureza e das ideias verificaremos que se apresentam de forma diferente ao longo do tempo. Por exemplo, hoje a humanidade produz de forma distinta que há cinquenta,

cem ou duzentos anos atrás; os homens estão constantemente inventando novos instrumentos de trabalho, novas tecnologias, novas matérias, que permitem que a sociedade apresente mudanças na forma de produzir.

Ao longo do tempo, na sociedade, as leis, a cultura, a forma de pensar também muda, o velho é substituído pelo novo. A natureza do planeta Terra vem se modificando ao longo da sua história, as plantas e animais característicos de um milhão de anos atrás são distintos do que hoje conhecemos. Assim, podemos observar que na história da humanidade e da natureza não há “coisas acabadas”, mas um complexo de processos *em constante mudança*, em constante transformação, às vezes mais rápido, às vezes mais lento.

Mas além do mundo estar em constante movimento, as coisas estão em *constante relação recíproca*, em constante interação, ou seja, nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido isoladamente, fora dos fenômenos que o rodeiam. O fato de todos os corpos estarem reciprocamente ligados pressupõe que influem uns sobre os outros e esta ação recíproca constitui o próprio movimento, a mudança. Por exemplo, no processo de produção das coisas que precisamos para viver (alimentos, moradia, transporte, roupa, máquinas para produzir, etc) os homens modificam a natureza, o meio ambiente; o homem procura na natureza a matéria-prima para sua produção. Por meio do trabalho o homem transforma a natureza, mas neste processo o homem também é transformando, pois quando ele produz procura novos conhecimentos, modificando a sua capacidade de transformar a natureza. Assim, ao transformar a natureza, o indivíduo também transforma a si próprio e a sociedade, produz e adquire novos conhecimentos e habilidades, isto faz com que a tecnologia avance para facilitar a produção dos objetos que precisamos. Os novos objetos produzidos passam a ser influenciado e a influenciar toda a sociedade.

Mas a dialética, na sua busca por entender como funciona o mundo, constata que a sociedade e a natureza além de estarem em constante movimento e relação entre suas partes, descobre que **a contradição** é a força motriz que provoca o movimento e a transformação. A contradição é o atrito, a luta que surge entre os contrários, que é inseparável, explica a mudança.

Vejamos o que nos diz Martins, a respeito da dialética,

“...a dialética surgiu, na história do pensamento humano, muito antes de Marx. Em suas primeiras versões, a dialética foi entendida, ainda na Grécia antiga, como a arte do diálogo, a arte de conversar. Sócrates emprega este conceito para desenvolver sua filosofia. Platão utiliza, abundantemente, a

dialética em seus diálogos. A verdade é atingida pela relação de diálogo que pressupõe minimamente duas instâncias, mas até aqui o diálogo acontece sob um princípio de identidade, entre os iguais. Entretanto, tal posicionamento foi precedido por uma visão distinta encontrada principalmente em Heráclito, filósofo grego que viveu de 530 a 428 a.C. Para este, a conversa existe somente entre os diferentes. A diferença é constituidora da contrariedade e do conflito. Não é a concórdia que conduz ao diálogo, mas a divergência, isto é, a exacerbação do conflito. (Novelli e Pires, 1996)..... em Heráclito encontramos a ideia de movimento do pensamento, a ideia de contraditoriedade da vida, da natureza, do mundo: todas as coisas fluem e se alteram sempre, disse ele; mesmo na mais imóvel existe um invisível fluxo e movimento. (Durant, 1996).

...Bem mais tarde, no Renascimento, a busca da objetividade levou o pensamento humano a uma profunda separação entre sujeito e objeto e ao abandono do pensamento dialético como lógica de interpretação do mundo e como objeto de estudo das ciências e da filosofia. No entanto, observa-se que a base de compreensão da dialética, a contraditoriedade e movimento do mundo, estava presente na elaboração científica de vários pensadores. A ideia de Copérnico de que a terra não é imóvel; o movimento como condição natural dos corpos de Galileu e Descartes; e os corpos caem de Newton foram contribuições importantes para a elaboração do método dialético. (Konder, 1981).

Mas é com Hegel, filósofo alemão que viveu de 1770 a 1831, que a dialética retoma seu lugar como preocupação filosófica, como importante objeto de estudo da filosofia. Partindo das ideias de Kant (1724-1804) sobre a capacidade de intervenção do homem na realidade, sobre as reflexões acerca do sujeito ativo, Hegel tratou da elaboração da dialética como método, desenvolvendo o princípio da contraditoriedade afirmando que uma coisa **é** e **não é** ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto. Esta é a oposição radical ao dualismo dicotômico sujeito-objeto e ao princípio da identidade. Por isso Hegel preconiza o princípio da contradição, da totalidade e da historicidade. (Novelli e Pires, 1996)

... Para o pensamento marxista, importa descobrir as leis dos fenômenos de cuja investigação se ocupa; o que importa é captar, detalhadamente, as articulações dos problemas em estudo, analisar as evoluções, rastrear as conexões sobre os fenômenos que os envolvem. Isto, para este pensador, só foi possível a partir da reinterpretção do pensamento dialético de Hegel. A separação sujeito-objeto, promovida pela lógica formal, não satisfazia a

estes pensadores que, na busca da superação desta separação, partiram de observações acerca do movimento e da contraditoriedade do mundo, dos homens e de suas relações”. (PIRES, 1997).

Podemos dizer que a dialética, como instrumento da filosofia e da ciência, permite explicar o que provoca as modificações dos fenômenos sociais e/ou naturais. A dialética é uma possibilidade de compreensão da realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.

Uma vez abordado termo dialética podemos fazer uma segunda pergunta, O que significa materialismo? Talvez a frase mais representativa do materialismo em Marx é “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas é o seu ser social que determina sua consciência”. Vejamos o que significa esta afirmação.

Como já mencionado anteriormente, para obter o que o homem, a sociedade necessita e consome (base material da sociedade) no dia a dia, é necessário a transformar a natureza por meio do trabalho. Ao longo da história a humanidade se organizou de formas diferentes para produzir e se apropriar do produzido. Por exemplo, a humanidade produz milho há centos de anos, mas a forma em que este grão se produz é diferente, a tecnologia usada é distinta, também é distinta a relação que os homens estabelecem durante o processo de produção, que deriva numa apropriação diferente da riqueza produzida por cada sociedade. Para o pensamento marxista, o que caracteriza cada sociedade é a forma pela qual reproduz suas condições de existência, a estrutura material da sociedade (infraestrutura) determina a superestrutura política, social e ideológica. Vejamos o que nos diz a este respeito Aranha e Martins (p. 364),

“As relações fundamentais de toda sociedade humana são as relações de produção, que revelam a maneira pela qual os homens, a partir das condições naturais, usam as técnicas e se organizam por meio da divisão do trabalho social. As relações de produção correspondem a um certo estado das forças produtivas, que consistem no conjunto formado pelo clima, água, solo, matérias-primas, máquinas, mão de obra e instrumentos de trabalho.

Por exemplo, quando os instrumentos de pedra são substituídos pelos de metal, ou quando o desenvolvimento da agricultura se torna possível pela descoberta de técnicas de irrigação, de adubagem do solo ou pelo uso do arado e de veículos de roda, estamos diante de alterações das forças produtivas que por sua vez provocarão mudanças nas formas pelas quais os homens

se relacionam. Chamamos modo de produção à maneira pela qual as forças produtivas se organizam em determinadas relações de produção num dado momento histórico. Por exemplo, no modo de produção capitalista, as forças produtivas, representadas sobre tudo pelas máquinas do sistema fabril, determinam as relações de produção caracterizadas pelo dono do capital e pelo operário assalariado.

...Marx inverte o processo do senso comum que pretende explicar a história pela ação dos “grandes homens”, ou, às vezes, até pela intervenção divina”. Para o marxismo, no lugar das ideias, estão os fatos materiais; no lugar dos heróis, a luta de classes. Em outras palavras, o que Marx explicitou foi que, embora possamos tentar compreender e definir o homem pela consciência, pela linguagem, pela religião, o que fundamentalmente o caracteriza é a forma pela qual reproduz suas condições de existência. Portanto, para Marx, a sociedade se estrutura em níveis.

O primeiro nível, chamado de infraestrutura, constitui a base econômica (que é determinante, segundo a concepção materialista). Engloba as relações do homem com a natureza, no esforço de produzir a própria existência e as relações dos homens entre si. Ou seja, as relações entre os proprietários e não proprietários, e entre os não proprietários e os meios e objetos do trabalho.

O segundo nível, político-ideológico, é chamado de superestrutura. É constituído:

a) pela estrutura jurídico-política representada pelo Estado e pelo direito: segundo Marx, a relação de exploração de classe no nível econômico repercute na relação de dominação política, estando o Estado a serviço da classe dominante.

b) pela estrutura ideológica referente às formas da consciência social, tais como a religião, as leis, a educação, a literatura, a filosofia, a ciência, a arte etc. Também nesse caso ocorre a sujeição ideológica da classe dominada, cuja cultura e modo de vida refletem as ideias e os valores da classe dominante.

Vamos exemplificar como a infraestrutura determina a superestrutura, comparando valores de dois diferentes períodos da história. A moral medieval valoriza a coragem e a ociosidade da nobreza ocupada com a guerra, bem como a fidelidade, que é a base do sistema de suserania e vassalagem; do ponto de vista do direito, num mundo cuja riqueza é a posse de terras,

considera-se ilegal (e imoral) o empréstimo a juros. Já na Idade Moderna, com o advento da burguesia, o trabalho é valorizado e, conseqüentemente, critica-se a ociosidade; também ocorre a legalização do sistema bancário, o que exige a revisão das restrições morais aos empréstimos. A religião protestante confirma os novos valores por meio da doutrina da predestinação, considerando o enriquecimento um sinal da escolha divina.

Conforme os exemplos, as manifestações da superestrutura (no caso, moral e direito) são determinadas pelas alterações da infraestrutura decorrentes da passagem econômica do sistema feudal para o capitalista. Portanto, para estudar a sociedade não se deve, segundo Marx, partir do que os homens dizem, imaginam ou pensam, e sim da forma como produzem os bens materiais necessários à sua vida. Analisando o contrato que os homens estabelecem com a natureza para transformá-la por meio do trabalho e as relações entre si é que se descobre como eles produzem sua vida e suas ideias.

No entanto, essas determinações não podem nos fazer esquecer do caráter dialético de toda determinação: ao tomar conhecimento das contradições, o homem pode agir ativamente sobre aquilo que o determina”.

Assim, podemos afirmar que o materialismo histórico não é mais do que a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao campo da história. E, como o próprio nome indica, é a explicação da história por *fatores materiais, ou seja, econômicos e técnico*. Diferente do **idealismo**, o materialismo não considera a história como o puro movimento das ideias, como ideias em movimento.

Para Chauí (536 -537),

“O modo de reprodução de vida material determina o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu **ser social** que, inversamente, determina sua consciência. É por afirmar que a sociedade se constitui a partir de condições materiais de produção e da divisão social do trabalho, que as mudanças históricas são determinadas pelas modificações naquelas condições materiais e naquela divisão do trabalho, e que a consciência humana é determinada a pensar as ideias que pensa por causa das condições materiais instituídas pela sociedade, que o pensamento de Marx e Engels é chamado de **materialismo histórico**. Materialismo porque somos o que as condições **materiais** (as relações sociais de produção) nos determinam a ser e a pensar.

A-Z

Idealismo:

Já o materialismo parte de dois pressupostos:

- 1) A matéria é anterior a ideia, a natureza existe antes de os homens surgirem, que a ideia é um desenvolvimento tardio da matéria.
- 2) Em se tratando da reprodução do mundo dos homens, as determinações materiais (que são fundadas prioritariamente pelo desenvolvimento das forças produtivas) constituem o momento predominante no desenvolvimento das ideias. É a existência social dos homens que determina a suas consciências, e não o inverso.

Histórico porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nascem da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo. A História não é um progresso linear e contínuo, uma sequência de causas e efeitos, mas um processo de transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção (a forma da propriedade) e as forças produtivas (o trabalho, seus instrumentos, as técnicas). A luta de classes exprime tais contradições e é o motor da História. Por afirmar que o processo histórico é movido por contradições sociais, **o materialismo histórico é dialético**. As relações sociais de produção não são responsáveis apenas pela gênese da sociedade, mas também pela do Estado, que Marx designa como superestrutura jurídica e política, correspondente à estrutura econômica da sociedade”.

A interpretação dos fenômenos naturais e sociais sob a ótica do **materialismo histórico e dialético é o maior aporte de Marx e Engels à ciência e a filosofia**. Para isto, a teoria marxista, plasmada nas inúmeras obras escritas por Marx e Engels, resgata e reinterpreta duas importantes categorias filosóficas: o materialismo e a dialética.

Resumo

O marxismo representa uma mudança decisiva no modo de interpretar e analisar a sociedade contemporânea, de conceber a política e as relações entre sociedade e poder. As análises de Marx e Engels tiveram como objetivo principal a compreensão do funcionamento do capitalismo visando à superação da opressão dos trabalhadores pela burguesia. Mediante este objetivo a teoria marxista resgata e reinterpreta duas importantes categorias filosóficas: o materialismo e a dialética. A interpretação dos fenômenos naturais e sociais sob a ótica do materialismo histórico e dialético é o maior aporte de Marx e Engels à ciência e a filosofia. O materialismo histórico é a explicação da história por fatores materiais, ou seja, econômicos e técnicos. Para a teoria marxista, o processo histórico é movido por contradições sociais. A dialética, como instrumento da filosofia e da ciência, permite explicar o que provoca as modificações dos fenômenos sociais e/ou naturais. A dialética é uma possibilidade de compreensão da realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda ; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando, Introdução à Filosofia*. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

CASTRO, Suzana. *Introdução à filosofia*,. Petrópolis, RJ: VOZES, 2008.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Luciano. **Revista Discutindo Filosofia**, Edição Especial nº 06, 201.

FILOSOFIA. ENSINO MÉDIO. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO ... *Filosofia / vários autores*. – Curitiba: SEED-PR, 2006.

LEMINSKI, P. *Ensaio e Anseios Crípticos*. Curitiba: Polo Editorial do Paraná, 1997.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução a Filosofia de Marx**. São Paulo Expressão Popular, 2008.

MEDAGLI, Vicente Rahn. *Sinopse da filosofia do meio ambiente, contextualização dentro da Filosofia, principais problemas e indicações acerca de possíveis soluções*, 2005. Acesso em: http://www.inga.org.br/docs/sinopse_da_filosofia.pdf

MELLO, João Alfredo Telles. **Reforma Agrária Quando?** CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Brasília: Editora Senado Federal, 2006.

PANAZZO, Sílvia; VAZ, Maria Luiza. *Navegando pela história*. São Paulo: Quinteto Editorial, 2009.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação, *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. Botucatu, v.1, n.1, 1997.

SILVA, Franklin Leopoldo. Teoria do Conhecimento, In: CHAUÍ et al. *Primeira Filosofia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Referência das figuras

Figura 1.1 rotas de comercio
<http://imperiroma.blogspot.com>

Figura: 2.1 colônias jônicas da grécia na ásia
http://www.templodeapolo.net/Civilizacoes/grecia/historia_civilizacao/imagens/jonios1.png

Figura: 3.1 Pensar
Fonte: http://www.flickr.com/photos/pink_chicle

Figura 7.2 Diagrama
Fonte: Banco de imagens DI

Figura 8.1 Padrão de belo
Fonte: Acervo

Figura: 11.1 Ditadura
Fonte: <http://imageshack.us/photo/my-images/364/ditaduraevandroteixeiragb2.jpg/sr=1>

Figura: 12.1 Riqueza
Fonte: <http://rendadinho.com.br/wp-content/uploads/ganancia.jpg>

Figura:12.2 Leminski
Fonte:<http://inforum.insite.com.br/arquivos/124/Leminski2.gif>

Figura 13.1 Remédio para dor
Fonte: <http://designinforma.blogspot.com/2011/03/neosaldina-lanca-nova-etapa-campanha.html>

Figura 13.2 Alimentos e obesidade infantil
Fonte:<http://robertaescolastico.blogspot.com>

Figura 13.3 A modelo Allie Crandell foi banida de uma campanha de moda
Fonte: <http://www.modacomestilo.com.br/>

Figura 13.4 consumo
Fonte:<http://jataovaqueiro.blogspot.com/2011/06/charges-da-falta-de-respeito-ao-meio.html>

Figura: 14.1 Jornada de trabalho
Fonte:<http://www.sintracoopmsmt.com.br>

Figura 15.1 Retirantes Candido Portinari
Fonte: www.portinari.org.br

Atividades autoinstrutivas

1. O objetivo da disciplina Filosofia I é,
 - a) conhecer a biografia dos principais filósofos ao longo da história da humanidade;
 - b) despertar e desenvolver no estudante a capacidade de análise e discussão filosófica dos fenômenos e processos que o rodeiam, visando contribuir no desenvolvimento de um pensamento crítico próprio;
 - c) conhecer com profundidade as principais escolas de pensamento da filosofia moderna.
 - d) todas as alternativas acima citadas são corretas.
 - e) nenhuma alternativa é correta.
2. Ao longo da história da humanidade os mitos penetram a realidade vivida pelos membros dessa sociedade, ocupando seu imaginário, se reproduzindo em todas as atividades, como por exemplo, nas artes, na política, na educação. Sobre os mitos e a razão podemos dizer:
 - a) Os mitos possuem uma visão de mundo que se formou de um conjunto de narrativas contadas de geração a geração por séculos e que transmitiam aos jovens a experiência dos anciãos. Como narrativas, os mitos falavam de deuses e heróis de outros tempos e, dessa forma, misturavam a sabedoria e os procedimentos práticos do trabalho e da vida com a religião e as crenças mais antigas.
 - b) Enquanto narrativa oral, nos primórdios da humanidade, o mito era um modo de entender o mundo que foi sendo construído a cada nova narração. As crenças que ele transmitia ajudavam a comunidade a criar uma base de compreensão da realidade e um solo firme de certezas.
 - c) O surgimento da reflexão e da racionalidade é resultado da necessidade de **explicar** o mundo, de elaboração de outra *cosmologia*, de entender a natureza sob outras bases, procurando a racionalidade do universo.

d) Na passagem do mito à razão há continuidade no uso comum de certos pensamentos, como a existência de divindades, mas por outro lado, existe uma *ruptura* quanto à *atitude das pessoas diante de tal pensamento*. O nascimento da *reflexão* permite o questionamento dos mitos e o desenvolvimento da consciência racional.

e) todas as alternativas são corretas.

3. Sobre a filosofia e a reflexão filosófica podemos dizer:

a) A filosofia não aceita verdades sem antes havê-las investigado e compreendido, não aceita como óbvias e evidentes as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana.

b) A reflexão filosófica organiza-se em torno de três grandes conjuntos de perguntas ou questões:

- **Por que** pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos e fazemos o que fazemos? Isto é, quais os **motivos**, as **razões** e as **causas**?
- Qual é o **conteúdo** ou o **sentido** do que pensamos, dizemos ou fazemos?
- **Para que** pensamos, dizemos o que dizemos e fazemos o que fazemos? Isto é, qual é a **intenção** ou a **finalidade** do que pensamos, dizemos e fazemos?

c) A filosofia é um conjunto de ideias vindas de filósofos famosos as quais não possuem utilidade prática.

d) A alternativa A e B são corretas.

e) A filosofia caracteriza-se por ser uma ciência morta.

4. O estudo da filosofia nos permite:

a) Ter a possibilidade de deixar de viver situações não escolhidas, situações dadas, surgindo como um ser de projeto, capaz de construir o seu destino, portanto, capaz de alcançar sua liberdade.

b) a filosofia permite o distanciamento dos fatos e conhecimentos para a avaliação de seus fundamentos, reflexiona sobre os atos humanos e os fins a que eles se destinam.

c) a filosofia possibilita que homens e mulheres vão além da dimensão da realidade dada pelo agir imediato, no qual o ser humano no seu dia a dia se encontra mergulhado.

d) a filosofia fornece ferramentas úteis para formular e compreender melhor os fenômenos, portanto, problemas atuais.

e) todas as alternativas são corretas.

5. Ao longo da história da humanidade a filosofia teve diferentes preocupações. Assinale a resposta correta e mais completa em relação a estas preocupações:

a) a filosofia teve como maior preocupação responder as perguntas que os filósofos tinham a partir da suas crenças pessoais.

b) Na antiguidade a filosofia se focou na investigação *das causas das transformações na Natureza*. Posteriormente, os filósofos passam a investigar não mais a natureza, mas o habitante do universo: *o próprio homem*, as questões humanas, isto é, a ética, a política e as técnicas.

c) Durante o século XVII até meados do século XVIII, período denominado de Idade Moderna, a filosofia passou a preocupar-se com novos assuntos, como as *questões do conhecer*. Com os pensadores como Galileu, Descartes, Bacon, Hobbes, a filosofia vai ser vista como aquele conhecimento capaz de oferecer a fundamentação do conhecimento científico, cujo objetivo é dominar e controlar a natureza.

d) No século XX, a Filosofia passou a mostrar que as ciências não possuem princípios totalmente certos, seguros e rigorosos para as investigações, que os resultados podem ser duvidosos e precários, e que, frequentemente, uma ciência desconhece até aonde pode ir e quando está entrando no campo de investigação de uma outra.

e) Unicamente as alternativas B, C e D são corretas.

6. Ao longo do tempo a filosofia tem tido área de estudo diversa segundo seu contexto histórico. Entre os grandes temas de investigação da filosofia podemos citar:

a) A filosofia da Ciência Metódica, entendida como conjunto de regras formais que servem para ensinar a maneira adequada de se produzir argumentos, raciocínios, proposições, frases e juízos.

b) As matemáticas, que têm por objetivo a quantificação dos fenômenos.

c) A **lógica** quântica que tem por objetivo a análise crítica das ciências, tanto as exatas ou matemáticas, quanto as naturais e as humanas. Cabe a ela, ainda, avaliar os métodos e os resultados das ciências.

- d)** A ética clássica e racional, que é o estudo dos fundamentos da ação humana. A ética possibilita a análise crítica para a atribuição de valores, defende a existência dos valores morais e do sujeito que age a partir de valores, com consciência, responsabilidade e liberdade, no sentido da luta contra toda e qualquer forma de violência.
- e)** Nenhuma alternativa é correta.
- 7.** Ao longo da história da humanidade diferentes modos de produção têm predominado, entre eles, a sociedade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo, entre outros. Todos os modos de produção possuem características próprias, ou seja, formas distintas de se organizar para produzir. Entre as características próprias do capitalismo encontramos:
- a)** No capitalismo, a geração de lucro por parte dos burgueses baseada nos investimentos realizados nos meios de produção. O lucro é a remuneração do capitalista pelo uso das máquinas, edifícios e matérias-primas compradas por ele com vistas a produção de mercadorias.
- b)** No capitalismo, os trabalhadores não possuem meios de produção, pois devido à falta de oportunidades e de educação não conseguem acumular dinheiro para estruturar indústrias, sendo obrigados a vender sua força de trabalho.
- c)** o capitalismo é o modo de produção baseado na exploração da força de trabalho, com vistas à obtenção de mais-valia. Na medida em que o trabalhador ganha menos (menos salário), o capitalista ganha mais, se apropria de mais mais-valia. É por isso que os trabalhadores e a burguesia possuem interesses de classe antagônicos, ou seja, opostos.
- d)** O salário representa o pagamento das oito horas de trabalho dos empregados. O salário paga o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário.
- e)** Todas as alternativas são corretas.
- 8.** Na nossa sociedade, a função principal da ideologia é ocultar os distintos interesses de classe existentes na sociedade. Mas, por que é importante ocultar os diferentes interesses de classes?
- a)** Porque a sociedade precisa viver em paz visando o desenvolvimento harmônico da sociedade.
- b)** Porque os homens ao ocultarem as diferenças se tornam iguais, o que possibilita que a lei garanta seus direitos.

c) A propagação de ideias e formas de pensar que ocultam a maneira em que esta sociedade funciona permite manipular e controlar a sociedade visando a aceitação de formas de vida penosas como decorrentes da “ordem natural das coisas”.

d) Todas as alternativas são verdadeiras.

e) Todas as alternativas são falsas.

9. A ação dos animais é distinta da praticada pelos seres humanos, suas ações são caracterizadas particularmente pelos reflexos e instintos, visando a sua defesa, a procura de alimentos e a obtenção de abrigo. Podemos dizer que:

a) O animal trabalha, procria resultados materiais com sua atividade.

b) A ação do animal é deliberada, intencional, é instintiva, igual ao trabalho do homem.

c) Enquanto o animal permanece envolvido com a natureza, o homem é capaz de transformá-la de forma intencional, os homens para se reproduzirem devem transformar a natureza por meio do trabalho. O trabalho é a atividade humana por excelência, pela qual o homem transforma a natureza e a si mesmo.

d) a alternativa A e C são corretas.

e) todas as alternativas acima citadas são corretas.

10. Em relação ao trabalho e aos resultados do trabalho, assinale a resposta verdadeira e mais completa:

a) Quando um trabalhador não sabe que seu trabalho tem como principal característica gerar riqueza para a sociedade, por meio da criação de mercadorias e prestação de serviços, deixa de perceber sua capacidade criadora, sua contribuição e importância na produção de tudo o que a sociedade precisa.

b) Quando os frutos do trabalho pertencem a outro, e não a quem o produziu, dizemos que o trabalho é alienado.

c) Etimologicamente, a palavra alienação tem suas origens no latim: *alienare*, *alienus* significa que pertence a um outro. Alienar é transferir para outro o que é seu.

d) Todas as alternativas acima citadas são verdadeiras.

e) Todas as alternativas acima citadas são falsas.

11. O homem alienado, quer dizer, não autônomo nas suas decisões, não proprietário dos meios de produção, apenas possui a força de seus braços e perde a identidade com aquilo que produz ao ter que vender essa força em troca de um salário injusto. Os objetos que fabrica não lhe pertencem e ele não pode adquiri-los com a remuneração que recebe. Nesse contexto,

a) o trabalho que deveria transformar o mundo para melhorar as condições de vida do homem, torna-se agora um instrumento de dominação, de perda de sentido e significado da vida. Torna-se mais importante que o próprio ser humano. Torna-se fonte de lucro e exploração.

b) O trabalho é fonte de riqueza para homens e mulheres que o realizam. O trabalho oferece prazer, pois se reduz a uma insignificante repetição de gestos.

c) O trabalho alienado permite que os trabalhadores expressem seus desejos e necessidades. A alienação no capitalismo se estende a vida social, política, pelo que as decisões são tomadas pela elite.

d) As alternativas A e B são corretas.

e) Todas as alternativas são corretas.

12. A ética e a moral podem ser definidas da seguinte forma:

a) A ética é parte da filosofia que determina quais são os bons comportamentos a serem seguidos pelos seres humanos, de forma a construir uma sociedade harmônica. A moral é constituída pelos comportamentos adequados.

b) A ética é parte da filosofia que analisa os fundamentos da ação humana, o seu significado, a sua validade, assim como o fundamento dos padrões das normas, dos limites e orientações para a conduta humana. Já a moral é um conjunto de regras e padrões de conduta que determinam o comportamento dos indivíduos na sociedade.

c) A moral é um conjunto de normas prescrições e valores que regulamentam o comportamento dos indivíduos em sociedade. Ou seja, são os limites que o homem estabelece para si nas suas ações e intervenções na realidade e na convivência na sociedade. Já a ética é a ciência que estuda o bem-estar da sociedade.

d) A alternativa A e B são corretas.

e) Todas as alternativas são corretas.

13. Após Sócrates podemos pensar a ética de duas formas principais. A primeira, a ética relativista (do depende), diz que tudo depende de cada pessoa, de cada situação, de cada povo e cultura, não há princípios e comportamentos universais. A outra é a ética do absoluto. De acordo com ela ...

a) existem ideias que são relativas, mas há alguns princípios que nunca mudam, essa ética é muito valorizada pelas religiões que atentam para o respeito à vida humana, a Terra e as relações humanas como sagradas, ou seja, um valor ético universal.

b) A escravidão (por dívida ou por conquista) era vista como algo natural, como também a mulher era vista como inferior ao homem.

c) A escravidão é reconhecida como imoral, no entanto, sua prática não é punida.

d) As alternativas A, B e C são corretas.

e) Todas as alternativas são falsas.

14. Ao longo da história da humanidade os padrões de comportamento aceitos pela sociedade têm sido diferentes, isto significa que ...

a) A moral tem um caráter histórico, ou seja, para cada época o resultado de nossos atos está sujeito à aceitação ou à sanção segundo os padrões e normas de comportamento aceitos historicamente.

b) Cada vez o ser humano é melhor, pois a história lhe permite aprender com seus erros.

c) O homem vive para buscar a felicidade, portanto a história da moral e da ética muda na sua forma, mas não no seu conteúdo.

d) As alternativas A, B e C são corretas.

e) Todas as alternativas são incorretas.

15. Qual das seguintes alternativas é **FALSA**

- a) a moral é uma construção social e histórica, pela qual em cada sociedade os homens em suas ações usam referências de valor distinto.
- b) a moral tem uma conotação diferenciada segundo as características culturais, geográfica, de grupo e de classe social, entre outros fatores.
- c) as sociedades humanas foram se organizando em torno de um núcleo de “normas de conduta correta”, um código que define para cada uma delas o modo “justo” de “ser e de se comportar”. É claro que esses códigos variam, tanto ao longo das diversas transformações históricas quanto em função dos diferentes grupos e classes sociais, e em virtude das diferenças culturais e geográficas.
- d) Todos nós somos aculturados em uma determinada sociedade e aí somos levados a identificar e entender (ou, ao menos, tentar) quais são os modos de ação “corretos” e por que são considerados assim em nosso próprio grupo social. Nesse sentido, todos sofrem alguma coerção social para “ajudar” a identificar os códigos e a agir de acordo com eles. Trata-se sempre de fazer “aquilo que a maioria espera que todo mundo faça”.
- e) Ao longo da história a moral e a ética têm defendido os princípios da humildade, solidariedade e liberdade.

16. Exterior e anterior ao indivíduo, há uma moral constituída, que orienta seu comportamento por meio de normas. Em função da adequação ou não à norma estabelecida, o ato será considerado moral ou imoral. Podemos afirmar que:

- a) A moral existente é um produto social, pois a coletividade, a sociedade anterior a nós a constrói, guiando-se, fundamentalmente, pelos valores necessários a permanência e funcionamento do sistema econômico dominante. Isto não implica a existência de outros valores ou moral diferente a pregada pelo sistema, no entanto, estes aparecem como secundários e não predominantes.
- b) Na sociedade atual as leis não são como regras de comportamento, estas garantem que a moral dominante seja a do povo, colocando o interesse das necessidades humanas, individuais ou coletivas acima de qualquer outro interesse.

c) A sociedade atual se caracteriza pela existência de múltiplos valores éticos e morais, pois o respeito a diversidade é característica da modernidade. Esta implica em valores cada vez mais humanizados.

d) Todas as alternativas são corretas.

e) Nenhuma alternativa é correta.

17. No início da história da humanidade o homem se acha submetido a um destino traçado por forças externas a ele, isto é, a liberdade era negada diante da existência de um destino predeterminado.

a) A liberdade não se fundamenta em fazer o que o ser humano deseja, pois toda ação humana tem limites colocados pelas condições do momento histórico, mesmo que a escolha de o que fazer seja subjetiva, individual, o homem está sempre relacionado aos limites da própria realidade humana.

b) A liberdade significa agir de maneira certa, mesmo sem ter conhecimento de causa. Ser livre significa ser um sujeito ativo e conseguir os objetivos desejados.

c) A liberdade está sujeita ao determinismo, isto é, a vontade de um ser supremo que nos permite ou não a realização de determinados fins, nesse sentido podemos dizer que a nossa liberdade depende dos outros.

d) Liberdade é fazer, sem qualquer constrangimento exterior, o que as pessoas desejam. Livre significa não ter limites e sem horizontes.

e) Todas as alternativas são falsas.

18. Liberdade significa agir com conhecimento de causa para ser capaz de conseguir os objetivos desejados; significa ser um sujeito ativo, capaz de transformar, fazer, para superar as situações não desejadas, para alterar a ordem das coisas, dentro das possibilidades históricas. Neste sentido, identifique a **resposta mais completa e verdadeira**:

a) A liberdade se torna possível e verdadeira quando o homem tem poder, para transformar, para o qual é necessário conhecer e fazer acontecer.

b) A busca pela liberdade – entendida como escolha de alternativas melhores e possíveis – é uma árdua tarefa; pois a liberdade não é uma coisa já existente, dada, e sim algo a ser conquistado, para o qual é necessário enfrentar obstáculos, desenvolver conhecimentos e capacidades para superá-los, por meio de tentativas e fracassos.

- c) As alternativas A e B são corretas.
 - d) A é falsa e B verdadeira
 - e) Todas as alternativas são falsas.
- 19.** Para o marxismo a liberdade humana é a liberdade do indivíduo enquanto ser-comunitário, e não unicamente como ser individual. Isto significa que:
- a) A liberdade nunca será alcançada, pois não existe a possibilidade de equacionar a liberdade individual com a liberdade social.
 - b) A liberdade é possível por meio da emancipação humana. A liberdade é entendida como não dominação, a qual se efetiva na política mediante a luta contra os mecanismos de dominação e alienação da liberdade humana.
 - c) Para Marx é possível construir a liberdade sob a dominação das forças egoístas da sociedade civil, ou do Estado que incorpora simbolicamente os indivíduos, mas que na verdade os exclui da vida política subtraindo-lhes a soberania.
 - d) Para Marx a emancipação humana está baseada na perda da liberdade das pessoas que não concordam com os ideais sociais e a dominação.
 - e) Todas as alternativas são corretas.
- 20.** Na sociedade atual, os homens não são iguais, a liberdade de uns e a de outros são diferentes. Isto significa que,
- a) Todos nascem diferentes, portanto uns chegam a exercer a liberdade conforme seu grau de educação e de conhecimentos.
 - b) As condições de liberdade para escolher são distintas segundo a classe social, são predeterminadas pela condição econômica. A liberdade dos trabalhadores na sociedade atual não pode conflitar com a liberdade e interesses dos capitalistas. A liberdade de uns significa a perda de liberdade de muitos.
 - c) Na sociedade atual a empregada doméstica, os pequenos produtores, os pescadores artesanais, os trabalhadores das fábricas, os trabalhadores em geral são igualmente “livres” quanto àqueles que possuem o poder econômico.
 - d) Na sociedade moderna, quem escolhe torna-se universal; ou seja, incluir os valores sociais, sendo universal por que conserva a pluralidade, a liberdade.
 - e) Todas as alternativas são corretas.

21. O desenvolvimento das sociedades e dos indivíduos passou por várias etapas históricas, no interior de cada uma destas etapas históricas se desdobrou uma determinada relação do indivíduo com a sociedade. Assinale a opção **incorreta**.

- a) O desenvolvimento das sociedades e dos indivíduos passou por várias etapas históricas, no interior de cada uma destas etapas históricas, se desdobrou uma determinada relação do indivíduo com a sociedade. Nas sociedades primitivas a existência individual não dependia da coletiva.
- b) Com o desenvolvimento da tecnologia, da ciência e da divisão do trabalho, abriram-se possibilidades de produção de enormes quantidades de riqueza (bens e serviços), a partir deste momento a existência individual deixou de se subordinar à existência coletiva.
- c) Nesta sociedade, o dinheiro passa a ser a medida e o critério de avaliação de todos os aspectos da vida humana, inclusive os mais íntimos e pessoais. Os indivíduos passaram a considerar todos os outros indivíduos como adversários. O capitalismo transformou a vida cotidiana em mera luta pela riqueza.
- d) No capitalismo, a conexão indivíduo – sociedade se modifica na medida em que a vida social passa a ser predominantemente marcada pela propriedade privada, quando a razão da existência pessoal deixa de ser a articulação com a vida coletiva, para ser o mero enriquecimento privado.
- e) A geração social da riqueza e sua apropriação individual por uma pequena camada da sociedade, se concretizam na ideia do individualismo, deixando de ter responsabilidade e preocupação com o outro, seja ele um ser humano, um grupo social, ou a natureza.

22. Apesar de somente uma pequena fração da sociedade se apropriar da imensa riqueza gerada pelos trabalhadores, ganhar dinheiro se tornou a razão central da vida de quase todos os indivíduos, deixando de lado a dimensão coletiva. Neste sentido podemos afirmar que,

- a) A ganância deve ser o valor principal que um indivíduo e a sociedade devem possuir, pois sem esta os indivíduos não teriam como sobreviver.
- b) No capitalismo a vida coletiva é fragmentada pelos interesses inconciliáveis de cada indivíduo. Cada um quer enriquecer e, para isso, deve tirar proveito do outro, explorar o trabalho alheio.

- c) A essência da sociedade moderna faz com que a vida cotidiana seja marcada pela disputa, e também pela cooperação entre os indivíduos, esta última se sobrepondo à primeira.
- d) Todas as alternativas são falsas
- e) Somente C e A são verdadeiras.

23. O princípio de responsabilidade, em particular o cuidado com o outro, é uma preocupação não presente na maioria das nossas atitudes devido ao individualismo gerado numa sociedade em que a produção da riqueza é social e sua apropriação é apenas de alguns indivíduos, e em que o antropocentrismo tem sua máxima expressão. Escolha a única opção **Incorreta**:

- a) O desenvolvimento do mercado mundial integrou a humanidade numa vida social e econômica comum, existe uma tendência para a constituição de relações sociais que abarcam uma porção cada vez maior da sociedade.
- b) apesar do predomínio dos interesses individuais de uma camada da sociedade no capitalismo, a humanidade possui uma vida social comum cada vez mais intensa, ou seja, uns dependemos cada vez mais dos outros, sem importar a distância e a localização geográfica.
- c) Hoje, como nunca na história da humanidade, os indivíduos compartilham de uma mesma história, tanto em termos econômicos, políticos, humanos e ambientais. A diferença entre as sociedades não impede que a vida de todos os indivíduos do Planeta esteja articulada de forma bastante estreita.
- d) Na medida em que uma sociedade se desenvolve, de algum modo é maior a possibilidade de desenvolvimento dos indivíduos, apesar de não ter o mesmo significado para toda a sociedade. A possibilidade de desenvolvimento da individualidade está, portanto, de alguma maneira articulada ao desenvolvimento do conjunto da humanidade, quando a humanidade tem seu desenvolvimento paralisado os indivíduos também o tem.
- e) Na sociedade atual o desenvolvimento científico tecnológico tem o mesmo significado para a toda a sociedade, isto mostra a estreita relação entre indivíduo e sociedade.

24. Na sociedade atual a vida coletiva é fragmentada pelos interesses de cada indivíduo o que impede preocupar-se com outro e, sobretudo, com o aquele que ainda não existe, isto é, as futuras gerações. Neste sentido podemos afirmar que:

- a) O princípio de responsabilidade, em particular, o cuidado com o outro, é uma preocupação crescente na nossa sociedade, apesar da educação estar voltada para que a maioria das nossas atitudes premiem o individualismo.
- b) Existe a necessidade de superar a lógica de funcionamento da sociedade atual e apontar para a construção de uma nova sociedade que expresse a vontade e os interesses de todos os membros da sociedade, ou da sua grande maioria, que tenha como objetivo verdadeiro a satisfação da suas necessidades materiais e espirituais, restabelecendo a conexão entre indivíduo e coletividade.
- c) Hoje, como nunca na história da humanidade, os indivíduos compartilham de uma mesma história, tanto em termos econômicos, políticos, humanos e ambientais, o que vem contribuindo para que se restabeleça de forma mais sólida os vínculos entre os princípios sociais e individuais.
- d) As alternativas A e C são verdadeiras.
- e) Todas são verdadeiras.

25. Toda sociedade precisa produzir e consumir para satisfazer suas necessidades de subsistência, culturas e espirituais. As necessidades de consumo variam conforme cada sociedade. Em relação com o tema “o consumismo na sociedade capitalista”, assinale a resposta **Incorreta**:

- a) Mas quando o consumo se converte num *objetivo em si* e deixa de ser *um meio para o alcance de outros objetivos* nos deparamos com o consumismo.
- b) No capitalismo a cultura do consumo é indispensável para a geração de maior lucro, em particular, o consumo supérfluo que independe de qualquer necessidade. Assim, quantas mais mercadorias sejam produzidas e vendidas, maior a quantidade de mais-valia apropriada pelas empresas.

- c) Na sociedade contemporânea o consumismo exerce um papel fundamental para aquecer o mercado, portanto, todo aumento no consumo significa a geração de novos empregos e mais riqueza e bem-estar para a sociedade.
- d) Na sociedade atual, consumo e propaganda são as caras de uma mesma moeda. Por meio da propaganda se criam falsas necessidades e falsas carências, tudo com o objetivo de consumir mais, criando uma abundante massa de mercadorias com curto prazo de “validade”, pois novas necessidades serão criadas e, portanto novos produtos virão para satisfazer estas “necessidades”.
- e) As alternativas A e D são corretas.

26. O aumento do consumo não somente é sustentado pela propaganda, o desperdício, a criação de necessidades, a curta validade dos produtos e as guerras, mas também pela criação de grandes espaços para o consumo: os *supermercados* e os *shoppings*. Para alguns especialistas, estes estabelecimentos representam o modo de vida urbano de uma sociedade centrada no consumo. Neste contexto, podemos afirmar:

- a) Entre as consequências, para a sociedade, do consumo desenfreado, em particular de mercadorias e serviços supérfluos, temos o desperdício, a cultura do produto descartável e os desequilíbrios ambientais.
- b) O desenvolvimento não pressupõe estabilização do consumo. Não pode haver crescimento econômico com a *estabilização do consumo*, nem com a volta da satisfação das necessidades reais.
- c) A alternativa B é correta e A é incorreta.
- d) A e B são corretas.
- e) Todas as alternativas são incorretas.

27. A frase “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas é o seu ser social que determina sua consciência”. Nesse sentido podemos afirmar que ..

- a) O que caracteriza cada sociedade é a forma pela qual reproduz suas condições de existência; a estrutura material da sociedade (infra-estrutura) determina a sua superestrutura política, social e ideológica.

- b)** A consciência dos homens é produto da suas ideias, não possui vínculo com a realidade que lhe rodeia.
- c)** O ser social é o grau de consciência que os homens tem em relação à realidade que lhes rodeia.
- d)** Todas as alternativas são corretas.
- e)** Todas as alternativas são incorretas.

28. Na esfera mundial, as guerras, a pobreza, o desrespeito aos direitos humanos, demandam a análise sobre o sentido do poder, da democracia e o papel do Estado. Na concepção marxista, podemos afirmar que o Estado:

- a)** Representa, de fato, o "interesse geral" da sociedade. No entanto, o Estado precisa ser aprimorado e modernizado visando a diminuição da pobreza.
- b)** O Estado seria um instrumento das classes política e economicamente dominantes. O Estado surge como sendo o resultado da divisão da sociedade em classes na qual é necessário uma organização, um poder que possa impedir que essa sociedade se desintegre, por causa da luta de classes.
- c)** O Estado representa o poder político da sociedade, é a maneira legal e jurídica pela qual a sociedade determina o que fazer. O Estado atual está em crise, o que vem provocando o aumento das guerras, a pobreza e o desrespeito aos direitos humanos.
- d)** As alternativas A e C são corretas.
- e)** Todas as alternativas são incorretas.

29. Quais são alguns dos mecanismos que sustentam o consumo desenfreado característico da sociedade atual?

- a)** O aumento do consumo não somente é sustentado pela propaganda, o desperdício, a criação de necessidades, a curta validade dos produtos e as guerras, mas também pela criação de grandes espaços para o consumo: *os supermercados e os shoppings*.
- b)** O consumo desenfreado é sustentado pelo desequilíbrio ambiental, a venda de mercadorias e serviços supérfluos, o desperdício, à cultura do produto descartável, entre outros.
- c)** O crescimento da população.

d) A alternativa B é verdadeira e A é falsa.

e) A e B são verdadeiras.

30. No que se refere à democracia, podemos afirmar,

a) A democracia, particularmente a praticada nos países Asiáticos, é um exemplo a seguir no que se refere à garantia do significado da palavra: “poder que emana do povo”.

b) A democracia burguesa se caracteriza pela ideia de que todos os homens são iguais diante da lei. Numa sociedade onde todos são politicamente iguais, mas econômica e socialmente diferentes, a igualdade política e jurídica, pregada na democracia, nada é do que a *afirmação das desigualdades sociais*.

c) A Democracia é a arte de governar, de gerir o destino da cidade; aliás, etimologicamente vem de polis (cidades) e demos (povo).

d) A democracia reconhece a existência de classes sociais antagônicas, isto é, com interesse contrários, isto deriva no trato homogêneo de cidadãos, assim como a garantia de seus direitos.

e) Todas as repostas são verdadeiras.

31. Para Maquiavel, “o conflito que existe entre os homens é o que fundamenta a ação política”. Qual das alternativas a seguir define de melhor forma o conceito de política?

a) A Política pode ser definida como o poder de imprimir determinado rumo para a sociedade. A política implica a luta pelo poder, a conquista, a manutenção e a expansão do mesmo.

b) A política é o instrumento das classes política e economicamente dominantes, para assegurar a reprodução das relações sociais de produção existentes - ou seja, um instrumento a serviço da ordem que garanta a exploração dos trabalhadores.

c) A política é a arte de governar com base nas leis e participação da população.

d) A e B são corretas.

e) Todas são incorretas.

32. Na concepção marxista, podemos afirmar que o Estado:

- a) Representa, de fato, o "interesse geral" da sociedade. No entanto, o Estado precisa ser aprimorado e modernizado visando a diminuição da pobreza.
- b) O Estado seria um instrumento das classes política e economicamente dominantes. O Estado surge como sendo o resultado da divisão da sociedade em classes na qual é necessário uma organização, um poder que possa impedir que essa sociedade se desintegre, por causa da luta de classes.
- c) O Estado representa o poder político da sociedade, é a maneira legal e jurídica pela qual a sociedade determina o que fazer. O Estado atual está em crise, o que vem provocando o aumento das guerras, a pobreza e o desrespeito aos direitos humanos.
- d) As alternativas A e C são corretas.
- e) Todas as alternativas são incorretas.

33. Sobre a democracia burguesa, a luta político, e o Estado, qual das seguintes alternativas é **incorreta**,

- a) Todas as vezes que os conflitos sociais ameaçaram a burguesia, o Estado intervirá para garantir o poder dos capitalistas, muitas vezes abolindo a própria democracia, como é o caso das ditaduras.
- b) A democracia burguesa apenas funciona democraticamente quando assim interessa à classe dominante.
- c) Toda luta política que possibilite o avanço e/ou a manutenção dos direitos humanos e políticos é de essencial importância na conquista por melhores condições de vida. Neste sentido devemos lembrar que todas as leis que de alguma forma contribuíram para a garantia de melhores condições de vida, foram fruto de importantes lutas sociais.
- d) A luta política é responsabilidade dos candidatos ao Congresso Nacional e a presidência da política. Cabe a sociedade civil eleger candidatos que representem seus interesses.
- e) Todas as alternativas são incorretas.

34. A arte é uma parte essencial da nossa vida, existe ao longo da história da humanidade, sem interrupção e em todos os lugares. De forma geral a arte pode ser definida como:

- a) Uma forma de linguagem por meio da qual, valendo-se da matéria, da imagem e do som, os seres humanos expressam sentimentos e ideais. Graças à arte o ser humano é capaz de se expressar mais completamente, fugindo do uso exclusivo da razão, do intelecto. A arte é a possibilidade de o ser humano compreender e expressar melhor o mundo que o rodeia, por meio da imaginação, da criatividade, dos sentidos.
- b) A expressão da beleza mediante os mais distintos meios. A arte expressa sentimentos, ideias e preconceitos. Toda arte tem significado e significância.
- c) Toda expressão de sentimentos e ideias, diferentes a razão.
- d) Todas as alternativas são corretas.
- e) A e B são corretas.

35. O sociólogo alemão **Karl Mannheim** afirma que a arte está intimamente ligada à história e à cultura. A arte não brota apenas de indivíduos isolados do mundo. Ela não é algo restrito à vida privada ou não independente do contexto social. Um artista pode até produzir solitariamente, mas não só para si. Neste contexto, qual das seguintes afirmações é **FALSA**?

- a) A arte está estreitamente ligada à história da humanidade, à manifestação das ideias, aos fatos e sentimentos da sociedade num momento determinado. Nesse sentido a arte pode ser compreendida quando entendemos o contexto histórico e social na qual foi produzida.
- b) A arte não está completamente presa às condições sociais, culturais ou históricas. A arte também pode apontar para um futuro a partir do presente e passado, o artista pode retomar propostas e ideias do passado e presente, reformulando-as ao seu modo e atribuindo-lhes novos significados.
- c) A arte também expressa e possui vínculos ideológicos, não escapa ao jogo de interesses das classes dominantes, distorcendo e escondendo a realidade.
- d) A arte é a percepção da realidade na medida em que cria formas sensíveis que interpretam o mundo, proporcionando o conhecimento por familiaridade com a experiência afetiva.
- e) Todas as alternativas anteriores são falsas.

36. Após a Revolução Industrial, a intervenção do homem alterou de forma rápida o equilíbrio natural do planeta Terra, a nossa casa, provocando graves desequilíbrios ambientais. Escolha a alternativa que melhor responda a pergunta: Quais as origens desta crise ambiental?

- a) O objetivo e a forma em que o homem explora a natureza. Na sociedade atual a relação homem-natureza são mediadas pelo lucro, a classe dominante tem usado os recursos naturais sem preocupação, em detrimento das questões ambientais e, portanto, do ser humano.
- b) O uso inadequado e arbitrário de tecnologias que possibilitaram a produção de um *volume maior de produção*, assim como a produção de bens e serviços *qualitativamente diferentes* - com qualidade superior e/ou com características distintas.
- c) O incentivo ao consumismo.
- d) Todas as respostas acima expostas.
- e) A alternativa A e B.

37. Entre as estratégias mais significativas para a superação da crise ambiental, pouco compreendida e difundida, é ...

- a) O abandono do consumismo, do nosso modo de produção e de vida, do atual modelo tecnológico, da apropriação de bens e recursos naturais para o lucro, da pregação do crescimento econômico ilimitado.
- b) As ações individuais, mas não coletivas, que favorecem o uso racional dos recursos naturais.
- c) A reciclagem e o uso de transporte alternativo.
- d) O uso racional da água.
- e) Todas as alternativas.

38. Em relação à Reforma Agrária, assinale a opção FALSA:

- a) O Brasil é o segundo país no mundo com maior concentração da propriedade da terra, menos de 2% de proprietários são donos de quase 50% das terras cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA.

- b) Dados oficiais revelam que em 2005, 1.6% dos proprietários rurais, com imóveis acima de mil hectares, são donos 46.8% do total de terras cadastradas.
- c) As terras agricultáveis do Brasil concentram-se em um pouco mais de 300 famílias.
- d) A reforma agrária no Brasil continua sendo uma política necessária e justa.
- e) O Brasil teve grandes avanços no campo da reforma agrária nos últimos 15 anos.

39. Atualmente, mais de três milhões de famílias de trabalhadores rurais não dispõem de terra para viver e trabalhar. Entre as principais causas do controle de quase a metade das terras cadastradas no Brasil por pouquíssimos proprietários (menos de 2% do total de proprietários), encontramos:

- a) A forma em que a propriedade da terra foi distribuída ao longo da história brasileira;
- b) Uma correlação de forças favorável historicamente aos grandes proprietários, que resulta na aprovação de leis e documentos que dificultam alterações na estrutura agrária.
- c) A alternativa A e B apontam as principais causas.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.
- e) A falta de lutas populares e bem organizadas a favor da reforma agrária.

40. Em relação à lei de terras, ao minifúndio e latifúndio, quais das seguintes alternativas é **FALSA**.

- a) A Lei de Terras (1850) elegeu o mecanismo de compra e venda como único meio de aquisição do domínio das terras devolutas. Esta Lei impediu o acesso à propriedade rural por parte da população mais pobre, isto é, dos ex-escravos e pequenos agricultores que não possuíam dinheiro para comprar terras.
- b) Denomina-se latifúndio a grande propriedade improdutiva acima de 15 módulos fiscais.
- c) A exploração do minifúndio não permite a sobrevivência dos agricultores devido à reduzida área para a exploração.

d) Em 1964, o objetivo da reforma agrária era a gradual extinção de minifúndios e latifúndios.

e) Todas as alternativas acima citadas são falsas.

41. Na nova ordem constitucional, **a função social passou a integrar o próprio conteúdo do direito de propriedade**, como explicitado na constituição brasileira. Quando uma propriedade cumpre sua função social?

a) Quando atende, simultaneamente, os requisitos econômico, ambiental e trabalhista, ou seja, quando ela é produtiva; utiliza adequadamente os recursos naturais disponíveis e preserva o meio ambiente; e a exploração favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

b) Quando a produção é realizada de forma eficiente e voltada para o mercado interno.

c) Quando as famílias são assentadas em projetos de reforma agrária.

d) Todas as alternativas são corretas.

e) Todas as alternativas são incorretas.

42. Segundo a Constituição, quando a função social da terra não é cumprida o governo deveria

a) Realizar a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária. O imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social será desapropriado mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão.

b) Outorgar o imóvel rural a um familiar do dono visando à produção e conservação do mesmo.

c) Colocar a venda o imóvel rural, visando sua utilização.

d) Realizar a expropriação do imóvel rural e outorgar para os movimentos sociais organizados.

e) Todas as alternativas são falsas.

43. A reforma agrária tem por objetivo a criação de pequenas unidades de produção, aglutinadas fundamentalmente em Projetos de Assentamentos, que beneficie os trabalhadores rurais que não possuem terra, ou tem terra insuficiente. Assinale a resposta **Incorreta**:

- a) Para realizar a reforma agrária é necessária a alteração da alta concentração fundiária que caracteriza o Brasil, por meio da desapropriação do latifúndio improdutivo, assim como das propriedades que não cumprem sua função social.
- b) Vários países de América Latina realizaram reformas agrárias visando o desenvolvimento de seus países.
- c) O Brasil perdeu vários momentos históricos para efetuar a reforma agrária e, com isso, retardou os benefícios que esta traria para o desenvolvimento nacional.
- d) As alternativas A, B e C são corretas.
- e) Todas as alternativas são incorreta.

44. Hoje no Brasil as pequenas unidades de produção são de vital importância para a geração de renda, emprego, alimentos, dinamização das economias locais, etc. Neste sentido podemos afirmar que,

- a) A criação de Projetos de Assentamento, apoiados por uma gama de políticas públicas, fortalece o papel das pequenas unidades de produção visando o desenvolvimento socioeconômico do nosso país.
- b) Devem ser desapropriadas todas as pequenas propriedades, assim como as grandes propriedades, visando à realização da reforma agrária.
- c) A Reforma Agrária é uma política pública cujo objetivo fundamental é o fortalecimento das pequenas unidades de produção já existentes.
- d) Todas as alternativas são corretas.
- e) Todas as alternativas são incorreta.

45. Pesquisas demonstram que os assentamentos de reforma agrária produzem uma enorme diversidade de alimentos, desenvolvem uma grande variedade de atividades produtivas, a maioria ligada a atividades agropecuárias. Podemos afirmar que ...

- a)** A criação de projetos de assentamentos representa uma importante alternativa de trabalho e moradia, além de dinamizar a vida econômica dos municípios onde estão localizados. As famílias assentadas ao terem acesso a terra, passaram a ter também acesso a uma alimentação melhor, especialmente se comparada à situação de vida anterior.
- b)** A maior parte dos assentados é composta por moradores de comunidades de baixa renda, sem moradia própria e adequada, portanto, os assentamentos devem ser organizados em forma de vila rural.
- c)** A luta pela implantação de assentamentos é caracterizada pela sua desorganização e falta de articulação nacional. Não existem movimentos no âmbito nacional que lutem pela reforma agrária.
- d)** Todas as alternativas são corretas.
- e)** Todas as alternativas são incorreta.

46. A distribuição da propriedade rural e da renda de um país é medida por um índice estatístico denominado Índice de GINI, variando de 0 (zero), que significa igualdade absoluta, a 1 (um) que significa concentração absoluta. Em relação ao índice de GINI no Brasil podemos dizer que ...

- a)** Mostra uma alta concentração fundiária, quase absoluta, pois o índice é de 0,843, bastante próximo a 1. Ou seja, a propriedade da terra está concentrada em poucas mãos.
- b)** Não existe concentração fundiária no Brasil.
- c)** A concentração fundiária no Brasil não é preocupante, pois o índice é de 0.843.
- d)** Todas as alternativas são falsas.
- e)** A e C são verdadeiras.

47. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso –FHC- graças ao estímulo econômico do governo parte dos latifúndios se “modernizam” e vestem novas roupagens. Das alternativas a seguir, escolha aquela que melhor define as características do novo latifúndio, isto é, do agronegócio:

- a)** Alto grau de mecanização do campo, geração de poucos empregos, concentração de renda, produção voltada para o exterior e não para o mercado interno.
- b)** Produção com um alto custo socioambiental, pois acelera o deslocamento de populações do campo para a cidade, aumenta o desemprego rural e urbano, promove o desmatamento e a degradação de grandes áreas, levando a processos de desertificação em algumas regiões do País ou ameaçando a biodiversidade e os recursos hídricos.
- c)** Alto grau de eficiência na produção, voltado para mercados exigentes, responsabilidade socioambiental.
- d)** A alternativa A e B definem melhor as características do agronegócio.
- e)** Todas as alternativas são falsas.

48. Estima-se que cerca de 1,5 milhões de pequenos e médios proprietários rurais deixaram o campo entre 1995 e 2002, entre as causas que provocaram o aumento do êxodo podemos citar :

- a)** A ausência de política agrícola voltada pra a agricultura familiar, somada à transferência de recursos públicos para as grandes propriedades voltadas para a exportação de produtos agrícolas.
- b)** A falta de visão e educação dos agricultores familiares, que sempre foram excluídos das políticas educacionais do País.
- c)** A preferência pela cidade que oferta maiores oportunidades de educação apesar da reduzida possibilidade de emprego.
- d)** Todas as alternativas são incorretas.
- e)** A e B são corretas.

49. Segundo João Alfredo Telles Melo, em 2006, “cerca de 170 mil famílias vivem em acampamentos à beira de rodovias ou em áreas ocupadas, à espera de um pedaço de chão, mais de 800 mil famílias estão cadastradas pelo INCRA na fila de espera, visando ser beneficiadas pela Reforma Agrária. Das alternativas a seguir escolha aquela que responde de forma mais completa a seguinte pergunta: Qual é o público-alvo da reforma agrária?

- a) As famílias que não dispõem de terra e que querem ter a terra como seu principal meio de vida; também as famílias que dispõem de pouca terra, como os pequenos proprietários que não possuem acesso a crédito e à assistência técnica, entre outros benefícios; também os posseiros, meeiros, pequenos arrendatários, entre outros.
- b) O público concentrado nas periferias das cidades que trabalham no meio rural como assalariados, diaristas, boias-frias, entre outros.
- c) A e B respondem de forma mais completa a pergunta.
- d) Os agricultores que já possuem experiência na produção agrícola.
- e) Todas as alternativas são falsas.

50. Com base nas informações a seguir, marque a alternativa com a **sequência correta**.

() O Brasil é o segundo país no mundo com maior concentração da propriedade da terra, menos de 2% de proprietários são donos de quase 50% das terras cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA.

() Dados oficiais revelam que em 2005, 1.6% dos proprietários rurais, com imóveis acima de mil hectares, são donos 46.8% do total de terras cadastradas.

() As terras agricultáveis do Brasil concentram-se em um pouco mais de 300 famílias.

() A partir da metade do Século XX, as lutas das organizações de trabalhadores, em especial das Ligas Camponesas, conseguiram introduzir a agenda da reforma agrária na pauta nacional.

() Na década de 1990 e no início do presente século, as mobilizações populares, e em particular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), explicitaram a necessidade e atualidade da luta pela reforma agrária, assim como, os conflitos pela posse da terra.

- a) V,F,F,V,V
- b) F,F,V,V,V
- c) V,V,V,V,V
- d) F,F,V,V,F
- e) F,F,F,F,F

Currículo dos professores-autores

Marisela García Hernández

Graduada em Economia pela Universidade Autônoma do México (UNAM). Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Lecionou nos cursos técnicos em agroecologia na Escola Técnica da UFPR. Atualmente leciona nos cursos de pós-graduação em gestão ambiental do Instituto Tecnológico e Educacional - ITECNE. Adicionalmente foi analista de projetos científicos e tecnológicos da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; pesquisadora convidada do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER); asseguradora de planejamento e controle do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Estado do Paraná (INCRA/PR). Atualmente é vice-coordenadora do Curso Técnico em Pesca, modalidades Educação a Distância e Educação de Jovens e Adultos, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica.

Mário Celso Pasqualin

Professor nas áreas Sociologia, História e Filosofia no Ensino Fundamental e Médio. Graduado em Ciências Sociais pela UFPR (Universidade Federal do Paraná) e em Direito pela PUC – PR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) e concluindo a Especialização em Projeção pela UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), venho acumulando experiência no trato com os alunos, no planejamento pedagógico e no trabalho com uma equipe de professores e pedagogos. Acredito que a experiência profissional, aliada ao dinamismo e ao comprometimento de um professor, é que me credenciam a ocupar a vaga oferecida pela instituição. Desde 2001 – Colégio Tradição em São José dos Pinhais. Função: professor de História e Filosofia do Ensino Fundamental II (5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries) e Sociologia do Ensino Médio. Principais atividades: desenvolvimento e regência de aulas de história, filosofia e sociologia. Execução do planejamento da área de história e filosofia do Ensino Fundamental II, também na área de Sociologia no Ensino Médio. Desde 1997 - Rede Estadual de Ensino (concurso). Função: Professor de História

no Ensino Fundamental e Médio e Sociologia no Ensino Médio. Principais atividades: desenvolvimento e regência de aulas de história e sociologia. Execução do planejamento da área de história do Ensino Fundamental II e Médio, também na área de Sociologia no Ensino Médio. Desde 2007 – CENSE – Centro de Socioeducação São Francisco em Piraquara. Função: Professor de Sociologia no Ensino Médio. Principais atividades: desenvolvimento e regência de aulas de sociologia no Ensino Médio . Execução do planejamento na área de Sociologia no Ensino Médio.

